

Tesis. Universidade de São Paulo, Maringá, Brasil.

Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990).

Morelli, Ailton Jose.

Cita:

Morelli, Ailton Jose (2010). *Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)* (Tesis). Universidade de São Paulo, Maringá, Brasil.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/ailton.jose.morelli/4>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pbu9/cbh>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

AILTON JOSÉ MORELLI

Memórias de infância em Maringá:

**transformações urbanas e permanências
rurais (1970/1990)**

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Memórias de infância em Maringá:
transformações urbanas e permanências
rurais (1970/1990)

Ailton José Morelli

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Esmeralda Blanco B. de Moura

São Paulo

2010

MORELLI, A. J. **Memórias de infância em Maringá**: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, **Antonio** e **Helena**, pelo amor, carinho e tudo que recebi e aprendi deles, principalmente de viver contribuindo para que mais pessoas encontrem seus momentos de felicidade, como sempre encontrei neles. Felicidade que aumentou com a linda **Giovanna**, fruto maravilhoso da união com minha esposa **Deise**.*

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Departamento de História da UEM que incentivaram meu ingresso no plano de capacitação docente e contribuíram para minha liberação integral durante a realização dessa pesquisa de doutorado.

Aos amigos participantes do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA/UEM), em especial Telma, Verônica, Eliana e Miryam, nas longas conversas dos mais diversos assuntos gerados pelo empenho na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Esmeralda Blanco B. de Moura por sua dedicação, sua confiança, sua paciência e, muito além da orientação acadêmica, por contribuir generosamente na minha formação como pessoa com seu exemplo de integridade e profissionalismo.

Aos entrevistados, pessoas que se dispuseram a participar dessa empreitada e contribuíram com a formação de um acervo oral mais amplo.

Às equipes do Museu da Bacia do Paraná (UEM) e da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (Prefeitura Municipal de Maringá) que sempre demonstraram total disposição em atender as solicitações mais diversas. Também um agradecimento especial ao João Batista do Museu e ao João Laércio da DPHC, amigos dispostos a ouvir e contribuir com os anos de experiência que possuem. Elucidando questões obscuras e proporcionando outras novas sempre estimulando as pesquisas sobre Maringá e região.

Ao José Henrique e à Verônica, amigos dispostos e presentes nesses anos, os quais possuem grande participação nos encaminhamentos da pesquisa e que agüentaram lamentações das dúvidas e das crises acadêmicas ou não. Amigos que perto ou longe proporcionaram força e tranqüilidade.

E aos amigos que participaram da minha vida nesses anos os quais espero que continuem participando.

RESUMO

MORELLI, A. J. **Memórias de infância em Maringá**: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990). São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O objetivo desta pesquisa é a análise das memórias de infância durante a urbanização da cidade de Maringá, entre 1970 e 1990. A cidade de Maringá foi fundada no final da década de 1940, integrando a colonização do Norte do Paraná. Nas duas décadas seguintes, as características da cidade ficaram mais definidas. Maringá tornou-se centro de distribuição de bens e de prestação de serviços para a região, contando com investimentos empresariais e escritórios regionais de vários órgãos do governo estadual. Além disso, com o avanço do plantio de soja e outros produtos agrícolas, a produção de café deixou de ser a principal fonte econômica da cidade. Até o início da década de 1970, houve um crescimento demográfico expressivo, registrando-se cerca de 130 mil habitantes. Em 1967, foi elaborado, sob orientação do governo estadual, o Plano Diretor de Desenvolvimento que constatou a adiantada urbanização da região central de Maringá e a necessidade de ações públicas urgentes nas áreas periféricas. Para analisar como esse processo, desenvolvido entre 1970 e 1990, foi vivido pelas crianças da época, o uso de fontes orais demonstrou ser o mais indicado. As entrevistas foram realizadas com pessoas que moraram em Maringá no período analisado, nascidas entre 1960 e 1980. Seguiu-se uma distribuição geográfica de suas moradias, estratégia que permitiu uma visão mais ampla da cidade, inclusive da periferia.

A abrangência das perguntas possibilitou uma análise da relação dos entrevistados com o seu cotidiano: moradia, alimentação, brincadeiras, trabalho, relações de vizinhança e dos adultos com as crianças; e com a cidade e os serviços oferecidos: saúde, educação, lazer, transporte, entre outros. O trabalho com as fontes orais, além de analisar como o processo complexo de urbanização da cidade ficou registrado na memória dos depoentes, ainda permitiu o aprofundamento na questão da formação da memória da infância nos adultos.

Palavras-chave: História das Crianças, História do Paraná, Memória de Infância, História de Maringá.

ABSTRACT

MORELLI, A. J. **Memories of childhood in Maringá**: urban transformations and rural permanences (1970/1990). São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This research analyzes childhood memories during the urbanization of the Brazilian city of Maringá between 1970 and 1990. The city was founded at the end of the 1940s as colonization spread to the northern part of Paraná, integrating that area with the rest of the state. Over the following two decades the city's characteristics grew more defined. Maringá became a distribution center for the region's goods and services, benefiting from entrepreneurial investment and the establishment of regional offices for various departments of state government. The expansion of soybean farming and the cultivation of new agricultural products reduced the city's economic dependence on the coffee crop alone. By the early 1970s Maringá's population had rapidly expanded to around 130,000 inhabitants, an expansion closely identified with the state's 1967 Direction Plan for Development addressing advancing urbanization in Maringá's center and the necessity of urgent public action in peripheral areas. Analysing this process, developed between 1970 and 1990, through the eyes of children growing up during this era, the use of oral sources demonstrated being the most indicated. Interviews were conducted with persons born between 1960 and 1980 who lived in Maringá during the 1970-to-1990 study period. In order to provide a complete perspective, the interviewees

were chosen from areas geographically distributed across the city, its periphery included. Interview responses permit an analysis of the relationship between the interviewees and factors shaping their everyday lives: housing, food and nourishment, work and play, relationship neighborhood and adult-figures; and also how the subjects interacted with the city as a whole and its various services – health, education, leisure, and transportation, among others. The analysis of these oral sources, besides lending insight into the complexities of Maringá's urbanization, also shows just how profoundly childhood recollections remain in memory and shape adult lives.

Keywords: History of Children; History of Paraná; Childhood Memories, History of Maringá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Distribuição espacial dos plantios de café financiados através do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais – 69/70 – 76/77	13
Mapa 2 - Área de ocupação da Companhia Melhoramentos Norte Paraná (1975)	29
Mapa 3 - Localização das escolas primárias no município – 1967	185
Planta 1 - Anteprojeto da cidade de Maringá – 1949	26
Planta 2 - Pavimentação – 1967	102
Planta 3 - Iluminação pública – 1967	103
Planta 4 - Projeto de água encanada e localização dos poços artesianos – 1967	104
Planta 5 - Rede hospitalar – 1967	172
Planta 6 - Localização das escolas primárias e secundárias – 1967	186

Gráfico 1 - Coeficiente de mortalidade infantil, total, precoce e tardia – por 1.000 N.V. 1950-1975, Maringá, PR.	160
Gráfico 2 – Evolução do número de Hospitais públicos e privados – Brasil – 1955/1992	170
Quadro 1 – Densidade demográfica urbano/rural (Maringá 1950-1991)	37
Quadro 2 - Rede escolar primária em Maringá, 1967	184
Foto 1 - Em cima do caminhão assistindo filme – 1949	50
Foto 2 - Centro de Maringá em 1972	78
Foto 3 - Grupo de Folia de Reis – 1972 – Vila Operária	212
Foto 4 - 1ª casa na Avenida Brasil, Maringá Novo (foto de 1972)	226

LISTA DE SIGLAS

CMNP - Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

CODEM – Comissão de Desenvolvimento Municipal

CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPDP - Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa.

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

DACAF - Divisões de Assistência Técnica à Cafeicultura

DATM - Departamento de Assistência Técnica aos Municípios

DCA – Direitos da Criança e do Adolescente

DNERu - Departamento Nacional de Endemias Rurais

DPHC - Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FATR - Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural

FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização do Café

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IBC - Instituto Brasileiro do Café

LAPHIA - Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e Adolescência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NIS - Núcleo Integrado de Saúde

PCA - Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente

PDD (Maringá) - Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá

OMS - Organização Mundial de Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

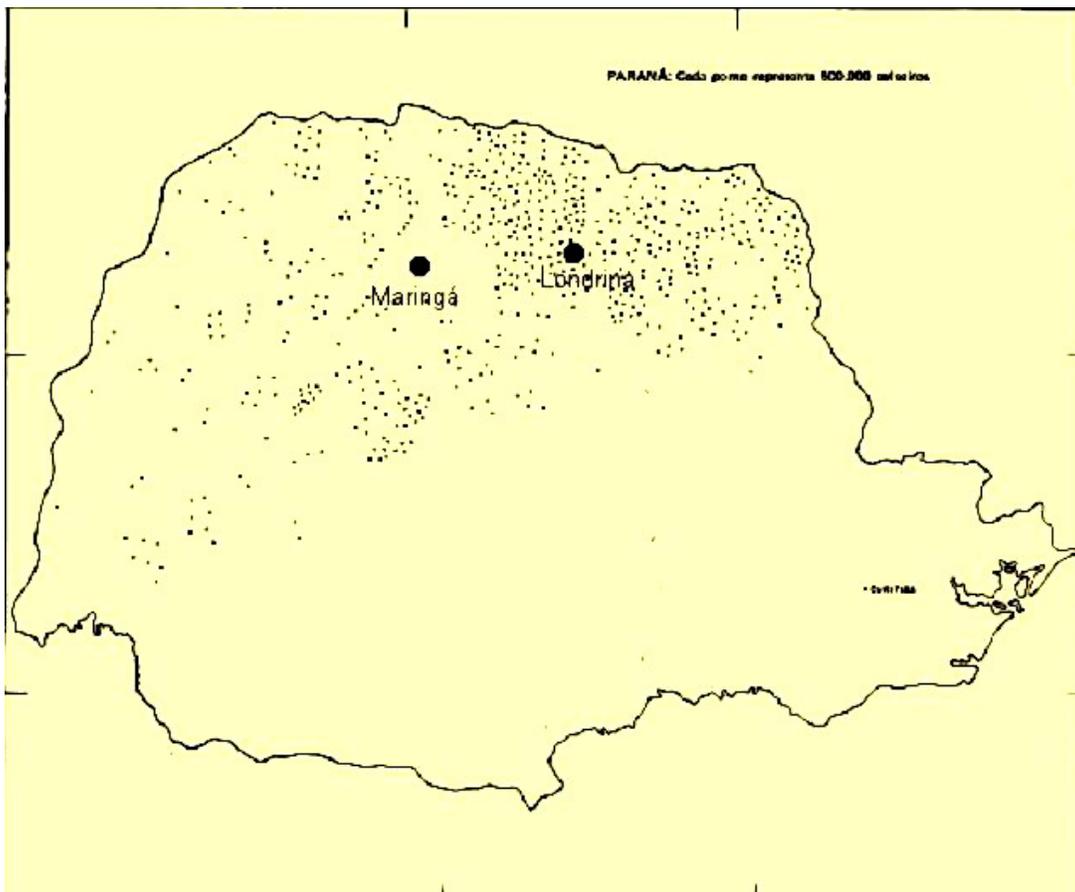
UEM - Universidade Estadual de Maringá

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I – A URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ	26
1.1 – Maringá: a estruturação da cidade	33
1.2 – O planejamento da urbanização de Maringá: o Plano Diretor de Desenvolvimento	38
Capítulo II – INFÂNCIA E MEMÓRIA	50
2.1 – Aspectos da infância na historiografia brasileira	51
2.2 – Fonte oral, memória e infância	69
Capítulo III – A INFÂNCIA EM MARINGÁ: DEPOIMENTOS	78
3.1 – Memórias sobre a cidade	89
3.1.1 – Mudar-se para a cidade	89
3.1.2 – A cidade e as diferenças econômicas e sociais	101
3.1.3 – O acesso a alimentos, roupas e móveis em Maringá	111
3.1.4 – A moradia: casas e sítios	123
3.2 - O relacionamento da criança com o espaço	128
3.3 – Brincadeiras e brinquedos	140
3.3.1 – Brincando na escola	153
3.3.2 – Brinquedos artesanais e industrializados	157
3.4 – O acesso aos serviços de saúde em Maringá e as soluções caseiras	165
3.5 – Educação em Maringá: as dificuldades de acesso ao ensino	181
3.5.1 – Chegar à escola	192
3.5.2 – A escola	198
3.5.3 – A continuação dos estudos: condições e dificuldades	207
A TÍTULO DE CONCLUSÃO: DEIXANDO DE SER CRIANÇA	212
FONTES E BIBLIOGRAFIA	226
Fontes	227
Bibliografia	228

INTRODUÇÃO



Mapa 1 - Distribuição espacial dos plantios de café financiados através do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais – 69/70 – 76/77
Fonte: INSTITUTO, 1978. p. 82.

Maringá foi fundada por uma empresa colonizadora, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como um dos polos da colonização, em uma estrutura composta por cidades médias mais distantes e por cidades pequenas em torno. As fases de formação, de vendas dos lotes e de sítios, assim como de organização propriamente dita do espaço urbano aconteceram, aproximadamente, de 1940 a 1970. Da mesma forma que Londrina, Umuarama e Cianorte, outras cidades principais desse projeto de ocupação, Maringá conquistou expressão no Estado do Paraná, onde se tornou referência como um de seus principais pontos de desenvolvimento industrial e de serviços.

A ocupação da região de Maringá baseou-se economicamente na produção de café até o início da década de 1970, como é possível verificar no mapa que abre essa introdução. No Brasil, desde 1960, implantara-se uma política de racionalização dessa produção por meio de apoio financeiro, orientando a retirada dos pés de café antigos e sua substituição por outra cultura ou, ainda, pelo plantio de café de espécies consideradas mais rentáveis e que utilizavam menos área. Trata-se de um período de enormes contrastes, tanto econômicos e sociais, quanto no que se refere à relação urbano/rural, representando profundas mudanças no país, no Paraná e na própria região.

Começou, então, uma grande transformação na região - que se estenderia até meados da década de 1990 -, incluindo o impacto de várias geadas como a de 1975, em que toda a produção cafeeira foi destruída, contribuindo com a campanha de sua substituição por cana-de-açúcar, soja e produção pecuária. Esse processo provocou uma movimentação populacional entre cidades, dirigida principalmente da zona rural para áreas urbanas, reforçada pela progressiva mecanização do campo e a implantação da

legislação do trabalhador rural. Em Maringá, a população aumentou, em números aproximados, de 104.000 para 239.000 habitantes, passando a população rural de 54%, em 1960, para menos de 5%, em 1990 (MORO, 2003, p. 54). Entre todas essas mudanças, o município de Maringá se consolida como centro regional de distribuição de bens, inclusive no que se refere à distribuição de alimentos em todo o comércio, e de prestação de serviços para a região, nas áreas de ensino e saúde, por exemplo, contando com investimentos empresariais e escritórios regionais de vários órgãos do governo estadual. Além disso, com o avanço da plantação de soja e de outras culturas, a produção de café deixou de ser a principal fonte econômica da cidade, ampliando-se a instalação de pequenas fábricas e os serviços de beneficiamento dos produtos agrícolas para atender o mercado regional, estadual e de São Paulo.

O discurso sobre a necessidade de urbanizar o país é retomado na década de 1960 e difunde-se a criação de órgãos assessores nos três níveis do executivo¹ para a implantação de um plano nacional de urbanização (DEÁK; SCHIFFER, 2004, p. 13). O governo paranaense realiza um amplo diagnóstico nos municípios visando à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento para cada um deles, seguindo as diretrizes estaduais. O PDD de Maringá é concluído em 1967, e a década de 1970 representa, assim, o período em que Maringá assume oficialmente seu caráter urbano e estabelece as formas de atuação da municipalidade:

¹ - Nesse sentido, foram criados instituições e órgãos de pesquisas ligados ao governo ou independentes, como o Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal (CEPAM) criado em 1960 em São Paulo e, no Paraná, primeiro a Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM) em 1963 e, depois, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 1973.

(...) como cidade definitivamente implantada e vivendo agora os reflexos de uma conjuntura econômica diversa da que permitiu sua consolidação urbana (MARINGÁ, 1967, p. 94).

A justificativa desse documento funda-se na necessidade do poder público de definir racionalmente e, embasado em diagnósticos especializados, determinar a organização do município, assim como as formas de aplicação das medidas consideradas necessárias.

A relação da população com essas medidas é sempre conflituosa e tende ao distanciamento diante das dificuldades de acesso às mesmas, ou, ainda, pelos problemas sociais mais amplos que enfrenta, tais como falta de recursos, de tempo, de emprego ou mesmo, excesso de trabalho. Trata-se de questão indicada como grave no Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá (1967, p. 45) para construir uma **sociedade urbanizada** e superar as influências de uma sociedade culturalmente rural. É importante lembrar que uma cidade como Maringá, mesmo nas últimas décadas do século passado, possui uma relação urbano/rural inseparável. Esse novo rural ou uma estrutura urbana voltada para a produção agropecuária mistura atitudes e organizações de diferentes tempos e lugares. Afinal, o possível acesso ao televisor, que reproduz imagens coloridas, e o uso do ferro de passar, ainda aquecido com brasa, são situações presentes e visíveis até a década de 1980.

No caso das crianças, esse distanciamento das ações do governo é muito maior. Nos serviços mais próximos às necessidades das crianças, tais como os voltados para a saúde, o lazer e a educação, deparamo-nos com o agravamento provocado pela necessidade de precisarem, as mesmas, contar com a disponibilidade de tempo e de recursos financeiros dos pais e

responsáveis.

A criança, na cidade em transformação, é uma temática que tem recebido a atenção de diferentes áreas². Na historiografia, a análise da relação da criança com os processos de urbanização não é recente, porém ainda se resente da necessidade de abordagem mais específica.

Na relação da criança com a cidade, duas pesquisas que trabalham com memória de infância, sobre o início do século passado, apresentam um enfoque mais direcionado para a infância. Aldrin Moura de Figueiredo (1999) analisando a infância em Manaus, debruça-se sobre romances, livros de memórias e poesias. Em Memória de velhos, Ecléa Bosi (1987), nesse caso a partir de fontes orais, relata a memória da infância diante das mudanças provocadas pela urbanização na cidade de São Paulo. Analisando a memória de infância no meio rural mais recente, Bressianini (2006) focalizou a infância no âmbito de um grupo familiar residente em um bairro rural, às margens da Água Jacutinga (hoje área de fazenda no município de Ivatuba- PR).

As fontes orais proporcionam condições de pesquisa sobre diferentes fenômenos relacionados com a infância, em uma delimitação espacial e temporal acessível. Se a pesquisa de Bressianini levanta questões próprias ao mundo rural, a análise de Bosi aponta questões próprias ao processo de urbanização da cidade de São Paulo em que as atividades consideradas específicas da infância ressentem-se das novas diretrizes e das distâncias sociais que o acompanham, em termos das intervenções do poder público. A análise de Bressianini, no entanto, aprofunda aspectos que são

² - Com características interdisciplinares dois trabalhos se destacam: Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX (SILVA; GARCIA; FERRARI, 1989) e fruto de um grupo de pesquisa, Infância, cidade e educação, Infâncias na metrópole (DEBORTOLI, MARTINS; MARTINS, 2008)

caros à análise aqui empreendida, tais como as dificuldades em definir o que se entende como brincadeira, os momentos que lhe são adequados, o que configuraria ou não perigo para as crianças, o medo suscitado pela presença de pessoas estranhas, principalmente em se tratando de meninas, o quanto esse medo configurava um motivo para impedir que estas fossem com frequência à cidade³, ainda que para estudar. São analisados, também, outros desdobramentos quanto à relação com a área urbana, ou seja, o amplo leque de oportunidades que esta apresenta no âmbito do lazer, dos negócios, da moradia.

A delimitação temporal aqui considerada corresponde ao início efetivo da urbanização de Maringá na virada da década de 1960 para 1970 e estende-se até a década de 1980, dadas as mudanças consideráveis e profundas que ocorreram no país e no município em estudo desde então. Exemplos disso são a nova Constituição Federal de 1988, permitindo a consolidação das mudanças no sistema de saúde e a implantação do Sistema Único de Saúde e, em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (1993).

Estudar a história da infância no processo de urbanização do Brasil apresenta dificuldades. As fontes nos órgãos públicos, quando existem, raramente estão armazenadas com organicidade suficiente para possibilitar um acesso fácil e permitir analisar o processo de funcionamento desses serviços. No caso de cidades como Maringá, cujo crescimento é relativamente recente e distante dos grandes centros, a qualidade da preservação do acervo documental da Prefeitura é bastante precária, são muitas as dificuldades de

³ - Ir à cidade muitas vezes se refere ao trajeto da periferia para o centro, mesmo no caso dos que residem dentro do centro urbano.

acesso às informações e estas apresentam muitas lacunas no período analisado. Após 1992, a documentação já apresenta maior organicidade e melhor preservação. Outra questão digna de nota é a importância que a criança conquistou nas últimas décadas, situação bem diferente antes do processo que levou à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

O contato com a bibliografia e com as fontes, no processo de definição da pesquisa, apresentou o recurso da fonte oral como o mais indicado. Isto se dá primeiro pela possibilidade de um trabalho historiográfico mais próximo da infância, como será discutido no capítulo II; segundo, por possibilitar discutir o processo de urbanização mediante enfoque diferente das instituições e de seus discursos; terceiro, porque o trabalho com a memória permite analisar o passado recente, como é o caso, passado ainda com desdobramentos no presente. Deve-se entender sempre que o depoimento, fonte da pesquisa, é produzido no presente, é fruto do trabalho da memória com a influência da vida social do depoente até o momento da entrevista.

É importante deixar claro que a pesquisa não se dirige à análise das instituições. O foco incide sobre a análise da memória de infância de moradores de Maringá durante a urbanização da cidade, como apontado acima, entre 1970 e o decorrer da década de 1980. Procurou-se mostrar como o processo complexo de urbanização da cidade ficou registrado na memória dos depoentes, principalmente daqueles que, na época, eram crianças, circunstância esta que ainda permitiu o aprofundamento na questão da formação da memória da infância nos adultos.

O trabalho com as fontes orais inicialmente centrou-se no acervo das entrevistas do Projeto Memória Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) da Prefeitura Municipal de Maringá. O acervo da DPHC é produto de um projeto voltado à preservação da memória de Maringá e está dividido em dois conjuntos. O primeiro constitui as entrevistas realizadas entre 1985 e 1987, efetuadas por voluntários e registradas em aproximadamente 130 fitas de áudio. O segundo, iniciado em 1992, transformou-se em uma atividade permanente do DPHC, sendo realizado ou acompanhado por funcionários da divisão. A orientação das entrevistas, assim, começa a ter uma maior uniformidade, e elas continuam voltadas ao processo de chegada à cidade, de aferição das condições materiais, de avaliação das dificuldades encontradas, das relações sociais dentre outros aspectos. A experiência dos entrevistadores, incluindo a relação com o processo anterior, proporcionou uma condução mais aberta, deixando ao depoente a liberdade de tratar de outros assuntos.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria com homens e, em alguns casos, com o casal; o conjunto de entrevistas com mulheres apresenta-se em número menor. Os depoimentos de mulheres, possivelmente esposas de pioneiros, possuem uma característica marcante em sua maioria: as falas voltam-se mais às dificuldades que enfrentavam quanto à responsabilidade de cuidar da família e da casa.

Os depoimentos dos primeiros moradores apresentam uma característica comum, que chama a atenção: a quase inexistência da menção à infância. Possivelmente, trata-se da própria maneira de pensar dessa população, para quem a sobrevivência, ou seja, a meta de conseguir estruturar a manutenção da família era considerada mais importante.

O silêncio característico das entrevistas em relação à infância e a ênfase nas décadas iniciais da fundação da cidade foram tópicos de grande dificuldade para nossa pesquisa nesse acervo. Dessa forma, ele serviu como base para a contextualização do processo inicial da urbanização da cidade e forneceu, também, um embasamento mais sólido na produção de entrevistas específicas para a pesquisa.

Decidiu-se, então, pela realização de entrevistas com pessoas que viveram sua infância em Maringá, nas décadas de 1970-1980. A abrangência das perguntas sugeridas aos entrevistados objetivou uma análise de sua relação com a cidade e com o seu cotidiano. Iniciavam-se por moradia, alimentação, transporte, brincadeiras, relações de vizinhança e dos adultos com as crianças, para em seguida serem abordados os pontos relacionados com trabalho, saúde, educação e lazer.

A permanência de práticas do campo no cotidiano da vida urbana é um fator presente nas entrevistas. Afinal, a cidade que, no período analisado, ainda contava com alguns pequenos sítios e chácaras na área considerada urbana, explicitava claramente a mescla entre elementos do urbano e do rural, entre o tradicional e o novo, assim como as mudanças percebidas na cidade nesse período.

A escolha dos depoentes seguiu, principalmente, a distribuição geográfica de suas moradias na época, permitindo uma visão mais ampla de centro e de periferia, além de um contato com áreas ainda em fase de incorporação no perímetro urbano.

No capítulo I, a cidade de Maringá é vista em seu processo de urbanização. Suas características vão ficando mais definidas com a passagem

da produção de café para a produção de soja e com o papel que assume de entreposto de distribuição de bens para a região. A concentração urbana, em um período de êxodo rural, e a movimentação humana no estado chamam a atenção política e empresarial para Maringá. O crescimento é evidente; entretanto, esse crescimento não resulta na percepção de Maringá como um polo urbano, na linha de análise de Milton Santos (2005), assim como de José Eli da Veiga (2003), por exemplo, para quem a idéia de urbanização não elimina as características rurais das cidades. Assim, no caso de Maringá, o contraste entre grandes avenidas, o festival de cinema, a estação de rádio, o teatro, e ruas sem asfalto, falta de luz elétrica na maior parte da cidade são aspectos relevantes neste estudo, para depois serem analisados em sua permanência na memória dos entrevistados.

Portanto, são analisadas a organização da cidade e sua urbanização nas primeiras décadas, separadas do município de Mandaguari, e a constituição de um núcleo de profissionais para atender as necessidades da população.

No capítulo II, Infância e memória, é realizado um balanço da produção historiográfica brasileira que analisa a infância, suas relações com temáticas nacionais e internacionais e como este trabalho se enquadra na atual discussão. Delimitando as questões da relação da produção historiográfica com a memória, são discutidos os princípios do recurso metodológico do uso das fontes orais, sua pertinência, relação com a história da infância e os procedimentos adotados para a realização das entrevistas que configuram a base documental desta pesquisa.

No capítulo III, por meio das entrevistas produzidas para esta

pesquisa, é analisada a percepção dos entrevistados quanto ao contexto da cidade. Nele, é analisado o cotidiano da criança na cidade e como são percebidas as mudanças em Maringá nesse período. Enfatiza-se a relação da criança com o espaço, com os adultos – principalmente com os pais –, com as demais crianças. Nesse sentido, são abordados os brinquedos e brincadeiras, as tarefas diárias que competem às crianças desempenhar, os medos e anseios infantis. A seguir, a ênfase recai sobre o acesso à Saúde e à Educação. Análise que se situa no plano da relação entre a novidade de viver na cidade e a manutenção de práticas rurais.

Finalmente e a título de conclusão, a análise da identificação, pelos depoentes, do final do período de infância, ou seja, dos momentos em que deixam, em seu próprio entender, de ser crianças. Momentos, em que passam a se ver em situações que consideram condizentes com as fases subsequentes da vida, dentre elas, as que remetem ao trabalho.

CAPÍTULO I

A URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ



Planta 1 - Anteprojeto da cidade de Maringá - 1949
Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

MARINGÁ, MARINGÁ
Letra e Música de
Joubert de Carvalho - (1932)

Foi numa léva
Que a cabocla Maringá
Ficou sendo a retirante
Que mais dava o que falá.

E junto dela
Veio alguém que suplicou
Pra que nunca se esquecesse
De um caboclo que ficou.

Maringá, Maringá,
Depois que tu partiste,
Tudo aqui ficou tão triste,
Que eu garrei a maginá.

Maringá, Maringá
Para havê felicidade,
É preciso que a saudade
Vá batê noutro lugá.

Maringá, Maringá
Volta aqui pro meu sertão
Pra de novo o coração
De um caboclo assossegå.

Antigamente
Uma alegria sem igual
Dominava aquela gente
Da cidade de Pombal.

Mas veio a seca
Toda chuva foi-se embora
Só restando então as águas
Dos meus óio quando chora.

Maringá, Maringá,
Depois que tu partiste,
Tudo aqui ficou tão triste,
Que eu garrei a maginá.

Maringá, Maringá
(...)

A cidade de Maringá é conhecida como “cidade canção”, referência à origem de seu nome com a música de Joubert de Carvalho sobre a moça Maria do Ingá, e também como “cidade verde”, menção à ampla arborização de sua área urbana. As características atuais a colocam entre as quatro principais cidades do Paraná, por ser sede da região metropolitana de Maringá, ter um grau de urbanização superior a 98% e um índice de desenvolvimento humano alto (0,84 em 2000).

Algumas matérias apresentam Maringá como uma cidade de primeiro mundo, conforme indicam os índices acima, em virtude de sua beleza e da simpatia de seus moradores, fatores que encantam os visitantes. Outras matérias, entretanto, indicam os vários problemas existentes na cidade, tais como: deficiência da saúde pública; destino do lixo coletado diariamente, sem perspectiva de solução rápida; existência de exploração de mão-de-obra infantil, entre outros.

A aparente incoerência de uma cidade que chega ao século XXI praticamente toda urbanizada, em uma relação íntima com a produção agropecuária regional, incluindo uma base empresarial de transformação dessa matéria-prima, confirma a existência de uma luta por interesses muito distantes do interesse comum. A cidade mostra sua complexidade, através de múltiplos espaços, direitos, “urbanização” e, portanto, múltiplas infâncias. Ou, como diz Barbosa:

A cidade é por excelência o local da multiplicidade, das contradições, dos encontros e desencontros. Multiplicidade de pessoas, objetos, formas, crenças, identidades, fluxos, redes, gostos, anúncios, marcas, vestígios, estilos de vida e estilos arquitetônicos, tempos e

temporalidades. Contradições entre periferia e centros, capital e trabalho, integrados e excluídos, barracos e mansões, padrões e empregados, celebridades e trabalhadores invisíveis, consumidores e pedintes, avenidas e becos, desperdício e carestia. (BARBOSA, 2009, p. viii)

Maringá foi fundada em 1947 pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), com o lançamento oficial da pedra fundamental do Patrimônio da futura cidade. Em 1951, é emancipada administrativamente.

O processo de colonização da região fazia parte de um processo maior desde o início da década de 1920 e se acelerou com a possibilidade de exploração da cultura do café. A expansão do chamado Norte Novo do Paraná foi considerada rápida, com a movimentação migratória de paranaenses, paulistas e mineiros que vieram para trabalhar na cultura cafeeira. Trata-se de situação claramente visível até a região de Londrina, nas primeiras décadas do século passado, tornando o Paraná, na década de 1940, um dos maiores produtores dessa cultura⁴.

De Londrina, a Companhia estabelece seus planos de expansão até Umuarama. Segue um plano de loteamento onde as cidades de Maringá, Cianorte e Umuarama, juntamente com Londrina, sede da CMNP, foram criadas aproximadamente a 100 km de distância entre si, para formar uma

⁴ - Os estudos sobre a importância da produção de outros produtos, tais como feijão, milho, mandioca, algodão, cana, rami, hortelã ainda estão no início e precisam ser mais aprofundados, uma vez que não se tratava de produção secundária ou para uso da área que sobrava nas fazendas do café. Esses estudos contestam as pesquisas que consideram a produção do café como eixo explicativo da história e da economia do Paraná, principalmente da colonização do norte e do oeste do estado. Soma-se a influência dos documentos da época mais divulgados e utilizados nas pesquisas, como os relatórios do IBC e da Companhia de Melhoramentos que tendiam a ressaltar essa predominância do café. Os do IBC por voltar-se aos números relacionados com os sistemas do Instituto e dos financiamentos; os da CMNP pelo interesse de propaganda, pois o café até a década de 1970 era um produto que nacionalmente chamava a atenção de compradores de terra.

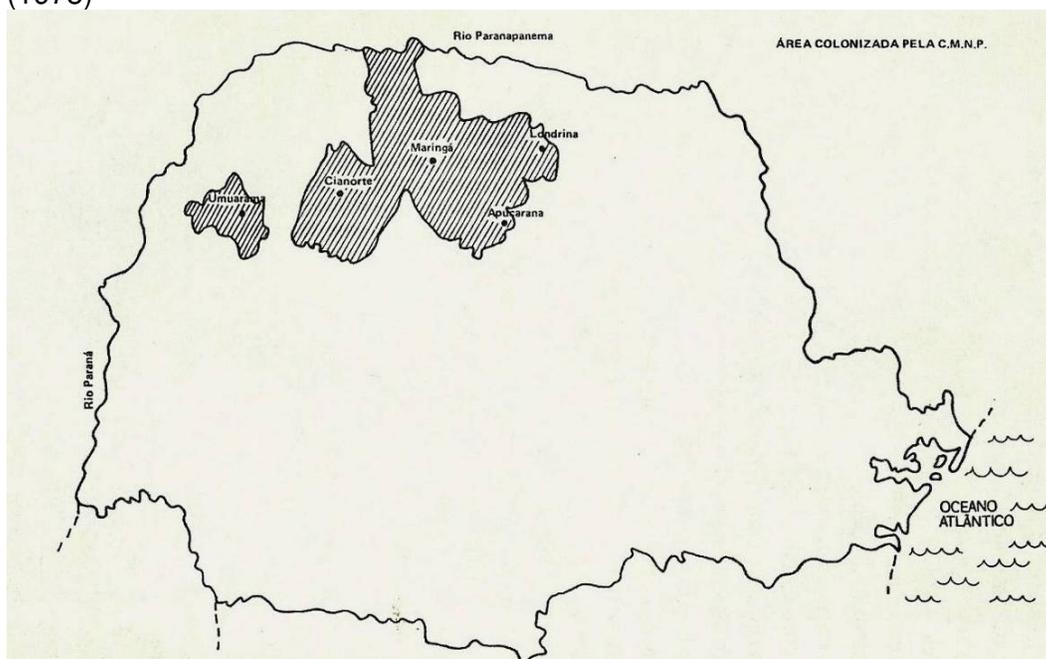
rede. Esses futuros municípios seriam como “sedes” para os municípios menores que se formariam entre elas, pois:

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. (COMPANHIA, 1975, p. 77)

A Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná é inseparável da história de Maringá. Não apenas por ser a empresa imobiliária responsável pela venda dos primeiros lotes, mas, como mostra a citação acima, por ser responsável pela construção de um dado discurso, discurso que a aproxima de uma trajetória épica. O material de propaganda da CMNP para atrair compradores, como nos documentos da própria empresa, sempre procurava demonstrar o caráter visionário dos empreendimentos da Companhia e a profunda preocupação na construção de uma região rica e próspera (GONÇALVES, 1999).

O mapa 2, a seguir, indica o projeto de implantação das cidades principais e a área total administrada pela companhia nesse processo de colonização:

Mapa 2 - Área de ocupação da Companhia Melhoramentos Norte Paraná (1975)



Fonte. LUZ, 1997, p. 32

Em 1975, a CMNP organizou uma publicação comemorativa de seu cinquentenário: *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. A obra ainda traz, na capa, a sugestiva nota “Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada”. A construção da obra é composta principalmente por depoimentos de seus organizadores, diretores, engenheiros e aliados importantes na relação da Companhia com os governos estadual e federal. Percorrendo suas páginas encontramos relatos sobre homens como “o dedicado Aristides de Souza Mello, continuador da obra de Willie Davids em Londrina e que tanto viveu a epopéia [...]” (COMPANHIA, 1975, p. 5)

Na apresentação da obra, as ações da empresa são afirmadas como missão na construção de uma sociedade forte e sadia:

É por essa razão que nas empresas constituídas com base nos princípios sadios do liberalismo cada ato deve ser pensado como ato de governo, como decisão destinada a

resguardar o interesse público. Tal é a diretriz desejável. Tal é a oportunidade de sobrevivência do capitalismo democrático.

Foi assim na companhia Melhoramentos Norte do Paraná. E a melhor prova de que prevaleceu essa preocupação com a coletividade no íntimo da empresa é a pujança de toda a região, é a riqueza de muitos, é a contribuição audaciosa, viva, expressiva, para o desenvolvimento nacional.

[...] a venda da primeira gleba das magníficas terras roxas do Norte do Paraná – não foi um negócio. Foi uma destinação histórica. (COMPANHIA, 1975, p. 5)

As pretensões declaradas nesse discurso quanto a ser, a Companhia, um exemplo de empresa privada que, sob a orientação liberal, desenvolveria o empreendimento da colonização sem recorrer ao Estado, mascara a relação íntima que mantinha com os governantes, inclusive com gerentes e diretores em cargos dos governos federal e estadual. Essa relação vem sendo analisada nas últimas décadas, com a finalidade de compreender o grau de concessões com que a CMNP contava nesse processo. Por exemplo, a liberação de plantio de café nas terras paranaenses contrariava os encaminhamentos governamentais em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo:

Quando estavam fazendo negócios de compra de terras com o Estado do Paraná, os empresários paulistas e ingleses contaram com a valiosa assessoria do advogado João de Oliveira Franco, que, em 24 de abril de 1931, foi o principal negociador paranaense do Convênio dos Estados Cafeeiros. Franco chegou a ser diretor de uma empresa ferroviária pertencente ao grupo inglês que controlava o Norte-Novo do

Paraná. Em 1938, foi convidado, quando da instalação da Comarca de Londrina, para ser secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. No ano seguinte, Getúlio Vargas nomeou-o Interventor Interino. (GONÇALVES, 1999, p. 105.

Outro exemplo de atuação apontada por Gonçalves para demonstrar como a empresa mantinha relações íntimas com o Estado é a do banqueiro Gastão Vidigal, Ministro da Fazenda de Eurico Gaspar Dutra, que, nesse período, teve participação ativa nas negociações de compra da CMNP por empresários paulistas e nas definições de exploração da empresa.

A força que a Companhia demonstrava na região chamou a atenção de vários pesquisadores. A revisão e o aprofundamento dessa fase da formação do Norte do Paraná têm motivado diversas pesquisas historiográficas (TOMAZZI 1997; GONÇALVES, 1996, 1999; MOTA, 1994).

Alinhado com as discussões de Alcir Lenharo (1986), Tomazi (1997) analisa o processo de (re)ocupação da área de colonização posto em prática pela Companhia, como um projeto maior de governo. Em primeiro lugar, a formação de frentes para propiciar uma maior mobilidade da mão-de-obra crescente no Brasil, diminuindo a pressão das organizações de trabalhadores rurais e urbanos nas proximidades dos grandes centros (GONÇALVES, 1999). E, segundo, o estabelecimento da “ordem” em uma área de ligação da capital e região até o extremo Oeste, ou seja, Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), a região do Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo, e Guaíra, principal limite com o Paraguai.

A violência, que aparece frequentemente nesse processo, e o apoio governamental, inclusive com o silêncio diante dessas práticas, são

marcas dessa primeira fase da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Conforme Tomazzi (1997), uma das tarefas da CMNP nesse processo de colonização era a solução dos conflitos envolvendo posse de terras, contando, para isso, com o apoio do governo estadual.

A questão dos conflitos de terras está presente na definição da área que seria concedida à CMNP, de acordo com Luz (1997, p. 31), mas a Companhia estava sempre adiante, definindo a área de interesse “situada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, muito disputada por posseiros e possuidores de concessões outorgadas pelo Governo do Estado do Paraná”. Diante das dúvidas,

Para solucionar a questão, a Companhia adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes a 415 alqueires. Em seguida, manifestou às autoridades a sua intenção de comprar do Governo do Estado essas mesmas terras, pelos preços estabelecidos em lei, comprometendo-se a rasgar todos os papéis discutíveis que tinha em mãos. Assim, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada. (p. 31)

Em meados da década de 1940, o controle das terras disponíveis para exploração através de venda de lotes estava praticamente consolidado e possuía em Londrina a sede da CMNP para o novo avanço territorial. Esse contexto é importante para a compreensão do papel da CMNP na formação de Maringá e de algumas de suas características.

1.1 – Maringá: a estruturação da cidade.

É bastante difícil precisar, historicamente, a ocupação da futura cidade de Maringá, além dos dados oficiais. A companhia colonizadora vendia lotes para a região, conforme France Luz (1997, p. 60), desde 1939:

[...] a empresa colonizadora reservava, na zona central de sua extensa gleba, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental de suas terras, dividindo com Londrina a liderança regional; serviria, dessa forma, como centro propulsor de progresso para uma vasta e promissora área agrícola.

O processo de ocupação da cidade, conforme a orientação da CMNP⁵, possui como marco a formação de um povoado que ficou conhecido como “Maringá Velho”, com a instalação de um pequeno hotel, no final de 1942, e de algumas casas em seguida. E como afirma Luz (1997), “já havia muitas famílias morando na zona rural circunvizinha”.

Nos anos seguintes, a Companhia, estabelecendo as vias de acesso para as áreas rurais até o final da década de 1940 e de posse da definição do traçado da rede ferroviária, define o plano urbanístico da cidade (planta 1). A venda de lotes na região do Maringá Velho é praticamente suspensa para forçar a ocupação em consonância com o plano. A ocupação seguiria praticamente duas linhas gerais: a zona 1, área central de interesse da

⁵ - *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*, dissertação de mestrado de France Luz, defendida 1980 e publicada em 1997, é um dos principais trabalhos de análise da influência da CMNP no processo de ocupação da cidade de Maringá.

companhia para maior valorização; e a zona 3, destinada à população de menor poder aquisitivo (LUZ, 1997, p. 79).

O crescimento populacional de Maringá e o desenvolvimento econômico inicial tiveram no café forte influência. Até meados de 1960 (mapa 1) essa relação foi importante na questão demográfica das zonas rural e urbana.

As atividades desenvolvidas pelo Grupo Executivo de Racionalização do Café do Instituto Brasileiro do Café (IBC/GERCA) possibilitam entender as mudanças ocorridas na região que corresponde a Maringá. Entre as ações, algumas foram decisivas nesse processo, como o financiamento da mecanização e da reestruturação da produção cafeeira, contribuindo para a própria substituição da cultura do café pela produção da soja, pecuária e cana-de-açúcar.

O IBC foi criado em 22 de dezembro de 1952, conforme Lei Federal número 1.779. Entre as diversas diretrizes e finalidades que constavam na sua criação, podia-se observar a preocupação com a política econômica do país. Eram funções do IBC a promoção de pesquisas, o fomento ao cooperativismo, a fiscalização das fontes de produção, bem como da qualidade do café produzido, o aprimoramento dos processos de cultura, preparo, beneficiamento, industrialização e comércio do café, entre outros (BRASIL, 1952).

Para conter a superprodução de café, o IBC criou planos de erradicação de cafeeiros e diversificação agrícola das áreas erradicadas. A fim de que esses planos fossem executados, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA):

O primeiro plano de erradicação foi elaborado a partir de junho de 1961, tendo sido realizados estudos sobre a economia cafeeira e identificados os pontos básicos a partir dos quais deveria ser desenvolvido programa que atendesse à racionalização das atividades ligadas ao setor cafeeiro. Em decorrência desses estudos, foi criado, em 29 de outubro de 1961, o “Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura”, e foi lançado o “Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira”. (INSTITUTO, 1967, p. 1-2)

A execução desse Plano pelo IBC/GERCA seguiu um trabalho de assistência técnica e financiamento, a fim de erradicar cafeeiros existentes e considerados economicamente inviáveis e, também, promover a substituição racionalizada por outra cultura ou outro tipo de café. Foram difundidas e financiadas implantações de novos sistemas de plantio, melhorando, desta forma, as condições de exploração da lavoura e liberando áreas para outras culturas (SILVA, 1994, p. 18).

Para que houvesse um melhor funcionamento da instituição, foram criados escritórios de assistência técnica com sedes nos principais municípios das regiões produtoras que também visavam à solução de problemas agrícolas, empresariais e comunitários. Por exemplo, na jurisdição de Maringá, foram instalados 22 escritórios locais, ordenados pelas Divisões de Assistência Técnica à Cafeicultura – DACAF –, cujo trabalho era baseado em várias diretrizes, como planejamento regional, conjugação de crédito, integração com a pesquisa, treinamento periódico, entre outros.

O plano original objetivava a diminuição da produção de sacas de café no país. A erradicação de pés de café e sua substituição por plantas mais produtivas atendiam o plano da substituição de uma planta nova para cada

quatro arrancadas (BRASIL, 1962, p. 01). Nas áreas liberadas, a ideia seria implantar novas culturas, como a soja:

Com a finalidade de colaborar com o Estado do Paraná no reerguimento da sua agricultura, seriamente afetada com as ocorrências da geada e da seca, procurou o GERCA dar início a um programa de diversificação da monocultura cafeeira, através do incentivo à produção de soja. (INSTITUTO, 1963, p. 6)

Esse fenômeno foi relativamente estudado nas análises econômicas da substituição do café pela produção da soja, demonstrando que a geada, na verdade, foi um fator inserido em um processo mais amplo, desencadeado no início da década de 1960, com os trabalhos de erradicação dos pés de café considerados não produtivos e a substituição desses por novos tipos de plantas⁶.

A mecanização da produção agrária, a substituição da lavoura mais tradicional do café e a aprovação e implantação do Estatuto do Trabalhador Rural provocaram mudanças severas no sistema de contratação de mão-de-obra. O sistema de parceria, em que parte das terras era deixada sob a responsabilidade de outra pessoa para produzir o café, num prazo médio de 04 anos (tempo estimado para formar os pés de café e iniciar a colheita), foi sendo eliminado. A manutenção de famílias nas fazendas foi-se extinguindo. Fazendas com mais de 100 famílias, em menos de dez anos, mantinham apenas algumas para trabalhos mais próximos à sede. A mão-de-obra volante,

⁶ - A análise desse processo foi realizada por geógrafos (MORO, 1980, 1991, 2003, SERRA, 1989) e historiadores (CANCIAN, 1981, LUZ, 1988, TOMAZI, 1997; CASAGRANDE, 1999). Desses trabalhos derivaram monografias e dissertações, focalizando a organização da cidade nas últimas décadas e, mais recentemente, estudos sobre os moradores e trabalhadores rurais. (DIAS; GONÇALVES, 1999).

ou o futuro “boia-fria” aumentou, consideravelmente, nesse período (CASAGRANDE, 1999).

As áreas urbanas das cidades foram se expandindo e passaram a representar a maior concentração populacional. No caso de Maringá, o processo foi bastante visível:

Quadro 1 – Densidade demográfica urbano/rural (Maringá 1950-1991)

	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%
Urbano	7.270	18,84	47.592	45,71	100.100	82,47	160.645	95,51	233.732	97,41
Rural	31.318	81,16	56.639	54,29	21.274	18,53	7.549	4,49	6.198	2,59
Total	38.588	100,0	104.231	100,0	121.374	100,0	168.194	100	239.930	100,0

Fonte: IBGE, MORO, 2003, p.49

Como podemos observar, na zona urbana, entre 1960 e 1980, ocorre um aumento populacional de aproximadamente 337%, enquanto a população rural tem uma redução de mais de 85% no número de habitantes.

O impacto do crescimento urbano é indiscutível ao gerar condições para o surgimento de novos empresários e investimentos, mudanças nas relações sociais, tornando-as mais complexas, além de criar e aumentar exigências que aprofundam as dificuldades de vida, como o acesso à alimentação, moradia e aumento do controle social. Assim, em 1967, tem-se a constatação de que:

[...] Maringá já esgotou a sua etapa inicial, aquela em que o café exerceu o papel de estímulo dinâmico, leva a compreender que a cidade se encontra presentemente diante de um impasse. Como cidade definitivamente implantada e vivendo agora os reflexos de uma conjuntura econômica diversa da que permitiu sua consolidação urbana, Maringá passa a ter necessidade de uma estrutura econômica que lhe

assegure, por força dos fluxos financeiros oriundos da arrecadação, manter em níveis elevados os investimentos de infraestrutura urbana. (MARINGÁ, 1967,p. 94)

Esse impacto negativo, no geral, atinge de forma mais contundente a população mais pobre e, nesse âmbito, as crianças, mais suscetíveis aos descompassos entre expansão urbana e necessidades sociais, principalmente nos planos da Educação e da Saúde, o que não é específico de Maringá. (ver ESTUDOS ECONÔMICOS, 1984).

1.2 - O planejamento da urbanização de Maringá: o Plano Diretor de Desenvolvimento

O Plano Diretor de Desenvolvimento apresenta as principais características da formação e urbanização de Maringá. Após a sua fundação e nas décadas seguintes, o discurso sobre a cidade planejada e moderna foi-se consolidando e firmando o desejo da CMNP de se intitular como empresa baseada no planejamento, em oposição à espontaneidade, conforme analisa Gonçalves (2007, p. 31ss).

Os documentos da CMNP de propaganda (COMPANHIA, 1975) e os estudos nas últimas décadas destacaram o plano urbanístico da cidade como exemplo. A mudança ocorrida no desenvolvimento do plano, avaliada

como desvios, soma-se, na região, até a década de 1960, a outro discurso forte sob influência da Companhia: a presença dos pioneiros, pessoas determinadas ao desenvolvimento pessoal e coletivo, nesse caso em oposição aos aventureiros. O discurso:

Era mesmo o sertão, que abríamos a machado para oferecer novas oportunidades ao agricultor brasileiro. [...] gente vindo de longe, forasteiros surgidos de repente, famílias inteiras que de uma hora para outra apareciam vagando pelas ruas à procura dos escritórios da Companhia para comprar o seu lote e começar vida nova plantando café. Muitos começaram assim e ficaram ricos. De um lote pequeno passavam para um maior, depois outro, enfim um sítio e depois uma fazenda. Na cidade era a mesma coisa. Bastava querer trabalhar, agir honestamente, e logo o indivíduo tinha terra, tinha crédito e tinha a vida toda pela frente. Posso citar alguns exemplos, sei que eles se contam aos milhares (COMPANHIA, 1975, p. 141).

A cidade dita planejada se destacava na região apontando suas potencialidades urbanas e os problemas que precisavam ser enfrentados. Diante dos conflitos internos na cidade, Dias (2008) demarca aqueles existentes entre o poder público e a ingerência da CMNP, esta última mantendo uma postura de resistência às determinações do governo municipal:

[...] a cidade crescia e se tornava uma das mais importantes do estado, mas era destituída de infraestrutura mínima. A guerra fiscal, travada pela Cia. Melhoramentos contra o primeiro prefeito, fragilizou ainda mais o município, a ponto de um candidato transformar a realização de serviços básicos em trunfo eleitoral. A rigor, era serviço que deveria ser operado pela prefeitura (DIAS, 2008, p. 51).

A ocupação territorial aos poucos vai se afastando do projeto inicialmente estabelecido (planta 1) e grupos independentes loteiam chácaras e sítios próximos à área urbana. Formas coletivas de moradia são cada vez mais presentes nas áreas periféricas e os conflitos de interesses vão se acirrando. É nesse quadro, entre os fatores de reorganização dos serviços públicos e da polarização de Maringá como referência regional, que o município foi analisado em um projeto conjunto dos governos municipal e estadual para a elaboração de plano de desenvolvimento, seguindo as expectativas federais de planejamento. E, conforme Rodrigues (2004):

No bojo dos governos militares autocráticos e tecnocráticos, ocorreu a difusão para todo o país de mecanismos de planejamento, especificamente, de um modelo de plano diretor que a maioria dos municípios brasileiros buscou implantar (p.66).

Analisando a elaboração desses planejamentos, Rodrigues (2004) aponta outra intenção no caso paranaense. Tratava-se da ingerência do governo estadual com o objetivo de ampliar seu controle sobre as novas áreas em desenvolvimento no estado:

(...) Mediante diagnóstico realizado, o Norte do Estado se mostrava uma região tributária da economia de São Paulo, cuja safra de café, por exemplo, era escoada via porto de Santos e não através do Porto de Paranaguá, mantendo poucas relações com a região Sul e o sul do Estado, inclusive com a capital (p .68).

Além das questões internas municipais, a realização desses diagnósticos e a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, estavam embasados na justificativa de estabelecer no país a regionalização racional dos

governos em todas as esferas. A revista NP (Novo Paraná), publicação paranaense com distribuição estadual, apresenta em 1967 uma ampla matéria descrevendo os princípios do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado e as especificidades de sua aplicação no Paraná:

Com a elaboração do Programa de Ação Econômica do Governo, em 1964, buscou o governo federal sistematizar o planejamento no país. Era preciso dar continuidade à obra de reorientação do desenvolvimento nacional, propiciando às novas administrações um Plano Nacional de Desenvolvimento Integrado. A essa tarefa dedicou-se o Ministério do Planejamento. Surgiram então as bases dos planos integrados municipais, dentro do espírito que preside a formulação da estratégia do desenvolvimento harmônico do território nacional.

Visando suprir esta deficiência e atender de modo satisfatório à exigência de ação planejada – tendo em vista obter-se resultados harmônicos e racionais em favor da economia e do bem-estar social do Estado – o Governo do Estado criou a Comissão de desenvolvimento Municipal – CODEM, através de convênio entre o Departamento de Assistência Técnica aos municípios -- DATM e a companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR (NP n. 9/7 de 1967, p. 46-47)

A abertura do Plano apresenta o discurso do governo estadual do Paraná em relação direta com organismos mistos, como a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - a CODEPAR - e a Comissão de Desenvolvimento Municipal – CODEM -, responsável pela contratação da equipe técnica:

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá foi realizado sob os auspícios da CODEPAR, que participou com 80% de seu custo e orientou tecnicamente os trabalhos, através da Comissão de Desenvolvimento Municipal – CODEM. O Plano, que define as diretrizes para um desenvolvimento racional da cidade, foi executado dentro do programa do Governo Paulo Pimentel a fim de possibilitar a todas as regiões as condições necessárias para um crescimento harmônico, dando às prefeituras um instrumento que permita uma ação segura nesse sentido.

Este trabalho assume uma grande importância para vasta região geoeconômica, com profundos reflexos numa ampla área que tem Maringá como polo. A influência dessa cidade estende-se a mais de quarenta municípios, com uma população total superior a 660 mil habitantes.

O esforço conjunto do Governo do Estado e Prefeitura Municipal possibilitou, em poucos meses, a realização deste Plano, de profundo significado para o desenvolvimento da região norte-paranaense (MARINGÁ, 1967, apresentação).

O plano representa, assim, um documento que permite o contato com os dados oficiais, mais amplos que os produzidos pelo município apenas, delineando um quadro das condições da cidade. A ênfase dada no documento ao potencial regional de Maringá reforça o interesse estadual na cidade, principalmente como entroncamento rodoviário, permitindo maior controle do escoamento da produção regional. Além disso, o valor de Londrina para seus limites e conexões com São Paulo fortalecem Maringá como cidade estratégica para ligação com todo o Oeste do Paraná, de Guaíra até Foz do Iguaçu,

passando por cidades que estavam em desenvolvimento, como Campo Mourão e Cianorte.

Um dos problemas apontados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento centra-se na própria forma de ocupação do perímetro urbano e no forte relacionamento com uma tradição agrária baseada na monocultura do café, momento do “pioneirismo maringaense”:

Coerentemente com o modelo de desenvolvimento global de Maringá, a estrutura de poder que se consolidou refletia a instabilidade e a diversidade de interesses de grupos socialmente dominantes. A ideologia do aventureirismo e do pioneirismo não permitia, nas suas bases, a possibilidade de uma associação política ao nível dos interesses políticos globais e coletivos. A procura de riqueza e o caráter transitório do processo de ocupação inicial de Maringá fizeram com que a tônica principal da ideologia dominante fosse o individualismo e, dessa forma, não se desse a caracterização da estrutura de poder em grupos, com interesses definidos em relação à estrutura econômica e social da região (MARINGÁ, 1967, p. 44).

O desenvolvimento de Maringá ficou aquém do moderno planejamento urbanístico e do discurso construído pela CMNP sobre a cidade. A beleza da cidade é notória, sua estrutura de serviços particulares é evidente, os investimentos em industrialização são os indicados. Porém, a análise aprofunda a necessidade de superar a distância existente entre essas características e o processo de urbanização de sua população:

De início, pode-se afirmar que, apesar da alta taxa de urbanização atual, o tempo de adaptação ou aquisição

de padrões de comportamento urbanizados é relativamente longo (Idem, p. 41).

A taxa de urbanização de Maringá foi avaliada em 75%, em 1965, pela Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM), levando-se em conta principalmente as residências de seus munícipes. A taxa seguiu acelerada, passaria para 82% em 1970 e, em 1980, atingiria mais de 90%. A forma como se deu esse crescimento concentrado na década de 1960 é um dos principais pontos indicados como desfavoráveis à consolidação da cidade como um complexo urbano. Ou seja,

Os dados demográficos revelam que, no período de 1960 a 1966, o aumento populacional teve origem em movimentos imigratórios em cerca de 69% dos habitantes atuais. Sendo que os 31% deve-se a um crescimento vegetativo da população.

Nos últimos anos, principalmente, acentuava-se, concomitantemente à existência dos fatores de atração da cidade, aqueles resultantes da expulsão rural provocada basicamente pela queda da absorção de mão-de-obra, face aos programas de erradicação do café e sua substituição por culturas de menor densidade de ocupação. Este fenômeno vem provocando, em termos físicos, a formação de agrupamentos habitacionais com baixíssimas normas urbanísticas e ainda, em raros pontos, embriões de favelas; e em termos econômicos, a pressão do aumento da oferta de mão-de-obra, com a consequente inchação do setor terciário, mediante o sub-emprego e execução de tarefas de baixa produtividade social (MARINGÁ, 1967, p. 38).

A distribuição da população na cidade é apontada como outra questão que precisa ser enfrentada e solucionada. O afastamento da

população mais pobre é uma dinâmica de reconhecimento notório nos estudos sobre a urbanização. Com as novas exigências das condições das casas e do entorno, tais como calçadas, muros, limpeza de terrenos, construções de alvenaria etc., sob o signo da urbanização prossegue a separação das camadas populares.

A distribuição demográfica implica em questões complexas. O limite territorial urbano incorporava áreas repletas de sítios, loteamentos quase desertos e, inclusive, matas. Como indicado anteriormente, o plano apresentado pela CMNP já apresentava diferenças na definição da ocupação do território urbano, como no caso da Vila Operária e, posteriormente, de outros bairros mais afastados que não integravam o plano inicial.

Os estudos de Luz (1997) e de Rodrigues (2004) analisam esse fenômeno de segregação dentro do plano de venda de lotes desde o plano inicial, situação que se intensificou com o crescimento da cidade e a forte especulação imobiliária. Um problema indicado no PDD:

Outras características que definem o processo de urbanização social são os problemas sociais surgidos durante a formação do centro urbano. Com relação à formação da estrutura social, a tendência colonizadora de Maringá foi a de provocar uma estratificação físico-social da cidade em função da variedade de nível de renda de seus habitantes.

A diferença dos valores imobiliários entre os vários bairros da cidade, desde a época de sua fundação, tinham como objetivo selecionar os seus moradores. Some-se a essa orientação, a irracionalidade do processo de expansão física da cidade, propiciada pela aprovação de novos loteamentos sem a previsão de incentivos à criação de meios

para a intensificação das relações sociais comunitárias (MARINGÁ, 1967, p. 38).

O processo de urbanização, além da concentração demográfica na área urbana, está baseado em outros fatores, como concentração de renda, produção não agropecuária, recursos de infraestrutura para atender os moradores da área urbana. Nesse ponto, a distribuição populacional por condições sociais implica diretamente na relação de acesso aos bens e serviços advindos com o processo de urbanização. Bairros, como a Vila Operária, mesmo fazendo parte do projeto original, demonstram como o sistema público iniciou a implantação e concentrou as benfeitorias nas áreas centrais, ou destinadas à população de mais posses.

Com a expansão dos loteamentos mais distantes do projeto original e de seu centro, os serviços de saúde e de educação, além dos serviços de infraestrutura básica, como água e luz, chegam a esses bairros de forma bastante diferenciada. Assim sendo, a urbanização chega de forma desigual e a relação com ela é diferente, conforme as condições de vida das pessoas. O processo de mudança de residência representa uma forma de conseguir melhores condições de vida, mas, por outro lado, isso significa mais custos. Os valores dos aluguéis e das propriedades são elementos permanentes nesse momento em que as formas de transporte estão em fase limitada. Assim, mudar-se para a cidade não significa participar de tudo que ela possui, já que vários outros fatores pesam nesse processo.

Finalmente, o Plano Diretor aponta para outra questão. Analisando esse processo de crescimento demográfico - ocupação de áreas distantes do centro, chegando à formação de bairros praticamente isolados e

com densidade demográfica muito abaixo do indicado para uma região urbana, mudança na população com o aumento de moradores recentes, juntamente com a tradição rural – percebe-se um grave problema no processo de urbanização, já que era “relativamente alto o grau de isolamento social da maior parte da população maringaense” (MARINGÁ, 1967, p. 42). Esse isolamento é relacionado à análise do “grau associativo da população e à frequência existente em relação a veículos de comunicação social, tais como cinema, clubes, logradouros públicos, etc.” (Idem, p. 40):

O organismo urbano deve funcionar como estímulo à formação de grupos atuantes, que questionem permanentemente a orientação imprimida no processo de desenvolvimento. Ora, isso ocorre quando existe a preocupação dos elementos de poder, de suprir a cidade de instrumentos físicos, culturais e políticos para estimular a participação de todas as faixas da população na tarefa do desenvolvimento (idem, p. 38-39).

Essa é a tônica do documento em relação à fragilidade da população maringaense no momento em análise, em decorrência da escassez de recursos que não permitem envolver e proporcionar perspectivas de desenvolvimento, da deficiência dos serviços públicos e da dificuldade de acesso aos serviços privados. Como o exemplo no caso da saúde:

Casos clínicos que exijam assistência muito especializada são igualmente remetidos a Curitiba ou São Paulo. O mesmo ocorre em relação às pessoas de muito baixo nível econômico, que, não encontrando em Maringá condições de atendimento gratuito, encaminham-se aos dois grandes centros, em busca da assistência governamental (MARINGÁ, 1967, p. 98).

As condições do ensino são definidas como merecedoras de ações urgentes e voltadas para uma mudança geral dos serviços prestados na cidade, no campo e para a região. As justificativas dessa avaliação demonstravam estar afinadas com as discussões internacionais de ensino e com a importância do papel da educação na formação de uma população desenvolvida cultural e politicamente:

No que tange a Maringá, a opção não se coloca entre oferecer oportunidades educacionais ao maior número de pessoas possível, mesmo que em prejuízo da qualidade, ou ministrar uma melhor educação a uns poucos. O que torna necessário para o município é o ajustamento dos órgãos administrativos locais às tarefas que são delegadas, isto é, criar uma escola capaz de oferecer formação básica, transmitindo cultura e despertando o espírito criador de toda a população escolarizável, além de lhe possibilitar continuidade em seu processo educativo, por meio da conscientização e engajamento no contexto econômico local e nacional e através da preparação de quadros humanos necessários à conquista de estágios superiores de desenvolvimento (MARINGÁ, 1967, p. 293).

Esse discurso dos princípios fundantes da educação na formação da nova cidade que se firmava como polo regional está afinado com todo o discurso contido no documento, desde a apresentação já referenciada até as últimas páginas. Não bastava ajustar ou ampliar o que estava sendo feito; o documento apresenta a defesa da convicção de que era o momento adequado a um Paraná que desejava livrar-se da dependência dos outros estados, bem como ser dotado de recursos para firmar-se como referência.

A década de 1970 representa assim o período em que Maringá conta oficialmente com novo plano de urbanização, “como cidade definitivamente implantada e vivendo agora os reflexos de uma conjuntura econômica diversa da que permitiu sua consolidação urbana” (MARINGÁ, 1967, p. 94). As condições da saúde e da educação modificaram-se muito mais lentamente que outras propostas do Plano. Por exemplo, a regulamentação da ocupação territorial urbana se fez rapidamente, caso também das diretrizes viárias.

Acompanhar a relação das crianças com o início dessa nova fase de urbanização, que se acelera na década de 1980, configura a finalidade que norteará a análise das entrevistas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

INFÂNCIA E MEMÓRIA



Foto 1 - Em cima do caminhão assistindo filme – 1949
Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

2.1 – Aspectos da infância na historiografia brasileira

O século XX pode ser visto como aquele em que as crianças e os adolescentes ocuparam um amplo destaque na sociedade ocidental. De forma direta ou não, tornaram-se o centro das atenções para as famílias, para especialistas de diferentes áreas, além de seu importante papel em órgãos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF - United Nations Children's Fund), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os historiadores Ariès (1981) e Perrot (1991), analisando a família na Europa, na Idade Moderna, introduzem e aprofundam questões quanto às mudanças que ocorrem em relação à infância. A família, nos séculos XVIII e XIX, na Europa, passa por profundas transformações, e os filhos recebem atenção cada vez maior, em virtude da preocupação de prepará-los para a nova sociedade. É o período de consolidação da sociedade capitalista, quando os debates e a implantação de medidas relacionadas com a formação do cidadão e com a formação de mão-de-obra promovem algumas dessas mudanças. Este processo envolveu algumas áreas diretamente relacionadas com a infância, tais como: o combate à mortalidade infantil, através de ações da assistência social e da saúde em conjunto com a pediatria e a puericultura; a formação moral, trabalhada intensamente nas escolas; e o controle direto de crianças e adolescentes em conflito com a lei, os direitos da chamada

menoridade.

A imagem das crianças ganhava cada vez mais destaque em diversas formas de propaganda política. Essa é uma tendência forte desde o final do século XIX no Brasil, percebida nos discursos referentes à importância da infância e à necessidade de condições de acesso à saúde, à educação e futuramente ao trabalho. Os discursos e a produção de estudos, não as ações, ganham espaço, independentemente da orientação política. Por outro lado, o desenvolvimento dessa produção não se reflete diretamente na relação dos adultos com as crianças. A repressão, o controle e o descaso são mais evidentes em uma sociedade que inicia o século XX com fortes traços da herança escravocrata e sem tradição na democracia e no Estado de Direito.

No Brasil, mesmo com a expansão urbana nas principais cidades, a infância não possui um histórico de medidas governamentais efetivas, apesar de encontrarmos muitos discursos em defesa de ações voltadas à sua proteção e desenvolvimento (MORELLI, 1996). Os estudos das políticas de saúde (IYDA, 1994; RIBEIRO, 1993) e da educação, por exemplo, demonstram a predominância da iniciativa privada na oferta desses serviços. As ações desenvolvidas pelas entidades assistenciais (RIZZINI; RIZZINI, 2004) eram significativas, pois permitiam que filhos de famílias pobres pudessem ter atendimento médico e educação gratuitos, de forma caritativa, o que, afinal, já em meados do século passado era defendido como um direito.

As mudanças internacionais, após a Segunda Guerra, com novas diretrizes políticas relacionadas ao Estado de bem-estar social, deram novo alento aos movimentos sociais. Estes, no Brasil, ganhavam força na abertura democrática, ainda no início e tímida, e forçavam o governo brasileiro a ampliar

o acesso da população à saúde e à educação, bem como a adotar novas medidas no combate à pobreza.

A partir das décadas de 1950-1960, a urbanização do país entra em nova fase de organização, configurando um projeto federal. Com os projetos de colonização desenvolvidos desde o século XIX e o forte apelo da marcha para o Oeste do governo Vargas, busca-se firmar o Brasil como um país urbanizado. Exigindo mudanças nas ações governamentais e implementando um caráter profissional, inicia-se um afastamento entre as políticas públicas e as entidades de assistência social, reorganizando e ampliando o serviço público de saúde, através do aumento da rede de postos de saúde, de puericultura e hospitais (IYDA, 1994), e, também, com a ampliação da rede de ensino, incluindo o ensino médio e universitário. A educação infantil permaneceu quase totalmente restrita às creches, e estas, em sua maioria, eram mantidas por entidades assistenciais ou pertenciam à rede particular.

Em meados da década de 1970, inicia-se um período de grande produção e publicação de estudos derivados das ações governamentais. Alguns fatores ajudam a entender a proliferação das pesquisas relacionadas às políticas, em geral, e à infância, em particular. Entre elas, verificam-se as possibilidades de reorganização dos serviços públicos, das instituições, a relação mais íntima da academia com os órgãos executores das políticas sociais, dada a exigência de profissionais formados em toda a rede de serviços⁷, e o aumento dos programas de pós-graduação em diferentes áreas

⁷ - Como afirma PASSETTI (1999, p. 357): Durante a Ditadura Militar, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PMNB), em 1964, é introduzida a metodologia interdisciplinar redimensionando a periculosidade circunscrita aos aspectos médicos. A intenção principal

do conhecimento. Por outras palavras,

O processo de redemocratização, nos anos 80, e a preocupação em “reformular o Estado” no sentido de democratizar o acesso a serviços e à participação política deram impulso a uma grande quantidade de trabalhos que centraram seu esforço analítico no exame de políticas setoriais, não apenas para interpretá-las, mas, sobretudo, para propor alternativas de desenho institucional. (HOCHMAN, ARRETICHE, MARQUES, 2007, p. 14)

Essa produção foi originada, portanto, principalmente entre profissionais de áreas com possibilidade de atuação e de intervenção diretas na questão da infância, apresentando a tendência de voltar-se aos problemas relacionados às características do atendimento e da clientela sob diversos ângulos. As análises, assim, centraram-se nos internatos, enfocando as relações internas, as influências da internação, as visões dos internos e dos agentes da instituição, os discursos oficiais (GOMIDE, 1990; GUIRADO, 1980; GUIRADO, 1986; KOSMINSKY, 1992; SADER, BIERRENBACH, FIGUEIREDO, 1987; CAMPOS, 1984), as relações das pessoas de fora das instituições com os internos, o perfil dos professores das escolas que atendiam essas crianças (YASLLE, 1980) e a reintegração dos internados na comunidade (CAMPOS, 1984). De forma geral, sobre as políticas sociais que orientam os atendimentos nessa área, a produção, apesar de pequena, também é expressiva, principalmente no que se refere às ações governamentais, como formas de controle e de exercício da violência quanto a

ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento “biopsicossocial”, era a de romper a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento.

crianças e adolescentes. Esses trabalhos se dedicaram, sobretudo, à análise da formação e desenvolvimento da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e de suas representantes estaduais, as FEBEM's (RIBEIRO; BARBOSA, 1987; PASSETI, 1982; ADORNO, 1991).

Nesse período, as pesquisas sobre o “menor”⁸ alcançaram um volume significativo, recebendo mais atenção das ciências sociais, com certa ênfase em pesquisas quantitativas que, além de mais frequentes, ainda possuíam maior divulgação (RIZZINI; RIZZINI, 1991). Para se ter uma ideia da amplitude dessa produção, em **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**, de Irene Rizzini (RIZZINI, 1989), foram arrolados 606 títulos, incluindo a produção acadêmica (209 títulos), produções jurídicas, oficiais, jornalísticas, literárias e da igreja. No levantamento produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência (USP), em 1991, intitulado **A criança menorizada: banco de referências bibliográficas**, são arrolados mais de 200 títulos.

Na produção historiográfica percebe-se uma trajetória um pouco diferente. Sem envolvimento direto com o atendimento à criança, os historiadores se voltaram para esta questão a partir do interesse na análise das organizações familiares, das instituições e da exploração econômica.

Os debates na historiografia mundial na segunda metade do século XX ampliaram os horizontes das pesquisas, seguindo o projeto de uma

⁸ - A criança recebe diversos adjetivos, em virtude da família a que pertence. Do mesmo modo há a própria diferenciação entre criança e menor – criança para filhos de família abastada e menor para crianças de famílias possuidoras de pouco poder aquisitivo e moradores de zonas periféricas, além de possuir forte carga de relação com a delinquência. É importante salientar que o termo "menor" deixou de figurar na legislação, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como desdobramento a desaprovação de sua utilização pela carga de preconceitos que possui.

“história total” e, para tanto, exigindo o empenho dos historiadores no enfrentamento de metodologias que permitissem tratar as fontes de tal forma que o mundo passasse a ser o seu campo de estudo. Os novos objetos para a História, assim, não possuíam mais limites. Esse ímpeto está claro nos discursos de historiadores, como Jaques Le Goff e Pierre Nora na abertura da obra *Faire de l'histoire: Nouveaux problèmes* de 1974:

No momento atual, o domínio da história não encontra limites e sua expansão se opera segundo linhas ou zonas de penetração que deixam entre elas terrenos já cansados ou ainda baldios[...] (LE GOFF, NORA, 1988, p.11)

O percurso das mudanças na produção historiográfica durante o século XX, brilhantemente difundido com o signo de *La nouvelle histoire* pela produção francesa, atinge, em meados da década de 1960, uma força e um fôlego que justificariam as afirmações de Le Goff e Nora. Exemplo dessa consolidação pode ser encontrado no Colóquio da Escola Normal Superior de Saint- Cloud, em 1965, com o tema *A História Social: problemas, fontes e métodos*.

É importante esclarecer que esse processo de forma alguma ficou restrito aos pesquisadores franceses, uma vez que em vários países ocorrem debates, novas pesquisas, mudanças na produção teórica e historiográfica.

A produção inglesa desse período, com Hobsbawm, Carr e Thompson, desenvolve uma ampliação conceitual na crítica ao determinismo econômico muito clara nas análises do desenvolvimento do capitalismo e, na ideia da história vista por baixo, enfoca os estudos de grupos sociais antes relegados ao esquecimento.

As mudanças profundas promovidas na historiografia afetaram diretamente a definição do documento para o historiador e as formas de tratamento das fontes. Le Goff define essas mudanças como uma verdadeira “revolução documental”:

[...] por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são para a história nova, documentos de primeira ordem. (LE GOFF, 1995, p. 28-29)

A historiografia brasileira, não passivamente, participa desse processo. A produção de Sérgio Buarque de Holanda é exemplo desse esforço conceitual e metodológico nos estudos da História do Brasil e, em particular, de São Paulo⁹. Nas palavras de Laima Mesgravis:

Sérgio Buarque de Holanda foi pioneiro ao ressaltar a importância dos fatores demográficos na economia e sociedade paulistas, não como estudioso da questão, mas como estimulador da curiosidade e questionamentos por parte dos pesquisadores das décadas que se seguiram a 1960. (MESGRAVIS, 1988, p. 97)

Mesgravis continua:

A preocupação indagadora, a valorização da pesquisa empírica – tão necessária em um país que ainda não conhece aspectos elementares da sua história –, a formulação de hipóteses novas exerceram poderosa influência entre seus discípulos [...].(MESGRAVIS, 1988, p. 98)

⁹ - Sobre a importância de Sérgio Buarque de Holanda na construção da historiografia brasileira: SÉRGIO, 1988; DIAS, 1985 e CANDIDO, 1998, são alguns exemplos.

A influência que Mesgravis comenta está presente em sua própria pesquisa sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (MESGRAVIS, 1976). Enfrentando uma temática incomum para a época e buscando discutir, no terreno da História, a assistência social no Brasil, a autora analisou uma das principais instituições assistenciais e tornou-se referência para diversos trabalhos posteriores na mesma área. Ainda que a criança não seja tomada como enfoque principal, essa temática é amplamente discutida.

Assim, o historiador sentiu-se liberado para novos enfrentamentos, e as condições da criança no Brasil passaram a ser um de seus temas. Somando-se às pesquisas de outras áreas, a historiografia brasileira inicia sua produção nesse campo. Conforme Moura,

Ainda que essa manifestação de interesse em relação à criança – assim como em relação à mulher e à família – tenha encontrado estímulo no consistente referencial-teórico-metodológico de que se imbuía a historiografia estrangeira – européia, no geral, e francesa, em particular – não deixou, no entanto, de encontrar alento, também, em necessidades sociais contemporâneas que, de várias formas, convergiam para a infância. Em abordagens alinhadas com a História Econômica, a História Social, a Demografia Histórica, o envolvimento dos historiadores brasileiros com a infância mostrou-se, a partir de suas manifestações iniciais, é importante reforçar, sensível às inquietações sugeridas pelo presente. (MOURA, 2007, p. 14-15)

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1982), em sua tese de 1977, **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**, aborda em temática distinta, mas relacionada com a

questão da pobreza e da exploração econômica e social, a situação das mulheres e dos "menores" no trabalho industrial em São Paulo, entre 1890 e 1920. Trata-se de trabalho pioneiro, em relação à exploração tanto da mão-de-obra infantil, quanto da mão-de-obra feminina, bem como no que se refere à discussão sobre a grande influência da mulher no mundo do trabalho. Entre as riquezas dessa obra está uma das primeiras análises de reivindicações pelos direitos das crianças, a luta de organizações trabalhistas para a efetivação das leis que protegiam as crianças no trabalho, destacando-se os anarquistas (MOURA, 1982, p. 104-121).

A década de 1980 se inicia com um novo **Código de Menores** (Lei nº 6.697/1979), aprofundando a discussão da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e sua orientação nas relações do Estado com as crianças e os adolescentes, definidos como em situação irregular. É uma década em que o Brasil vive uma reação a esse tipo de ação governamental e que marcou nossa sociedade. As mais diversas organizações envolvidas com a defesa dos direitos humanos e, mais especificamente, com os direitos das crianças promovem ampla discussão sobre a infância, entre outros motivos pelas atividades do UNICEF, que celebrou o ano de 1979 como o Ano internacional da Criança, momento em que:

Começava a chamada **Década dos direitos**.

Milhões de crianças aprenderam os princípios da Declaração dos Direitos da Criança, publicados em seus cadernos escolares. (UNICEF, 2009)

Os direitos humanos, a liberdade de expressão e os movimentos sociais ganham cada vez mais destaque na imprensa e em outros meios de divulgação e debates. A temática da criança continua ganhando espaços,

principalmente nas denúncias contra as FEBEM's e contra a ação do estado. Juntamente com a problemática das crianças pobres nas ruas, novamente a temática do “menor” ganha notoriedade. Movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, promovem forte debate diante da possibilidade de mudanças na legislação brasileira, conquistando a aprovação do art. 227 na Constituição Federal de 1988¹⁰:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, regulamentou esse e outros artigos, substituiu o Código de Menores de 1979, e o Brasil passou a possuir legislação considerada como uma das mais avançadas na questão da infância e da adolescência até nossos dias.

Essas e outras questões, incluindo as discutidas aqui, propiciaram que a produção historiográfica brasileira sobre infância superasse a produção tímida de até então (FICO; POLITO, 1994; CAPELATO, 1995) e que alcançasse números respeitáveis na década seguinte.

Os primeiros trabalhos, publicados ou não, possuem forte ligação com os estudos da família e da ação do Estado, tendo como temática central o

¹⁰ - A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco dos esforços para a superação da herança do apadrinhamento e o fortalecimento de uma sociedade baseada nos direitos. Essas mudanças podem ser evidenciadas, por exemplo, no reconhecimento da saúde como “direito de todos e dever do Estado” (art. 196) princípio legal que proporcionou a regulamentação do Sistema Único de Saúde, seguindo as bases da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986.

abandono e a maneira como se portou a sociedade brasileira diante do problema, principalmente as medidas institucionais nos séculos XVIII e XIX (VENÂNCIO, 1988; GERTZE, 1990).

Analisando a forma como diversos setores buscaram, mediante o discurso científico, divulgar ideais e controlar a população pobre, particularmente suas crianças, alguns historiadores contribuíram para o aprofundamento dos estudos sobre a infância¹¹. Outra característica desses trabalhos é a ampliação do uso das fontes. A documentação oficial é revisada em confronto com materiais didáticos, de propaganda e manuais educacionais. Nesse campo, encontramos os seguintes trabalhos: de David Ferreira de Paula (1992), **A infância e o poder: A recreação no Parque Infantil e sua implicação social - 1930-1945**; de Olga Brites (1992), **Infância, trabalho e educação: a revista do Sesinho - 1947-1960**; e de Antonio Fernando de Araújo Sá (1993): **Os perfeitos técnicos da indústria: o Sesinho em revista - 1947-1960**.

Um tema que se destaca são as crianças em condições de risco¹², principalmente nas ruas, e políticas de atendimento e repressão ao "menor", incluindo estudos sobre a respectiva legislação. Estes trabalhos são

¹¹ - No trabalho **Ordem médica e norma familiar**, Jurandir Freire Costa (1989) analisa a influência da medicina como estratégia de controle da população e a posição da criança diante das mudanças propostas pelos higienistas. Psicanalista, Costa comunga das idéias da necessidade de compreender a família como mutável, para um próprio repensar da psicanálise. Com isso conseguiu divulgar a obra de Philippe Ariès, Michel Foucault e Jacques Donzelot, principalmente entre os psicólogos e educadores, e também entre os historiadores, apesar das críticas que sua obra recebeu, por exemplo por sua aproximação com os discursos da época; por algumas generalizações referentes às características próprias de uma certa parcela das famílias brasileiras do século passado (Chalhoub, 1986, p. 119), considerando pouco se as características encontradas nos discursos médicos atingiam a sociedade em geral; pela utilização da categoria de família patriarcal, não considerando as diferenças regionais e sociais dessa organização. Apesar dessas críticas, sua exposição sobre a família e a criança brasileira diante do discurso higienista é muito importante.

¹² - O termo "condições de risco" veio, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, substituir o de "situação irregular", pois este considerava a criança ou a família como "responsável" pelas condições de carência e conflito com a lei, enquanto seu substituto segue o princípio de que a sociedade e o Estado são responsáveis pela garantia de condições favoráveis de vida às crianças e do acesso aos direitos sociais.

voltados para análises da posição do Estado diante do problema da menoridade, suas respostas e desdobramentos: Marcos César Alvarez, **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores (1989); Maria José Menezes Courega, **A criança sob o olhar vigilante do adulto**: Curitiba - 1909-1927 (1991); Ivana Martini de Andrade Silva, **Abandono e legislação**: uma contribuição ao estudo da problemática do menor (1991); André Ricardo Valle Vasco Pereira, **Políticas sociais e corporativismo no Brasil**: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo (1992); Ana Lúcia Eppinghaus Bulcão, **Meninos maiores**: o conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927 (1992); Rosana Ulhoa Botelho, **Uma história da proteção à infância no Brasil**: da questão do menor aos direitos da criança e do adolescente - 1920-1990 (1993).

É importante notar que a recente investida dos historiadores brasileiros sobre a história das mulheres¹³ trouxe algumas pesquisas que analisam a mulher diante do processo de crime de sedução (GASQUE, 1994; RIBEIRO, 1996, ABREU, 1999). Em tais casos, verifica-se uma situação própria a "mulheres" menores de 18 anos, ou seja, adolescentes, ou mesmo crianças, diante da complexa discussão que envolve as questões de sexualidade, tutela e direito penal. É, sem dúvida, uma temática densa e delicada, abordando desde a liberdade sexual da mulher até as questões de pedofilia. Ainda é cedo para se falar de uma história da sexualidade da infância e adolescência brasileiras, mas tal assunto, indubitavelmente, está em marcha.

¹³ - Alguns trabalhos, apesar de não tratarem do tema infância ou "menoridade", fornecem elementos importantes para esse campo, especialmente em relação à educação e à reclusão de meninas em estabelecimentos religiosos, sua utilização como controle das meninas e mulheres, e outros desdobramentos da reclusão feminina da colônia à república (ALGRANTI, 1993; MANOEL, 1989).

A produção historiográfica sobre a infância brasileira vem apresentando, como se pode verificar, uma quantidade um pouco mais expressiva nas últimas décadas. Mas há vários aspectos ainda a serem estudados ou aprofundados, como, por exemplo, instituições e problemas relacionados à saúde infantil (Marques, 1994).

Exploração no trabalho, exclusão social e situação de abandono da criança constituem a maioria das abordagens nessas últimas décadas. Essa tendência pode ser verificada em núcleos e grupos de estudos universitários, caso das obras **História Social da Infância no Brasil**, produzida pelo Núcleo de Estudos Avançados da Universidade São Francisco (FREITAS, 1997) e **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver**, entre outras produções do Programa Multidisciplinar de Estudos Pesquisa e Defesa das Crianças e dos Adolescentes da Universidade Estadual de Maringá (MORELLI, 1996; MORELLI, 1999; MÜLLER, MORELLI, 2002; MÜLLER, RODRIGUES, 2002; MÜLLER, 2007).

No dossiê *Infância e Adolescência* da **Revista Brasileira de História** (1999) e na obra organizada por Mary Del Priore (1999) **História das crianças no Brasil**, é possível também identificar a tendência dessas décadas. A predominância dos primeiros temas¹⁴, relacionados à pobreza, às instituições e à minoridade, dá abertura para outras temáticas, como do trabalho rural, de crianças de elite, das brincadeiras e brinquedos, das memórias da infância.

¹⁴ - Temática ainda forte na produção recente: Eliana Silvestre (2002) **Adolescente autor de ato infracional**: de objeto de medidas a sujeito de direitos, Elaine Marina Bueno Bernal (2004) **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960), Welson Luiz Pereira (2009) **O menor e a moralização pelo trabalho**: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962).

A questão do lúdico e das brincadeiras (Cardoso, 2004) tem chamado a atenção de vários pesquisadores. No caso dos estudos de orientação historiográfica da educação, o enfoque sobre a criança na escola abre uma nova perspectiva para o desenvolvimento desse tema¹⁵. As pesquisas sobre a criança como aluno, como pessoa que interage dentro de uma instituição escolar e na sua relação com a escola e com a comunidade, apesar de ainda configurar uma produção pequena, contribui para a aproximação entre pesquisadores de outras áreas e historiadores¹⁶.

Essa ampliação dos temas proporciona condições mais promissoras para se aprofundar historiograficamente a questão levantada por Ariès¹⁷ referente ao sentimento de infância:

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ARIÈS, 1981, p. 156)

O campo das pesquisas historiográficas sobre a infância e a criança cada vez mais está se firmando e tem trazido várias inovações no uso das fontes, apesar das dificuldades encontradas. Como afirma STEARNS:

A história das crianças e da infância vem fascinando muitos historiadores contemporâneos, e o campo,

¹⁵ - Por exemplo: FARIA FILHO, 2004. Um trabalho do Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos, em parceria da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Lisboa.

¹⁶ - Ver a obra **Infância e Saúde** (MOTA; SCHRAIBER, 2009), publicação que reúne pesquisas de diferentes áreas em diálogo direto com a historiografia da infância e possui a saúde pública como temática principal.

¹⁷ - O trabalho de Philippe Ariès(1981), **História social da criança e da família**, que data originalmente de 1960, há muito vem sendo considerado uma obra de referência para as pesquisas sobre a criança. Uma análise profunda dessa obra pode ser encontrada em STEARNS (2006, p. 73-88).

neste exato momento, está uma vez mais ganhando terreno. Esses historiadores admitem que há aspectos da experiência das crianças que não podemos apreender totalmente, pela falta de evidência direta, porém sustentam que é possível reunir sólido conhecimento sobre a condição infantil no passado e sobre as mudanças na natureza da infância (STEARNS ,2006, p. 15).

A preocupação em desenvolver pesquisas com fontes que permitam o acesso às evidências diretas sobre as crianças continua presente. Com o objetivo de superar esse problema, pesquisadores e grupos investem na produção de fontes orais, no recolhimento de material produzido ou utilizado por crianças que seriam descartados (brinquedos, redações, desenhos, músicas, entre outros), principalmente nas instituições, tais como escolas e igrejas.

No Brasil, esse processo ainda exige muitos investimentos e debates, muita pesquisa, assim como a estruturação de cursos de pós-graduação a respeito do tema. Exige, enfim, um grande movimento em prol da consolidação desse campo de estudo, o que inclui o levantamento e o inventário de fontes apropriadas para o aprofundamento das pesquisas. Como afirma Freitas:

Coordenar o Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância tem exigido esforços contínuos no sentido de "mapear" a produção acadêmica a respeito do tema. Para além desse "mapeamento" um outro empenho sobreleva-se, qual seja o de organizar com rigorosos critérios arquivísticos fontes primárias para o estudo multidisciplinar da história da infância no Brasil. (FREITAS, 1997, p. 9)

As dificuldades apontadas para a realização de pesquisas com

fontes diretas exigem o esforço do historiador em extrair dos mais diversos documentos as evidências relacionadas com a história das crianças. Esse esforço tem produzido bases mais sólidas para a criança ser estudada como objeto central, como agente histórico e não apenas como um grupo da sociedade que mereceu a atenção do Estado e de outras instituições por sua condição de tutelado.

O uso da imprensa tem demonstrado, já há algum tempo, sua importância nas pesquisas em história das crianças (MOURA, 2007). São abordadas discussões de temas mais amplos em periódicos de grande circulação, inclusive por sua pretensão nacional, como o trabalho de FRONTANA (1999), bem como questões mais pontuais e regionais em jornais locais (BARBOSA, 2007). Outra contribuição são os estudos com periódicos específicos de movimentos sociais, com tiragem nem sempre regular, como os produzidos dentro do movimento estudantil (REZENDE, 2003). Neste último caso, a relação com movimentos secundaristas e do ensino fundamental demonstrou a existência de materiais produzidos por crianças e adolescentes. Por outro lado, a manutenção e periodicidade desses documentos é uma questão que exige grande esforço de profissionais de diversas áreas, desde o incentivo de sua produção até seu devido arquivamento.

Por outro lado, Aldrin Moura de Figueiredo (1999) em trabalho anteriormente citado, sugere como trabalhar com a memória da infância, deixando claro que se trata de um discurso produzido pelo adulto.

Mais próximo da história contada pelas crianças estão os trabalhos com entrevistas, as fontes orais. A coletânea organizada por José de Souza Martins (1991) de trabalhos de antropólogos e sociólogos aponta

algumas experiências com essa metodologia. Na historiografia, o trabalho **Decifra-me ou devoro-te - história oral de vida dos meninos de rua de Salvador**, de Yara Dulce Bandeira de Ataíde (1993), é, possivelmente, a primeira pesquisa com base em metodologia da história oral elaborada por José Carlos Sebe Bom Meihy:

Metodologicamente, como história oral instrumental, este trabalho se revela modelar, posto que estabelece uma ponte com o público que conseguirá ler um texto fluído, instruído e bem composto. Exemplo de resultado de trabalho em equipe, o amadurecimento expresso na qualidade das narrativas que, apesar de serem entrevistas únicas e breves, expressam uma realidade possível. (MEIHY, 1993, 16)

Outro exemplo é a pesquisa de Ruth Ribeiro de Lima e de Maria Célia Orlato Selem: **O Assentamento Santa Maria segundo o relato oral de meninos e meninas assentados** (LIMA;SELEM, 2002). Trata-se de pesquisa baseada na história oral em que as autoras trabalharam com depoimentos de crianças e de adolescentes de um assentamento do MST, os sem-terra.

As pesquisas que recorrem à metodologia de histórias de vida, próximas dos estudos de mulheres e famílias, trazem elementos de infância. Narrando a própria infância ou falando dos filhos, os depoentes fornecem, para o pesquisador e para trabalhos posteriores, rico material para a história da infância.

No trabalho clássico de Eclea Bosi (1987), **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, a infância é tratada dentro de discussão maior sobre lembranças de velhos. A análise do conjunto documental

possibilitou à autora, conforme já foi afirmado, uma aproximação com a infância em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. Mais recentemente, cumpre citar a pesquisa de Xênia de Castro Barbosa (2009), **Experiências de moradia: história oral de vida familiar**, onde a autora analisa as condições de vida de famílias do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST).

A criança diante do processo de urbanização do Brasil é uma temática não muito recente, fato que pode ser comprovado nas obras arroladas nesse capítulo onde é notória a tendência dos historiadores em pesquisar a criança na área urbana. Por outro lado, a relação propriamente dita da criança com esse processo de urbanização começa a ser aprofundada. A abrangência que a questão do urbanismo, de forma geral, e a história da urbanização conquistaram na última década contribuiu muito para pesquisas sobre a criança e o espaço urbano em algumas áreas, tais como a história, a pedagogia, a geografia, a educação física e outras.

No processo de definição da presente pesquisa, traçado o seu objetivo, ou seja, a análise da criança no processo de urbanização de Maringá, ocorrido principalmente entre 1970 e 1990, um dos principais problemas foi definir como chegar à fala dos sujeitos. A entrevista direta estava prontamente descartada, pela questão temporal, porém a possibilidade de se trabalhar com a memória demonstrou ser um recurso mais abrangente, permitindo ir além dos documentos oficiais e, o mais importante, discutir a formação da memória da infância nos adultos. Na discussão sobre memória serão apresentados mais aprofundadamente os procedimentos adotados para a construção e análise da fonte oral.

2.2 - Fonte oral, memória e infância

Na abertura do dossiê Cidades da Revista Brasileira de História (RBH, 2007), PESAVENTO comenta algumas facetas do campo de pesquisa da história das cidades, aborda a cidade na memória e, ainda, as possibilidades de analisar a participação das pessoas na construção dessa cidade, pois, antes de tudo, ela é um fenômeno em contínuo movimento, seja mais lento ou mais rápido, dependendo do período e do seu aspecto. Como aponta a autora:

E, para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. (PESAVENTO, 2007, p. 20)

A autora ainda frisa a característica inerente da memória do depoente, que é a de estabelecer, mesmo não intencionalmente, uma relação entre o vivido no passado e o vivido no presente, um vínculo diferente com os acontecimentos e características daquilo de que se tem notícia, bem como a relação entre os depoimentos. Essas possibilidades são cativantes quando vislumbramos a riqueza da memória da infância, ou seja, a memória de como era ser criança nesse complexo processo. Como aponta Barbosa,

[...] entendê-la capaz de “captar” instâncias da experiência que normalmente os conhecimentos e abordagens historiográficas ou sociológicas tradicionais não alcançam, como os sonhos, os desejos, os segredos e projetos familiares. (BARBOSA, 2009, 25)

O trabalho com fontes orais possui uma ampla produção e deu origem nas últimas décadas a redes de pesquisas e congressos. Retomando a discussão sobre as mudanças na historiografia da década de 1970, Alberti coloca a História oral como metodologia adequada para a pesquisa de novos objetos:

Surgiram novos objetos, e os historiadores passaram a se interessar também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade – temas que, quando investigados no “tempo presente”, podem ser abordados por meio de entrevistas de História Oral. (ALBERTI, 2005, p. 163)

Os trabalhos com fontes orais tiveram, com o advento do gravador de fita, um impulso efetivo em meados do século passado. A produção dos depoimentos com maior riqueza de detalhes e as condições de armazenagem destas entrou em uma nova fase tecnológica (QUEIROZ, 1991). E, segundo Meihy (1996), surge a moderna História Oral. Essa fase, segundo Meihy possui no trabalho de Allan Nevins da Universidade de Columbia, em Nova York, um divisor de águas, quando o pesquisador em 1947 organizou arquivos sonoros para armazenar experiências de vítimas da Segunda Guerra Mundial.

Nas décadas seguintes, a História Oral continuou ganhando adeptos e representatividade em vários países. Porém, essa metodologia

encontrou muitas dificuldades na América Latina, como no caso do Brasil. Conforme ocorria com outras práticas de manifestação popular, os governos autoritários reprimiam as tentativas de desenvolvimento de projetos que envolviam o registro de experiências e opiniões de indivíduos ou comunidades. Essa condição começa a mudar com o processo de abertura política no final da década de 1970 e principalmente na de 1980 (MEIHY, 1996, p. 8).

A realização de congressos, a organização de grupos de pesquisa e centros de memória, assim como a produção bibliográfica crescente possibilitaram que o Brasil participasse efetivamente no campo da História Oral em âmbito internacional. E, em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral.

Atualmente, não só a comunidade acadêmica, mas também outras instituições - tanto públicas, quanto privadas - têm demonstrado interesse no registro da História Oral, proporcionando o diálogo entre o saber acadêmico e o não sistematizado. Conforme Alberti:

Essa reconciliação da História oral com a academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve sobretudo ao fim da polarização maniqueísta entre “vencedores” e “vencidos”, “nacional” e “local”, “escrito” e “oral”, “erudito” e “popular”, e assim por diante. A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. (ALBERTI, 2005, p. 164)

A produção e o empenho do historiador Paul Thompson contribuiu consideravelmente para a fundamentação teórica da História Oral. Entre suas obras, *A voz do passado* (THOMPSON, 1992) destacou-se entre os

pesquisadores brasileiros, além de contribuir para a difusão dessa modalidade da história na América Latina, como ocorrido anteriormente na Inglaterra (JOUTARD, 1996, p.46).

Conforme Thompson (1992, p.303-305), seriam três as principais formas de produção de História Oral. A história oral de vida seria a mais tradicional e baseia-se no depoimento aprofundado de uma pessoa; como o termo indica não ocorre a delimitação da entrevista com temas ou perguntas. Esse tipo de pesquisa permite trabalhar com um único depoente e, partindo,desse depoimento, é possível desenvolver as análises das lembranças, vivências e interpretações de fatos vividos por um indivíduo, na relação com a sociedade em que viveu.

As pesquisas com a análise e/ou produção de uma coletânea de narrativas tiveram um maior destaque, principalmente pelas semelhanças técnicas com as pesquisas de psicologia, sociologia e antropologia. Por outro lado, também foram responsáveis por severas críticas quanto à fragilidade metodológica. No embate desenvolvido, os historiadores demonstraram que as pesquisas de História oral não eram apenas uma coleção de entrevistas, pelo contrário, possuíam fundamentação teórica e metodológica, passando por um processo analítico das fontes. Essa forma de pesquisa, trabalhando principalmente com grupos relacionados a um tema, continuou mais difundida.

A terceira forma possui uma questão relacionada à pertinência de ser denominada História Oral ou pesquisa com fontes orais. Trata-se do “cruzamento” das fontes orais com outras fontes. O uso das fontes orais, inclusive aquelas preservadas nos arquivos, traz essa dúvida e tem provocado debates, contribuindo para o aprofundamento das questões teóricas e

metodológicas desse campo.

O tema da memória também cresceu consideravelmente nas últimas décadas, pois como diz Meneses, está:

(...) em voga, hoje mais que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. [...] Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). (MENESES, 1992, p. 9)

Nesse sentido, diante de abordagens de que História Oral e memória confundem-se, alguns autores, como Meihy (1996, 2005), têm alertado para as distinções significativas entre ambas. Nos estudos sobre memória, o objetivo é notar os trajetos das lembranças e os lapsos resultantes de esquecimentos individuais e coletivos (MEIHY, 2005, p.62).

É essencial para o historiador refletir sobre esta relação, tanto pela identificação que existiu (e existe), em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas que envolvem a memória e a história nos processos de construção de identidade. Segundo Le Goff:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje... (LE GOFF, 1994, p. 476).

Os historiadores concordam com certo distanciamento entre o relato da história e o da memória, que tem sido atribuído à "cientificidade" da história, capaz de tratar a memória como objeto de análise. Jacques Le Goff,

por exemplo, vê estreitas relações entre ambas, mas manifesta uma confiança na capacidade crítica da história, afirmando ser esta a forma científica da memória (LE GOFF, 1994, p. 535). Ulpiano B. Meneses, enfrentando essa problemática, define a memória como construção social, ou seja, “formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional”, enquanto a produção historiográfica é uma “forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva”, com base em sua função crítica (MENESES, 1992, p. 22).

Nesse sentido, história e memória não mais se identificam, mas interpenetram-se, em um relacionamento considerado por alguns como conflituoso. Assim, diz Meneses que “...a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História (MENESES, 1992, p. 23). Deste modo, a pesquisa histórica não pode adotar uma noção de memória simplista, dominada por conteúdos do senso comum, que, frequentemente, apresenta a memória como um repertório definido de informações, um depósito de conhecimentos, algo concreto, produzido e acabado no passado. A organização de um conjunto de objetos, de imagens, de sons ou de entrevistas não constitui história, nem mesmo memória, ainda que, em um conjunto coeso e relacionado, o tratamento que permita compreender seu significado seja indispensável. Como chama a atenção Alberti, uma entrevista não significa a memória e muito menos a história; é um fragmento, um traço do passado e como fonte precisa ser tratada:

É claro que a publicação de uma ou mais entrevistas não constitui problema em si. O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado (ALBERTI, 2005, p. 158).

As características fundamentais para o estudo da memória seriam, então, seu enraizamento no presente, seu caráter adaptável às solicitações dos grupos e dos momentos, sua capacidade de se apresentar como tradição — isto é, memória exteriorizada como modelo e legitimação —, sua dependência de processos de apreensão e esquecimento. A construção da memória se dá através de exercícios de busca e seleção de signos e referenciais, orientados pelas perspectivas de quem os executa, produzindo interpretações de experiências históricas vividas. Essa memória não emana do passado; é determinada pelo presente, em diálogo com os muitos passados apreensíveis em leituras diversas. Devemos considerar, assim, que não há uma memória, mas várias possíveis. São, portanto, memórias em conflito buscando uma hegemonia relativa. Nas palavras de Meneses,

A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitação do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar (MENESES, 1992, p. 11).

Montenegro (1993) trabalha com o conceito de memória para a construção da História Oral. Para o autor, a memória possibilita resgatar marcas de como foram vividos determinados momentos e como estes ganharam significado nas rememorações individual e ou coletiva. Montenegro

advoga que, com o registro da memória, é possível construir uma reflexão a respeito de como o acontecimento histórico vivido se constituiu em um território socialmente estabelecido nas representações coletivas.

Halbwachs (1990) estabelece, entre 1920 e 1940, uma nítida distinção entre memória e história, contrariando as perspectivas da época. Para o autor, o vivido que guardamos na nossa lembrança está ligado ao campo da memória e se distingue da história. Halbwachs afirma, ainda, que o registro da memória coletiva permite a produção de uma determinada visão do passado. Para o autor, a memória coletiva é:

(...) uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (HALBWACHS, 1990, p. 81-82).

Ao analisar os “quadros sociais da memória”, Halbwachs considera que a memória é produto de um processo de construção social. Segundo o autor, a lembrança compõe representações que, muitas vezes, foram constituídas em depoimentos e racionalizações:

(...) a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifesta já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p.71).

A memória individual, assim, estaria diretamente influenciada pelo social, por toda relação mantida com outras pessoas e conhecimento adquirido intelectualmente. A lembrança não permanece inalterada, ela é fruto de

trabalho mental. A esse respeito, Bosi aborda o assunto de maneira esclarecedora:

O caráter livre e espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoa nossa consciência atual (BOSI, 1987, p.17).

No processo de análise da memória de infância, duas preocupações são básicas: o que no período de criança teve importância suficiente para ser registrado e quais os elementos do presente que participam desse trabalho de reconstrução do passado.

CAPÍTULO III

A INFÂNCIA EM MARINGÁ: DEPOIMENTOS



Foto 2 - Centro de Maringá – 1972.
Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

As mudanças ocorridas na cidade de Maringá em seus primeiros vinte anos construíram uma base urbana em sua região central, diferenciando-a de outras cidades próximas. Como exemplo, pode-se citar a tendência constante ao crescimento demográfico no município e à inversão da população, de maioria rural para maioria urbana, enquanto várias outras cidades, entre as mais antigas da região, viviam tempos de redução demográfica e de adensamento urbano pouco expressivo.

A ocupação da cidade, seguindo os princípios econômicos e de adaptação ao urbano, ocorreu principalmente na periferia, nas áreas em fase de regulamentação, porém sem previsão de melhorias. As famílias proprietárias de terras, mesmo com posses para morarem no centro, tendiam a habitar áreas próximas, porém não propriamente a área central. As condições de vida na cidade durante essa fase de expansão econômica eram diversificadas, com predominância das características rurais, fato apontado como preocupante no Plano de Desenvolvimento. Porém, como afirma Halbwachs (1990, p. 134), as pessoas resistem às mudanças que afetam suas identidades de grupo, de afinidade com seus conhecidos ou com aqueles com quem convivem. As mudanças ocorrem e a busca pelo conhecido é uma condição para torná-las suportáveis.

Esse processo, base da formação da memória dos entrevistados neste trabalho, corresponde ao contexto em que se situavam os moradores mais antigos ou os que acabavam de chegar. São lembranças desse período de mudanças e de resistências, no afã de encontrar no novo traços do conhecido, principalmente durante a infância. Em alguns momentos, suas falas

fornecem a imagem viva de um balanço pendurado na árvore preferida, como se ainda fosse possível tocar o brinquedo e, logo em seguida, exclamações sugerem não reconhecer ou sequer saber como está aquele bairro nos dias atuais...

Muitos elementos que aparecem nas entrevistas analisadas neste capítulo não existem mais. Os sítios em que moravam os depoentes desapareceram devido à expansão dos loteamentos imobiliários. O acesso ao centro é agora servido pelo sistema de circulares que, mesmo com críticas pertinentes ao serviço, interligam áreas anteriormente quase inacessíveis. As escolas, em geral, permaneceram, ampliaram o acesso, mas algumas mudaram de nome.

Houve alterações, também, nos eventos sociais. Assim, as festas organizadas pela Igreja Católica ainda acontecem, porém mais concentradas no calendário religioso. Os cinemas não existem mais: demolidos ou transformados em igrejas e depósitos, foram substituídos pelas salas cinéfilas dentro dos shopping centers. As festas de escolas também mudaram; os bailinhos, antes realizados nos mais variados espaços, foram ficando restritos a festas de clubes, a casas específicas, mudando, enfim, todo o sistema de convivência existente no passado.

A análise das entrevistas permitiu confrontar vários desses problemas e, ainda, a maneira como os depoentes de várias regiões da cidade conviveram diferentemente com o processo. Para enfrentar as especificidades relacionadas com a infância, em sua relação com a cidade no processo de urbanização, foram definidos alguns subtemas. A relação com o espaço chamou a atenção como um dos elementos relevantes. Nos relatos, notam-se

as diferenças diante dos temas, os detalhes do entorno, partindo assim de uma análise da criança e de seu mundo mais íntimo para o espaço mais amplo e coletivo da cidade. As relações sociais, seguindo esse mesmo princípio, abrangem outras crianças (amigos e/ou irmãos), as relações mais complexas com os adultos, com a vizinhança, enfim, com o social mais amplo das festas, da escola, da igreja, etc.

Para analisar como esse processo, desenvolvido entre 1970 e 1990, foi vivido pelas crianças da época, o uso de fontes orais demonstrou ser o mais indicado. Em um primeiro momento, o acervo oral da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Maringá (DPHC/PMM) aparentava ser pertinente às nossas necessidades. Porém, apesar da riqueza de informações, não foi possível realizar a pesquisa com esse material, conforme apontado anteriormente.

O projeto original da Divisão de Patrimônio objetivava produzir um acervo oral sobre a chegada e fixação do Pioneiro em Maringá. Os depoentes foram escolhidos entre os primeiros proprietários de terras que chegaram à região nas décadas iniciais (1930-1950) da formação do município. Conforme esse objetivo, os entrevistadores situavam o foco das entrevistas na atuação do adulto, ou seja, na organização do sítio, na implantação de estabelecimentos comerciais, na moradia na cidade. Foram selecionados, também, entre os primeiros habitantes, “profissionais” de algumas áreas, isto é: o posseiro, o médico, o auxiliar de enfermagem, o professor, o político etc.

Esses depoimentos fornecem material rico para analisar a ocupação oficial da região, as práticas da CMNP, a criação do município, a relação com as famílias que já moravam no local e as dificuldades encontradas

por todos os envolvidos. Por outro lado, como os depoimentos são lembranças trabalhadas, também, pelo presente e tendo sido realizados entre 1985 e 1990, em vários momentos outras questões referentes ao período analisado surgem, como impressões, pequenas menções, comparações.

O silêncio existente nas entrevistas quanto à infância e à adolescência, já mencionado, merece atenção. O objetivo das entrevistas é uma das explicações desse silêncio: certamente, não foram feitas perguntas referentes à época em que os entrevistados eram crianças e adolescentes. Um traço claro, embora não proposital, nas entrevistas da Divisão de Patrimônio é de estarem estas mais direcionadas às lembranças sobre o progresso da cidade, sobre a superação dos problemas proporcionados pela natureza hostil em direção a melhores condições advindas da urbanização. Isso, também é perceptível na maioria das falas, apesar do sentimento nostálgico dos depoentes em relação à casa do sítio.

Essa situação persiste mesmo quando a fala remete aos filhos. A maneira como os depoentes tratam de assuntos como o casamento de meninas adolescentes e da gravidez na adolescência depois do casamento, ainda que o tema tenha sido raramente abordado, indica como a ideia de adolescência não fazia parte desse universo. A idade não parecia ter muita importância: o encaminhamento para o matrimônio e não engravidar enquanto solteira eram as preocupações mais evidentes. Como analisa Carneiro (2005) existe a exigência de assumir muito cedo as atividades da propriedade, de construir uma família, tanto no caso do homem como no da mulher, encerrando a adolescência precocemente (por volta dos quinze anos). Um exemplo é a fala de um depoente, na época com pouco mais de quinze anos, sobre sua

chegada para montar o sítio. Apesar da tenra idade, veio como adulto, para depois se casar. Nessas falas é quase impossível identificar a idade das pessoas a quem o depoente se refere ou mesmo sua própria idade por ocasião dos acontecimentos relatados. Raras são as referências a ter pouca ou muita idade para exercer uma determinada atividade. Em relação às crianças o silêncio é maior.

Em virtude desses “silêncios” e “ausências”, a necessidade da produção de entrevistas para a elaboração deste trabalho tornou-se iminente. Com o objetivo principal de analisar o processo de urbanização da cidade, sua complexidade, bem como a forma como o mesmo é registrado na memória de seus habitantes, o tratamento das fontes não foi quantitativo e visou sempre a aproximação com os temas e problemas da época.

Foram realizadas 19 entrevistas com pessoas que viveram sua infância na cidade de Maringá nas décadas de 1970-1980, além de outros contatos que não se efetivaram como depoimentos. A seleção foi definida mediante a confirmação de permanência do entrevistado em Maringá, excluídas as entrevistas que pouco contribuíam para o conhecimento do período analisado, assim como aquelas fornecidas por pessoas que permaneceram muito tempo em outra cidade.

Toda atenção foi dada à distribuição geográfica, apesar de não se buscar uma representatividade por região. Esse procedimento permitiu um conhecimento mais amplo da cidade e uma comparação entre o centro e a periferia. Foram entrevistados moradores dos seguintes setores: o Centro Novo, a Zona Cinco, a Vila Operária e áreas que não faziam parte do plano urbanístico original da cidade, ou seja, outros pontos isolados que

posteriormente dariam forma a novos bairros, como Jardim Alvorada, ou que seriam assimilados pelos bairros anteriores.

O Centro Novo corresponde à área principal em que se instalaram os serviços públicos, onde se localizavam os principais prédios de moradia, o centro cívico, a catedral e os hospitais da cidade. A Vila Operária é um bairro criado no plano original, destinado aos trabalhadores do setor industrial e ferroviário. A divisão da cidade foi definida por Zonas, inicialmente sete, sendo a chamada Zona Cinco uma região periférica para a época, próxima ao bosque ou horto florestal. A área próxima da Avenida Colombo, continuação da rodovia que liga Maringá e Londrina, foi uma das principais áreas de expansão periférica no período analisado.

Dos depoimentos colhidos, foram selecionados 10, sendo 03 do sexo masculino e 07 do feminino. A seleção dos depoimentos baseou-se na distribuição geográfica e na densidade descritiva. A maioria dos depoimentos é de mulheres, meninas na época, mas isso não teve por finalidade analisar as características de gênero, apesar da existência de algumas falas que possibilitassem esse debate; afinal, não era esse o objetivo da pesquisa. A escolha seguiu os princípios afirmados, principalmente na questão da densidade descritiva, característica que também foi considerada na escolha dos trechos dos depoimentos aqui analisados. Assim, as falas das depoentes são mais frequentes, por exemplo, na descrição das brincadeiras. Nota-se a riqueza de detalhes por parte das meninas, em detrimento de falas mais contidas dos meninos sobre as brincadeiras com bolas, corridas etc. Essa característica foi marcante na descrição das casas, das escolas, enfim, em praticamente todos os temas abordados nos depoimentos.

A elaboração das perguntas fundou-se na preocupação de apresentar uma ampla possibilidade de temas para os entrevistados. Não sendo rígidas na sequência, foram apresentadas e retomadas conforme o andamento das entrevistas. O roteiro para orientar as entrevistas é amplo para permitir ao depoente um contato com o contexto do período de sua infância, para, então, adentrar em questões específicas. Norteou essa decisão, a intenção de produzir um material mais rico que possa, inclusive, fazer parte do acervo oral da DPHC/PMM e colaborar, assim, para novas pesquisas sobre o desenvolvimento da região de Maringá.

Os tópicos principais do roteiro são: as condições de vida em Maringá (a chegada à cidade, a habitação, a alimentação, o acesso ao emprego e aos bens de consumo), a relação urbano/rural (a relação centro/periferia, a presença de sítios na cidade, o acesso às mudanças e benfeitorias oriundas de sua urbanização), as brincadeiras (os tipos de brincadeira, os brinquedos, os locais em que as crianças brincavam, quando brincavam); a saúde e os serviços de atendimento médico hospitalar na cidade (disponibilidade de hospitais, farmácias, médicos) e as medidas alternativas de tratamento das doenças, caso dos remédios caseiros; as condições de acesso à educação (as possibilidades de ingresso e de permanência no sistema educacional, a estrutura das escolas, o trajeto e a forma de chegar até a escola, as atividades escolares).

É importante explicitar que, no decorrer da entrevista, o depoente contou com a maior liberdade possível. Assim, foram-lhe apresentados os tópicos orientadores da entrevista, com vistas a intervir minimamente. Utilizou-se a orientação metodológica de Bourdieu, tomando-se todos os cuidados para

evitar ao máximo a prática do que seria uma violência contra o depoente, ou seja, não permitir ou dificultar sua exposição e interceder em suas divagações. Procurou-se, portanto, deixar que o entrevistado se expressasse conforme sua vontade. Para esse autor,

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.), é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca (BOURDIEU, 1997, p. 695).

Trata-se de atenção necessária em todo o processo da entrevista, desde a elaboração do projeto até a análise das falas. Afinal, com um aceno afirmativo de cabeça ou retomando algo que o entrevistado “esqueceu”, o entrevistador interfere na condução da entrevista. A consciência desse tipo de interferência no ato da entrevista é importante para que não se confunda o relato captado com uma ação espontânea, uma vez que é fruto de um trabalho que envolve duas pessoas:

Aliás, a matéria bruta da memória individual pode permanecer latente anos a fio, até que seja despertada por um interlocutor cujo papel, então, não é meramente passivo (MENESES, 1992, P.14).

Os tópicos eram sugeridos quando não haviam sido abordados ou quando se percebia um momento propício para tratar deles, sempre, porém,

com o mínimo de intervenção. As entrevistas foram realizadas em um único encontro, dado o interesse de analisar o depoimento em seu estado mais direto, sem interferência de outras reflexões ou revisões, objetivando a construção de uma fonte mais próxima desse primeiro contato com as questões apresentadas, uma memória da infância que permitisse uma aproximação da relação da criança com a urbanização da cidade.

Dentre os depoentes, alguns moravam em sítios na zona urbana, situação que persistiu até os dias atuais, apesar de que com menor frequência. As casas eram de madeira, em sua maioria, em áreas mais afastadas ou próximas do centro. Foram mencionados seus quintais, a vizinhança e as melhorias básicas que chegavam aos poucos: as mudanças da lama das ruas para o asfalto, da água do poço para a encanada e da luz da lamparina para a elétrica.

Na casa, no bairro ou na escola, as brincadeiras recebem destaque nas falas, aliás momento que permite algumas considerações sobre a identificação dos brinquedos com o consumo. A riqueza de detalhes em relação aos brinquedos e brincadeiras presente nessa fase contrasta com algumas afirmações: “não tinha brinquedos, não” ou “meu pai não podia comprar brinquedos”. Os brinquedos feitos artesanalmente, relatados de forma minuciosa em alguns casos, confundem-se com o sentido próprio do momento em que ocorre a entrevista, ou seja, em que os brinquedos são, em larga medida, adquiridos no comércio. As festas representam uma passagem, o final da infância, quando os depoentes “deixam de ser crianças” e passam, aos poucos, a interagir de maneira diferente com a comunidade. As festas, apresentadas como principal forma de diversão e de encontros com os demais,

aconteciam nas escolas, nas casas dos amigos, nas igrejas. Estas últimas, uma tradição da cidade, como afirma um entrevistado: “todo mês tinha festa de um santo”. Além disso, mantendo presentes as questões apontadas no Plano Diretor de Desenvolvimento, procurou-se perceber como a população infantil se relacionava com os serviços públicos, principalmente os relativos à saúde e à educação.

Os depoimentos não serão apresentados integralmente neste trabalho. No desenvolvimento da análise, foram selecionados os trechos considerados mais significativos, evitando-se o excesso de repetição de falas muito próximas. Alguns trechos, por outro lado, são utilizados mais de uma vez, considerando a riqueza de questões que concentram. A transcrição aparece citada com alguns ajustes, com os vícios de linguagem reduzidos, garantindo o teor da fala sem prejudicar seu entendimento. Outra medida assumida no uso dos depoimentos foi a substituição dos nomes dos depoentes, apesar da autorização expressa do uso integral dos depoimentos e sua identificação. Porém, sendo um trabalho elaborado a partir de fragmentos das falas e inferência nas mesmas, a identificação do depoente não parece justa, além dessa mudança não interferir nos resultados da pesquisa. Em situações de publicação do depoimento integral, como nas pesquisas que seguem a metodologia da transcrição (MEIHY, 2005), a identificação é obrigatória, fora exceções por motivo de segurança ou outro agravante. Trata-se de orientação metodológica que não se aplica a este estudo, por não se tratar, estrito senso, de um trabalho de história oral.

3.1 – Memórias sobre a cidade

3.1.1 – Mudar-se para a cidade

Em meados da década de 1960, diferentes fatores contribuíram para que as famílias, até então habitantes exclusivamente do campo, mudassem para a área urbanizada, a cidade como chamavam. A busca por uma educação melhor para os filhos, a diminuição e o fim dos contratos de longo prazo na produção agrícola, principalmente do café, a procura de outros tipos de trabalho e a aquisição de propriedade são fatores apontados como os que mais contribuíram para essa mudança. Os estudos do movimento populacional do campo para a cidade no interior do Paraná (LUZ, 1997; RODRIGUES, 2004) apresentam como principais motivos as transferências de moradia para a área urbana, no caso dos proprietários, e, principalmente, a busca por um emprego, diante da mecanização do campo e da consequente diminuição de mão-de-obra fixa para a produção agropecuária (CASAGRANDE, 1999).

As lembranças são vagas, possuem como base as impressões da relação com os pais e como foram encaminhados os filhos nesse processo. Maringá era a referência de melhores condições profissionais ou onde seria possível ganhar mais e proporcionar condições mais favoráveis para os filhos. As lembranças da chegada refletem, pela idade dos depoentes, mais o que ouviram do que o que perceberam durante a infância.

A resposta dada aos filhos apontava que a mudança traria uma

perspectiva de melhores condições de vida, como, por exemplo, a possibilidade de todos estudarem ou continuarem seus estudos. Segundo os relatos, não havia na família uma conversa clara sobre esse assunto, tanto por ocasião da mudança como posteriormente:

Ana¹⁸: ... nós vimos pra cá eu tinha sete anos. Viemos pra cá porque meu pai precisava coloca todo mundo na escola né, precisava estuda. Então nós vimos pra cá e veio junto com a família nossa vários primos meus.

Nos casos seguintes, a memória sobre a mudança está relacionada à busca de melhores condições de vida, mesmo significando a diminuição do patrimônio da família:

Joana¹⁹: não, isso eu não sei ti dize, porque hãm pra dize que o sítio não dava mais nada, eu não me lembro de te ouvido isso nenhuma vez ii ele também não vendeu o sítio em princípio, ele continuou com o sítio arrendando por mais alguns anos iii não lembro humm... em nenhum momento deles terem dito e também isso foi uma pergunta que eu nunca fiz, achei mesmo que eles tavam vindo pra tenta melhora alguma coisa, porque os filhos já tava numa fase que todos tava em idade escolar e lá a escola era, uma escola em determinado sítio...

Clara²⁰ - quando nós mudamos pra cá tudo que ele vendeu que tinha lá, deu pra compra um terço de patrimônio que a gente

¹⁸ - Ana é oriunda de família proprietária de fazenda que se muda para a cidade com os filhos em idade escolar em meados de 1960, prática de várias famílias nesse período, inclusive dos denominados pioneiros de Maringá. A Vila Operária recebeu muitas famílias assim, apesar de ser projetada para outra população, devido a sua condição de bairro em fase de urbanização e, ao mesmo tempo, fora do centro da cidade.

¹⁹ - Joana, nascida em cidade próxima de Maringá onde os pais eram proprietários de sítio, mudou-se ainda nos primeiros anos de vida, no início de 1970, provavelmente entre cinco e seis anos. Da cidade natal lembra-se de acompanhar a família nos trabalhos na roça e as irmãs na escola rural.

²⁰ - Clara nasceu em cidade da região de Maringá no final de 1960, de família com posse de terras e moradores na área urbana. O pai, formado em odontologia, exercia a profissão antes de mudar com a família para Maringá. Como na cidade de origem, foram morar na área central, no centro da cidade, desde seus primeiros anos de criança.

tinha lá aqui em Maringá. Porque Maringá foi uma cidade que se desenvolveu muito rapidamente né e foi ficando uma cidade polo da região e ela se valorizou muito né, tudo aqui ficou com outro valor, então ele conduziu que os filhos mais velhos já começasse o ensino médio, em Terra Boa não tinha, então a prioridade dele foi muda justamente pra uma cidade que ele pudesse exercer a profissão dele e desse condições pra família...

Essa influência na formação da memória de infância foi analisada por Halbwachs (1990, p.62-64). Segundo este autor, a atenção da criança dificilmente estaria voltada para detalhes, como a organização da casa, e apenas com outras informações futuras poderia organizar lembranças com significados dentro da própria família. Bosi analisa e comenta esse processo de formação da memória da criança, memória que se forma com elementos posteriores, fornecidos ao longo do tempo, e que aos poucos compõe uma imagem mais completa. Assim:

Quando relatamos nossas mais distantes lembranças, nos referimos, em geral, a fatos que nos foram evocados muitas vezes pelas suas testemunhas. Pode-se recordar sem ter pertencido a um grupo que sustente nossa memória? Estaremos sós quando nos afastamos de todos para melhor recordar? Quando entramos dentro de nós mesmos e fechamos a porta, não raro estamos convivendo com outros seres não materialmente presentes (BOSI, 1987, p. 330-31).

Nos relatos da chegada a Maringá, do processo de mudança das famílias do campo para a cidade ou de outra cidade para Maringá, as idades dos depoentes variavam, porém nenhum deles contava com mais de sete anos, incluindo dois que nasceram pouco depois dos pais se estabelecerem no

município. As tentativas de descrever e explicar a vinda dos pais para a cidade são exemplos claros dessa mistura de lembrança própria com lembranças do grupo, no caso específico, o grupo familiar.

Nos casos relatados, a questão econômica mesclou-se a outras tantas, embora não deixasse de interferir na motivação familiar para transferir-se para Maringá. A inexistência de lembrança clara sobre os motivos que levaram a família a mudar-se para a cidade indicou como a resposta foi sendo construída e, de certa forma, o pouco interesse dos depoentes pelo exato momento da mudança, exemplo das múltiplas influências na construção dos depoimentos apresentados.

A justificativa dos pais de buscarem melhores condições de vida para a família com a mudança para a área urbana de Maringá foi frequente entre os depoentes, mas essa melhoria está relacionada, nos depoimentos, às possibilidades de brincar e de estudar. Para os depoentes que nasceram em Maringá em famílias já estabelecidas na área urbana, os motivos e as condições da mudança, a vinda para a cidade enfim pareceu algo normal e óbvio, que não precisava ser externado. Nos casos em que vivenciaram uma infância rodeada de dificuldades, principalmente voltada para o trabalho precoce, os motivos da mudança foram pouco claros, frágeis e mencionados ligeiramente.

No depoimento de Rita²¹, a ênfase dada à viagem de trem que fez com os pais para chegar a Maringá indica ser este fato mais representativo em

²¹ - Rita nasceu no interior de São Paulo, descendente de família paraguaia. Chega a Maringá em meados de 1960, ainda criança, sem muita certeza da idade que tinha. Conseguem montar uma casa em terreno cedido por parentes, próximo da rodovia que liga Maringá a Londrina, área ainda em processo de loteamento, cortada de trilhas e sem recursos previstos de urbanização. Apesar da proximidade com a rodovia, Avenida Colombo, a área

suas lembranças de infância do que os motivos da transferência para uma nova cidade. Em outro caso, a chegada não é clara, apenas o motivo da vinda permanece: “meu pai veio tocar um sítio de café”, relatou Mara²². Nesse último exemplo, mesmo morando próximo ao local denominado Maringá Velho, a família trabalhava e morava em um sítio. A vida não pareceu ser muito diferente nos anos seguintes, marcada pelo trabalho e dificuldades na produção do café. É possível que a explicação da mudança esteja mais baseada nas ações desenvolvidas no sítio e nas condições de vida que Mara levou, e não tanto nas lembranças da chegada à cidade. Lembranças sobre as formas de viver na cidade, de tudo que conseguiram ou foi-lhes negado aparecem intimamente misturadas nas falas.

A avaliação dos motivos que levavam as pessoas a mudar para a cidade é fundada nas dificuldades do período, sem revelar grandes expectativas em relação à proximidade com o centro urbano. Mesmo com as vantagens urbanas de acesso à água encanada e à luz elétrica, por exemplo, a relação com o rural era muito forte e parecia trazer mais benefícios e facilidades para todos os familiares. A possibilidade de produção de alimentos, o acesso à água e a possível construção de um pequeno rancho pesavam na decisão de mudar-se, isso quando não eram obrigados a sair e não conseguiam um novo sítio para fixar-se. Mara mostra essa relação conflituosa e de dificuldades quanto à necessidade ou opção de mudar-se para a zona urbana:

se situa no meio das plantações de milho e café e apenas em meados da década seguinte a região possuiu loteamento mais efetivo.

²² - Mara veio com a família para Maringá, onde o pai foi contratado para “tocar um sítio de café”. Chega no final da década de 1960, com nove anos aproximadamente (não tem clara a idade e o ano da chegada). A localização do sítio é bastante afastada da área central, porém, mesmo com todas as características rurais, faz parte da ampliação da área urbana.

Mara: saíram, saíram, muita gente saiu do sítio pra i pra cidade, só que as pessoas eram acostumada no sítio e foram pra cidade, fico arrependido, foi muito difícil sabe! Porque si no sítio tava ruim, na cidade tava pior, pra quem tava acostumado no sítio, porque quem mora no sítio se cria no sítio num tem coisa melhor, porque eu vejo meus filhos agora, meus filhos não que nem sabe de i pra cidade. Olha um mora em Mato Grosso na fazenda, ele que fica lá, não que sabe não ta difícil, a soja não tem preço, mas eles querem fica lá. Então eu acho que mudo muito só que antes a gente não tinha é... Não tinha a luz elétrica é... Era água tirada de poço, puxada a mão era tudo difícil até ai.

A adaptação na cidade apresentava muitas dificuldades para as famílias que moravam na área rural. Eram problemas tais como conseguir emprego que não exigisse experiência, a necessidade de estabelecer novos laços de amizade, a dinâmica diferente das fazendas e dos sítios, principalmente quanto ao sistema de crédito²³. Conseguir uma moradia na área mais desabitada da cidade, apesar dos problemas de infraestrutura, permitia a utilização de áreas próximas para plantar ou cuidar de animais, tarefas já sobejamente conhecidas pelos novos moradores. Sem recursos para adquirir moradia e com a escassez de empregos para manter a família, alguns conseguiam trabalhar em sítios mais próximos da área urbana, para cuidar de produção específica, como café e milho, ou tomando conta de terra com

²³ - Contratado como formador de plantação de café, o chefe de família recebia condições mínimas para se manter, além de poder explorar parte da terra para seu sustento no prazo de quatro anos, tempo mínimo para a primeira colheita. Outro tipo de crédito na área rural era o estabelecimento das famílias em fazendas. Recebiam casa e crédito no armazém da fazenda, pagando com o serviço prestado pela família (LUZ, 1997, p 116-118). Na cidade, o crédito no comércio era garantido pela CMNP para seus funcionários ou profissionais que se interessavam em manter-se na cidade. Em meados da década de 1960, essas condições modificaram-se e com o aumento de fluxo demográfico o crédito ficou restrito a situações especiais, principalmente de amizade com os proprietários do comércio ou dando provas de estabelecimento na cidade.

produção variada (feijão, milho, uva, frutas, pequenos animais). Dessas pequenas propriedades, algumas foram adquiridas nas primeiras décadas da formação da cidade (LUZ, 1997, p 116-118), enquanto outras resultaram da venda de fazendas e sítios ao redor do perímetro urbano.

Diante da falta de condições para permanecer na zona rural (LUZ, 1997; RODRIGUES, 2004), conseguir uma contratação para “tocar” um sítio era uma forma de encontrar um meio termo. Assim, a mudança para a cidade, nos limites urbanos, associada à permanência em uma atividade muito próxima à do meeiro, porém com menos participação na produção principal, representou uma prática que perdurou e que ainda é possível encontrar em Maringá²⁴:

Nádia²⁵: éee eu morava em Maringá mesmo, meus pais vieram é pra no ano diiii 1969 e nesse ano eles moraram éee um tempo, por um ano mais ou menos, um ano e meio éé numa região mais urbana o que a gente chamava, chama até hoje na cidade, e depois quando eu já tinha nascido, já tinha um ano eles se mudaram pro hummm... pro um sítio e foi e lá até quando eu fiz catorze anos, nesse lugar, nesse sítio...

Nesses casos, a moradia e o trabalho estão interligados; perder um significa perder os dois, ou seja, a família precisa sair da propriedade. O loteamento dos sítios que estavam dentro da zona urbana ou que se situavam em suas proximidades foi um dos principais motivos para a quase extinção

²⁴ - A prática de manter os funcionários morando nas dependências das fazendas era bastante comum na região do Norte e Oeste do Paraná até meados de 1960, porém esse tipo de contratação se tornou rara até o final da década de 1970. Perder o emprego significava perder casa e ser obrigado a sair da fazenda, ou seja, todo vínculo de amizade e mesmo familiar estaria comprometido (CASAGRANDE, 1999).

²⁵ - Nádia, nasceu em Maringá no final da década de 1960. Sua infância corresponde aos primeiros anos de 1970 e à década de 1980. Morava, inicialmente, na região mais afastada da Zona Cinco em um sítio no limite com a zona rural. Posteriormente, a família mudou-se para uma chácara, também na Zona 5, porém mais próxima da área urbanizada.

desse tipo de atividade na cidade. Na fala de Nádia, a exploração imobiliária de sítios para loteamento foi percebida como motivo para sua família precisar encontrar nova moradia:

Nádia - aí ele mudo também né, já quis vende parte, depois ele vendeu uma parte, penso em faze, em lotear, fez condomínio essas coisas todas, então não sei se exatamente condomínio tinha naquela época, mais eu lembro que a idéia dele não que aquilo funcionasse como um sítio mesmo era como o meu pai fazia. Ele não pensava em... humm aproveita ééé as terras, vive daquilo que as terras podia dá né, então...

O motivo da saída parece claro, estava anunciado: a família necessitava encontrar outro lugar antes que o sítio deixasse de existir. No caso relatado o encaminhamento foi favorável: teria acesso às melhorias urbanas, ao mesmo tempo em que manteria parte dos hábitos a que estava acostumada. Mudava-se de um sítio para uma chácara, porém garantindo as condições de manutenção e facilitando os estudos dos filhos:

Nádia: Nós mudamos era, não foi antes ele deve te vendido em 79 por aí, porque nós mudamos dali eu tinha 11 anos, quando nós saímos do sítio, agora poco eu disse que tinha 15 né, mas não é verdade, nós quando nós saímos dali eu tinha 11 anos iii então ii aí a gente foi pra uma outra chácara na rua de cima, mas aí com um poco mais, aí com asfalto, com luz , água encanada, menor era uma chácara é... commm mais próximo da escola, que daí meu pai já tinha vários filhos né, então aiaiai meu pai... foi procura, foi procura éé um poco mais de comodidade pra família dele...

A mudança para a cidade significava, também, trabalhar em atividades novas, adaptar-se para, entre outros fatores, fugir dos serviços de

baixa qualificação, preocupação decorrente do aumento do contingente de boias-frias.

No caso a seguir, o pai abre mão de continuar “tocando” o sítio e assume a vida na cidade, com moradia sem área de plantio e buscando emprego em atividades urbanas, como na construção civil:

Joana - bom... como meu pai era agricultor e veio pra cidade, a única coisa que resto mesmo foi trabalha como pedreiro mesmo, com construção civil, porque não tinha nenhum tipo de habilidade diferente e a minha mãe ela trabalhava nas casas de diarista a única coisa que ela conseguiu assim na época...

As mudanças se refletem na organização familiar; o trabalho conjunto na manutenção do sítio é substituído pela separação das tarefas na cidade. Enquanto moravam no sítio, os filhos ficavam com a mãe ou iam todos para a roça. Na nova casa, ficavam sozinhos, os irmãos maiores cuidando dos menores para que a mãe trabalhasse:

Joana: ... como toda família da época as crianças todas iam pro sítio, iam pra roça mesmo junto com os pais, independente de já trabalharem ou não, né criança não ficava em casa porque não tinha ninguém que ficasse em casa mesmo, o pai e mãe iam pra roça... [na nova casa] eu não tinha idade escolar ainda e eu ficava em casa com minhas irmãs, que eu tinha, tenho minhas irmãs mais velhas, então ficava com elas...

No depoimento de Clara, o processo é menos sentido na família, e a organização interna da casa não sofre grandes alterações: o pai continua a manter a casa e a mãe permanece no lar, cuidando dos filhos que seguem seus estudos, agora com possibilidades de cursar séries mais adiantadas. Mudar para o novo centro urbano possibilitava, além de melhores condições

para os filhos, conseguir, nesse caso, exercer uma profissão que começava a se destacar, a de prestador de serviços odontológicos: “então a prioridade dele foi muda justamente pra uma cidade que ele pudesse exercer a profissão dele e desse condições pra família...”

A formação da memória sobre chegar à nova cidade e nela adaptar-se indicou claramente a influência da relação da criança com seu espaço e com lembranças de afeição, de liberdade, de segurança e de identificação com o espaço em que vive. As lembranças dos momentos em que brincavam, exploravam o espaço da vizinhança e ampliavam seus contatos com novos amigos remeteram os depoentes frequentemente ao período anterior à mudança para Maringá. A identificação com algum elemento familiar demonstrou ser importante nessa fase e remete à discussão desenvolvida por Halbwachs (1990). Para esse autor, a mente mantém uma relação entre o novo e os elementos conhecidos, proporcionando à pessoa a sensação de conforto, de segurança, de não estar perdida em um lugar totalmente estranho.

A descrição feita por Joana sobre a chegada em Maringá e as características do bairro em que foi morar com a família indica como a saída do sítio não representou um impacto em sua vida. A sensação de liberdade e a vasta área que tinha para brincar no sítio não lhe foram tiradas totalmente, como ela afirma: “em compensação tinha muita rua pra se corre, muito terreno baldio pra se brinca tudo”.

A família de Clara morava na área urbana de outra cidade e passou a residir na área central de Maringá. Para ela, a praça próxima da nova residência torna-se “objeto” de ligação entre a nova cidade, com todos os

novos cuidados e restrições, e a cidade pequena em que morava antes, com espaços livres e onde conhecia a todos:

Clara - quando nós mudamos pra Maringá, ai já tinha aquela referência de uma cidade maior, já tinha que te cuidado, não fala com as pessoas estranhas, então já era uma referência mais urbana, com mais cuidados, mesmo assim, mesmo com essa referência era, tinha muito espaço também né, que eu acho que isso é bem interessante, é em termos de rua, de praças, quando eu me mudei pra Maringá, nós mudamos ali bem pertinho da praça, eu não sei o nome da praça, a praça que fica em frente ali a Pernambucanas, acho que é Napoleão Bonaparte, não lembro e nós brincávamos muito nessa praça, morava duas quadras dali, então a gente tinha né, a mulecada toda brincava ali naquela praça, pra mim foi uma recordação bem gostosa

Aqui também a memória é registrada duplamente. Para a depoente adulta, a memória da infância antes da mudança para Maringá foi fundamental para encontrar pontos de referência no novo espaço. A criança, assim como os adultos, busca ao seu redor indícios que suscitem menor conflito com o novo, identificações com o espaço conhecido. A construção da sua relação com o espaço em que vive, mescla lembranças com o percebido no cotidiano.

As mudanças de residência dentro da cidade constituem outro aspecto do movimento demográfico pelo qual a cidade passa. A mudança pode ser motivada pela busca por um imóvel mais próximo da escola para os filhos, pela vontade de morar mais perto do emprego ou por desejar melhores acomodações e condições de vida, como os serviços de água e luz. A

conquista da casa própria era igualmente motivo para mudar, mesmo que a localização fosse em uma área mais afastada e com menos recursos:

Ana - Mas não tínhamos água encanada, não tínhamos luz elétrica e depois quando nós mudamos aqui na Neo Alves Martins também Vila Operária ali perto do Cine Horizonte, perto da onde minha mãe mora... Não, aliás nós mudamos um pouco mais em baixo, antes, antes da Santa Casa, depois nós mudamos ali. Também não tínhamos energia ali. Aliás tínhamos energia que era gerada por geradores a... Acho que era a diesel, as dez da noite ele desligava...

As mudanças também ocorriam por circunstâncias que nem sempre traziam melhorias, dentro do processo de exploração imobiliária e de acomodação populacional (CANIATO, 1986; RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2005).

Situação representativa é a da menina Lara²⁶, que a mãe traz para a cidade. Separada do marido, muda-se para Maringá com o apoio de familiares já residentes na cidade e depois de um tempo busca as filhas. A lembrança sobre essa mudança não indica um processo agradável, com indícios de total estranheza na nova moradia, ao confrontar o sítio, local lembrado pelas brincadeiras e liberdade, onde vivia com o pai e os irmãos, com a cidade. Nesta, o espaço aberto não é visto como semelhante ao do sítio. Afinal, as novas condições que lhe foram impostas não permitiam que Lara usufruísse desse espaço para brincar. A relação afetiva com o novo espaço em nada se assemelha com o anterior. É o período do trabalho: sai para trabalhar como doméstica o dia todo e volta para casa para esperar o novo dia. Tem

²⁶ - Lara nasceu em um sítio na região de Maringá, onde viveu até os oito anos com seu pai, após a separação do casal. Com oito anos passou a morar com a mãe na Zona Cinco, mudando de residência várias vezes.

quase doze anos e não encontra seu lugar de criança. Menos de dois anos depois, uma nova mudança. Deixa a casa na Zona 5 e muda-se com a família para o Jardim Alvorada. Esse deslocamento significa sair de um extremo da cidade para outro, ultrapassando a Avenida Colombo, após a Zona 7. Por quase dois anos, relata, pôde brincar com os irmãos, pois nesse novo bairro a mãe conseguiu serviço de doméstica, além de novo companheiro. Mais tarde, uma nova mudança. Passa a morar em uma casa com a responsabilidade de fazer companhia para uma senhora que vivia sozinha, sua futura madrinha de crisma.

3.1.2 – A cidade e as diferenças econômicas e sociais

A cidade de Maringá, seguindo o projeto de formação do centro novo, constituiu uma estrutura com evidentes contrastes. Água, luz (planta 3), grandes lojas, cinemas, largas avenidas com arborização e ajardinamento são algumas das características do centro de Maringá no início da década de 1970. Entretanto, nos bairros mais afastados, as vendas chegaram aos poucos, a água precisava ser retirada dos poços (planta 4) e o asfalto demorou anos para chegar a muitas ruas (planta 2).

Planta 2 - Pavimentação - 1967



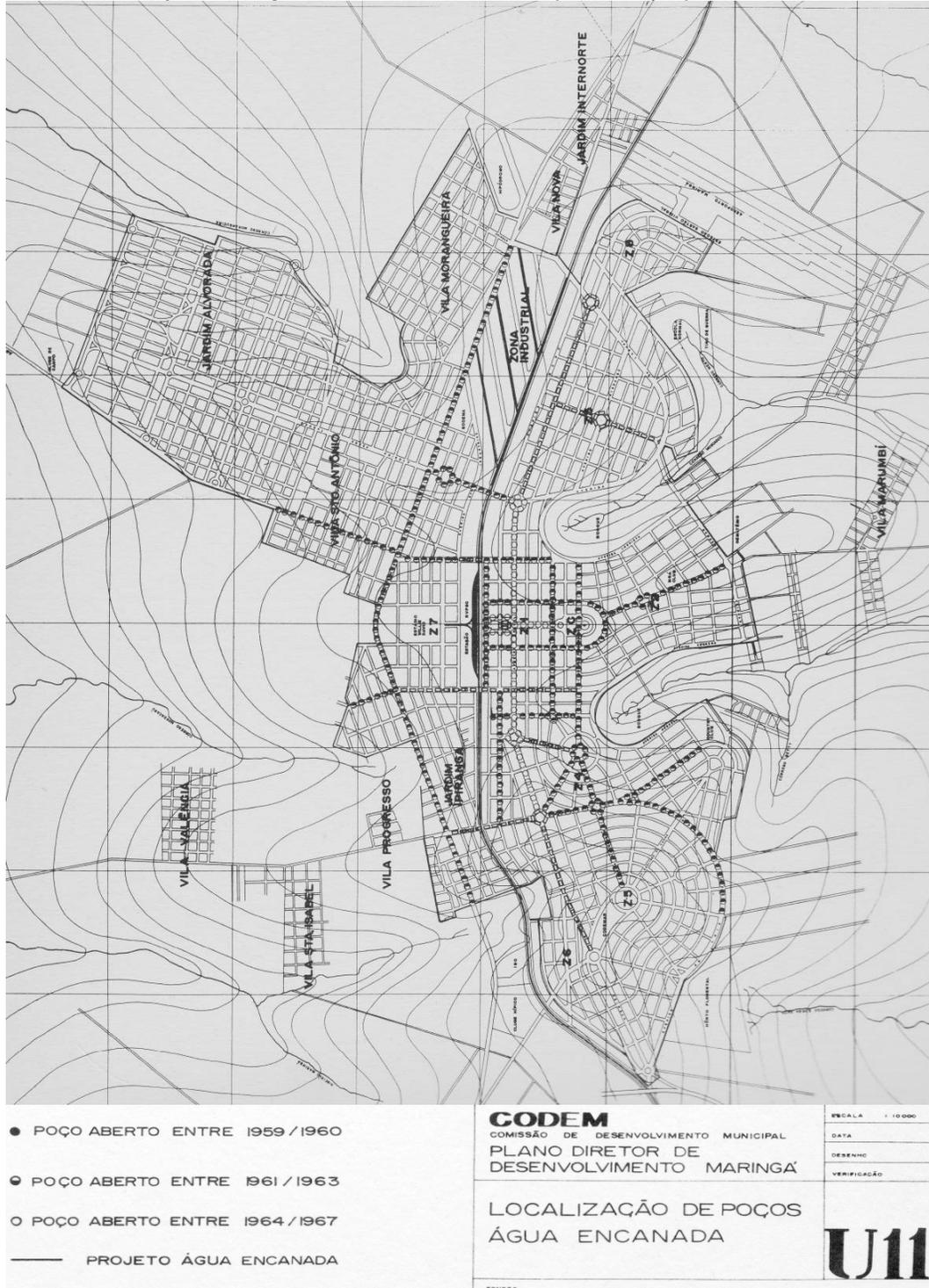
Fonte: MARINGÁ, 1967, p. 215. (Acervo Museu da Bacia do Paraná)

Planta 3 - Iluminação pública - 1967



Fonte: MARINGÁ, 1967, p. 229. (Acervo Museu da Bacia do Paraná)

Planta 4 - Projeto de água encanada e localização dos poços artesianos- 1967



Fonte: MARINGÁ, 1967, p. 219. (Acervo Museu da Bacia do Paraná)

O trecho a seguir explicita as características urbanas do centro de Maringá:

Clara: eu tinha mais contato rural não em Maringá, Maringá tinha até aquele estilo de vida bem urbano mesmo, se fosse relaciona as atividades não tinha nenhuma relação. Em Terra Boa meu pai tinha chácaras, ele tinha mais algumas coisas ligadas a esse meio rural, então a gente convivia mais, e também minha família da minha mãe, meu avô que tinha chácara também e tudo mais, então quando eu ia pra Terra Boa eu tinha mais forte esse contato né, mas em Maringá, praticamente não tinha nenhum, então pra mim, foi ficando distante né, essa referência, porque Terra Boa é permaneceu referência das minhas férias, aquela coisa de se diverti, de fica na casa das minhas tias isso tudo com as minhas primas, aquela coisa de... E a referência rural foi ficando cada vez mais distante da minha vida.

A descrição dos bairros contida nos demais depoimentos apresenta-se muito diferente. O contraste entre o desenvolvimento urbano do centro em consolidação na década de 1970 e a situação rural dos bairros é evidente.

Iniciando pela Vila Operária, destinada à população de operários e com lotes de mais baixo custo, sua localização não era muito distante do centro. Mesmo sendo uma das primeiras áreas previstas no projeto urbanístico original, até o início da década de 1970, evidencia-se como está alijada dos serviços básicos. No bairro destinado aos operários, ainda que situado nas proximidades da Santa Casa de Misericórdia, as melhorias chegam gradativamente. Porém, na medida em que são implantadas, ocorre o encarecimento dos imóveis. Na década de 1980, a Vila sofre novas mudanças.

Constituindo uma área com melhores recursos e com custos menores que a área central, atrai famílias com posses para a aquisição de imóveis e ocorre a ampliação dos prédios comerciais e de prédios de apartamentos (MARINGÁ, 2002). Trata-se de um processo que forçou o afastamento de parte dos moradores para áreas mais periféricas:

Ana: Não tinha calçada, não tinha nada, então a gente fazia uma entrada no quintal com pó de serra pra poder pisa ali, que era muito mais fácil limpa o pó de serra dentro de casa do que o barro. Porque pisava no pó de serra e não sujava. Então nós íamos na linha do trem pega, depois de linha do trem que tinha uma serraria, uma madeireira, nós íamos buscar ali, era grátis o pó de serra não se pagava nada, todo mundo ia busca lá. Inclusive tinha gente que cozinhava com pó de serra [...] tinha, isso tinha, o horário de almoço, o horário da janta, e o horário de dormi era muito cedo porque nós não tínhamos luz elétrica, era tudo com lamparina. Nem vela quase se usava, era muito raro te vela. Era lamparina que colocava no pavio e querosene e ficava queimando. Inclusive de manhã o nariz ficava todo cheio de fuligem...

Os costumes, os conhecimentos são usados para conseguir superar as dificuldades. A descrição da dinâmica da casa não apresenta qualquer diferenciação de uma casa da zona rural. Na fala de Mário²⁷ isso é evidente: “eu ainda posso me lembrar de boiadas percorrendo a zona urbana, tendo como destino o matadouro municipal, que se localizava razoavelmente próximo do bairro em que eu morava...” A Vila Operária era a área de maior concentração demográfica, tanto em densidade como em quantidade, considerando sua extensão.

²⁷ - Mário nasceu em Maringá em 1963, em família produtora agrária que morava na cidade, na Vila Operária.

As frequentes afirmações sobre a falta de acesso à água encanada, à luz elétrica, a ruas asfaltadas são as principais lembranças sobre a relação que os depoentes estabeleciam com as benfeitorias decorrentes da urbanização quando eram crianças. A expectativa quanto a usufruir dessas melhorias, mesmo não sendo claras para os depoentes no período, indica que era algo presente para os pais. As avenidas de ligação iniciadas nesse período visavam fechar uma malha viária conforme o plano original. Possibilitar o acesso ao comércio central, delimitar os loteamentos – evitando a especulação imobiliária não autorizada -, são alguns dos pontos indicados no PDD (MARINGÁ, 1967) e em sua regulamentação com o plano viário de 1977 (RODRIGUES, 2004).

Na zona 5, os depoimentos não indicam falta de percepção ou esquecimento. Verifica-se nas plantas anteriormente visualizadas que a pavimentação atinge apenas o início do bairro, que a quantidade de poços com bomba é mínima, apesar da rede de água encanada e de iluminação pública estarem em fase de implantação. Além dessa situação, a quantidade de residências construídas e ocupadas era pouca:

Joana - a zona 5 hoje era quase que desabitada, porque tinha assim uma ou duas casas em cada quarteirão, não tinha água, não tinha luz e não tinha asfalto... A água era tirada do poço nós tínhamos um poço no quintal, haam não tínhamos nenhum meio de transporte era a bicicleta do meu pai e só... quintal muito grande, era cercada naquela época por, por cerca di, cerca di madeira mesmo, balaústre né aquilo, e o asfalto eu acho que demoro um pouco pra saí, eu num lembro de asfalto muito antigo não, demoro pra saí, é nas outras casas também era tudo cerca de balaústre, mas era cerca baixa.

Os sítios dentro da cidade enfrentavam situações críticas de acesso aos serviços, como já visto, porém, conforme Nádia, suas condições também variavam:

Nádia: sabe isso tudo não tinha, água, não tinha água encanada, não tinha luz elétrica. O poço quando a gente mudou lá, a água era de poço commm... sarilho que fala? ... sarilho !! aí depois eu lembro que não sei se foi meu pai ou se foi o doutor Aristides que colocou aquela, aquelas bombas que sai água, mas isso foi o máximo de modernização que foi feito ali, porque depois disso não se fez mais nada, quando o Osmar chegou aí ele pensou em botar água encanada dentro de casa, mas quando nós saímos de lá ainda não tinha nada disso, aí as pessoas que foram morar lá, aí é que eu acho que vivenciaram isso né mas a gente não, ii...

A saída de um sítio para outro poderia significar melhorias, indicando, também, que talvez existissem outros sítios em regiões mais urbanizadas. O tipo de propriedade em uma cidade em fase de transição não serve para definir o morador como urbano ou rural. Além das delimitações oficiais, todos os imóveis estavam nos limites urbanos do município. Outros fatores mantinham a relação direta com o rural, porém com acesso à urbanização:

Nádia - era então um lugar, casa com luz, com água encanada, aí a gente pode ter televi... é televisão não, tem geladeira né, chuveiro elétrico, é ferro de passar roupa elétrico, essas coisas todas que não tínhamos antes. ... É ah !! Em relação a animais meu pai sempre teve cavalos também, cavalos e éguas, mas mais cavalos. Porque não tinha nem trator e nem outro tipo de automóvel, então a nossa locomoção era a carroça, então meu pai usava o cavalo pra sair pro arado né, pra arar a terra e pra

quando tinha que ir pra cidade né. Porque pra ir a pé era muito... Não é que era muito longe é até perto, mas era um lugar muito íngreme, quando chovia era complicado porque não tinha asfalto né, então hoje essa região é asfaltada, mas na época não tinha, não tinha nem pedrinha no carreador assim, porque hoje as pessoas colocam pedra pra não ficar muito...

Do outro lado de Maringá, ultrapassando a linha do trem e próximo aos limites urbanos da cidade na formação das novas zonas de loteamento, o local onde Rita morava apresentava-se em condições muito distantes das de um bairro minimamente urbanizado. É importante relatar que, nesse caso, não se tratava de um sítio, mas sim de um lote, ou uma casa, com casa e quintal:

Rita: A vida era muito difícil, na Avenida Colombo nós fomos morar, era só sítio capoeirado e milho, milho, aquele mato assim, só de milho, as pessoas plantavam café, milho e aí naquele tempo de seca era uma poeira só sabe, aí nós puxava água do poço, pra nós beber água e era sacrificada a vida, num era bom não. [energia elétrica] Não tinha, não tinha nada... era lamparina... No centro da cidade aqui tinha, era tocado assim... a motor cada pessoa que tinha um estabelecimento maior, uma firma qualquer coisa tinha o a como é que ele chamava, o gerador, tinha gerador eles giravam aquilo lá e tinha luz.

Na outra saída da cidade, em direção a Cianorte, a situação não difere muito e apresenta um grau maior de abandono ainda:

Mara: A casa era de madeira é... a água era poço puxado na bomba, puxado a manivela, não era energia não, e a luz a gente usava lampião mesmo, lampião de gás o lamparina e... naquele tempo a gente tinha lampião, energia elétrica não

tinha e nem televisão, nós não tinha, tinha rádio, aquele rádio antigo.

Outras áreas, como a Zona 2, estavam agregadas ao Centro Novo. Eram dotadas dos mesmos benefícios, ainda que fossem menos habitadas e contassem com menos edifícios comerciais. A Zona 7, entre o centro e a Avenida Colombo, voltada para moradias de médio custo, contava com prédios oficiais, escritórios estaduais e federais, além da excelente localização. Como relata Fábio:

Fábio²⁸: Lembro de asfalto nas avenidas, nas travessas não tinha não, demorou muito, já tinha luz... água não... era do poço... ali na UEM [Universidade Estadual de Maringá] era a fazenda dos Dias né...

Os anos de 1970 foram significativos para o processo de urbanização da cidade, em que se destaca o descompasso entre os índices populacionais e habitacionais. Apesar de se considerar que Maringá não possui áreas periféricas mais evidentes, os relatos mostram que essa afirmação depende da maneira como é analisada a questão. De modo distinto dos grandes centros, a periferia maringaense se forma e modifica-se pela própria dinâmica demográfica, além da interferência do governo municipal. Mário, quando trata das proximidades de sua casa na Vila Operária, descreve uma prática condenada e posteriormente combatida diretamente pelo poder público (CANIATO, 1986; RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2005), ou seja, a formação de cortiços:

Mário: Como os lotes eram razoavelmente grandes,

²⁸ - Fábio nasceu em Maringá em 1963 na área da Zona Sete, próximo da Av. Colombo. O pai era funcionário do serviço de energia elétrica da cidade.

aproximadamente 600 metros quadrados, era absolutamente comum encontrar várias casas construídas em uma mesma data.

Nos casos analisados, todas as famílias possuíam alguma fonte de renda tanto proveniente de atividades baseadas na produção agrária, como é o caso das que viviam em sítios, quanto de atividades mais próximas das demandas urbanas, tais como a construção civil, o trabalho na ferrovia, os serviços domésticos. Enfim, a renda era, apesar de exígua, praticamente certa e constante. A relação da produção e do consumo entre as áreas urbana e rural é um dos fatores econômicos indicativos do processo de urbanização (IPARDES, 1983). Porém, conforme os depoimentos, as atividades comerciais na cidade possuíam características rurais bastante acentuadas até a década de 1980.

3.1.3 – O acesso a alimentos, roupas e móveis em Maringá

O acesso aos bens disponíveis, variando de acordo com as posses e com os costumes, mostrou a existência de um comércio ainda em formação. As lembranças principais referem-se às vendas (ou armazéns) do chamado Maringá Velho e às vendas e quitandas próximas das casas. As lembranças referentes a lojas no centro da cidade são raras e envoltas por dúvidas quanto a sua existência, quando os depoentes ainda eram crianças. Assim, são nebulosas as referências sobre a comercialização de produtos, bem como sobre o período em que os depoentes passaram a frequentar lojas.

Outros personagens surgem nas lembranças: os vendedores ambulantes, pessoas que transitam pela cidade vendendo seus produtos, tais como o padeiro, o bucheiro – vendedor de carnes e vísceras - e o mascate - vendedor de roupas, tecidos, sapatos e outros objetos.

A formação do Maringá Velho, criado com a instalação do primeiro escritório da CMNP, aglutinou comerciantes atraídos pela possibilidade de atender os novos moradores do início da cidade. Mesmo com os esforços de direcionar as novas instalações comerciais para o centro novo, conforme o projeto de implantação de 1949, a região manteve-se forte até o final da década de 1970 (LUZ, 1997). Essa situação fica evidenciada, em vários depoimentos, nas referências ao Maringá Velho como centro da cidade.

A área central, como se verifica no depoimento a seguir, possuía estrutura de atendimento tanto às necessidades básicas, como ao consumo diferenciado:

Clara: era, era normal assim, tinha acesso à água encanada, tanto Terra Boa mesmo, sendo uma cidade pequena já tinha também, iii comida a grande diferença era na a alimentação muito natural que a gente tinha né nesse período, que não tinha... eu lembro por exemplo quando eu experimentei o iogurte, eu devia ter o que, uns dez anos, né então a gente não tinha, não eraaa, essa industrialização como a gente tem hoje, a nossa alimentação era um alimentação muito mais saudável, refrigerante também, era domingo e olhe lá, então não tinha essa prática de ficar alimentando assim com nada industrializado, era muita coisa caseira mesmo, muito doce feito em casa, bala feito em casa, tudo muito produzido mesmo, todos bem naturais iiiii eu fui criada minha mãe, até hoje, minha família é muito ligada a alimentação natural, então

eu acho que isso aí... agora é claro que essa coisa de você ir em sítio busca fruta né, tinha mais essa relação que hoje a gente não vê mais né,

O termo “normal”, que apareceu em outras situações, é utilizado para afirmar semelhança com as condições atuais, como nesse caso, a referência a não faltarem as condições de vida básicas. Conforme Clara, foi opção da família manter os hábitos alimentares mais naturais, uma vez que já existia a oferta de produtos industrializados: “experimentei o iogurte”, “refrigerante também, era domingo e olhe lá”. Além disso, explicita a situação de alguns moradores que vieram morar na cidade, mas mantiveram seu sítio ou fazenda. Assim, era possível consumir os produtos da propriedade rural e adquirir os outros produtos disponíveis e necessários na cidade:

Ana: tinha, tinha pelo menos cebolinha e salsinha, não faltava... sempre tinha, a mãe da gente sempre tinha plantado lá. E as demais coisas se comprava num lugar que chamava quitanda, onde tinha né, ou vinha mesmo... ainda a gente tinha fazenda vinha de lá né, como a gordura de... que era usada a gordura de porco, não se usava óleo né...

Comprar somente o necessário era a regra geral, seja por falta de recursos, seja para juntar dinheiro. Muitos moradores da periferia enfrentavam, também, a dificuldade de ainda não contar com vendas e de não possuir muitas condições de locomoção:

Joana: Ham e não era só a questão de dinheiro também (...) eee.. como tudo tinha que ir no Maringá Velho, então às vezes ela [a mãe] passava falta de algumas coisas (...) assim pela impossibilidade de ir lá compra, porque precisa de ovos pra fazer um bolo, o bolo precisava de ovos, aí tinha que ir lá no Maringá Velho pra poder compra e voltava [...] meio de transporte era a

bicicleta do meu pai e só... e o que quer que nós necessitássemos de compra era feito ali naquele Maringá Velho que era onde que tinha armazéns, quitandas, mercearias essas coisas assim, tudo muito pequeno, não tinha nada de grande que eu me lembre, a não se pelo centro, que eu nem sei quando que começaram a surgir os grandes supermercados e loja, mas era tudo ali

A idéia de que tudo era difícil é evidenciada em cada fala. A cidade, também conhecida pela poeira e pelo barro vermelho, exigia soluções mais próximas e diretas. Os lotes grandes, quando não divididos em várias casas, permitiam a produção de hortaliças e criação, desde pequenos animais até porcos. As referências à experiência rural são constantes nos depoimentos, assim como formas adotadas pelas famílias para sobreviver na cidade e suas práticas cotidianas. Os detalhes quanto à aquisição e ao armazenamento dos alimentos demonstram não se tratarem de situações inusitadas, mas serem parte do dia-a-dia:

Mara: A comida, comida a gente comprava muito pouca sempre a gente sobrevivia do que plantava ou colhia no sítio... comida é o que a gente colhia era do sítio, mandioca, feijão, arroz, porco é a carne era, carne de porco... ham ham... leite, essas coisa é só comprava necessário que era o querosene, o açúcar, o sal essas coisa.

Nádia: mas ééé a carne bovina mesmo ela era comprada no merc...nuuu açougue dii vez em quando também, porque tinha muita carne de frango, comia-se muita carne de porco e de galinha, o feijão também a grande maioria, geralmente se comia o que era produzido ali ééé essa parte de legumes e verduras também só se comia o que era produzido ali, então o que que meu pai comprava fora: trigo, açúcar, óleo, é essas

coisas mais industrializadas e ele ia uma vez por semana na cidade né compra essas coisas... compra essas coisas né que eu falei pra você processadas assim, como é o óleo, a farinha e tal, ah! Querosene né importantíssimo...

A importância do querosene é relatada enfaticamente por Nádia e Mara. O querosene também aparece em outros depoimentos como principal fonte de luz até os serviços de energia elétrica e de iluminação pública serem efetivamente acessíveis à maioria da população urbana. A falta de recursos para adquirir geladeiras, além da dificuldade de acesso à energia elétrica, dificultava a armazenagem de produtos perecíveis, como carne e leite. O uso da banha de porco corresponde ao recurso rural de manter a carne em condições de uso por mais tempo, acondicionando-a na própria gordura derretida. Além, claro, de dar a “sustança”, como afirma Mário, à alimentação. Ana descreve o procedimento tradicional:

Ana: Não. Não que na nossa casa não tinha pelo menos. Então a gente usava banha de porco. Que vinha uma vez a cada mês ou dois meses. Cozinhava todo o porco, a carne dele, depois colocava numa lata dessas de vinte litro, a carne dentro e a banha, aí aquela banha endurecia, condensava né, e a carne ficava ali no meio conservava a carne ali, já tinha sal tudo. Então a gente usava aquela carne como mistura pra se come, durante o mês o quanto desse né... ia usando também pra cozinha...

As carnes de frango e de porco eram as mais usadas, pelas particularidades de produção e armazenamento. O frango poderia ser consumido rapidamente, sem necessidade de armazenamento por muito tempo; o porco era dividido entre os parentes e amigos, um processo de troca e retribuição típico dos sítios, sendo também armazenado nas latas de banha,

como descrito. O recurso de salga não apareceu em nenhum depoimento. A carne de boi era um produto de difícil aquisição, já que era necessário ir ao açougue no centro e ter dinheiro para pagar pelos cortes principais.

Nos depoimentos, a figura do ambulante é constante, vendendo roupas, alimentos e toda sorte de mercadorias. As falas sobre esses comerciantes indicam tratar-se de figuras relevantes, seja porque representavam a possibilidade de comprar alguma coisa diferente - a inusitada caixa cheia de carne, as roupas, um tecido, linha -, seja pelo barulho que faziam, com a campainha ou buzina. Percorriam quase toda a cidade; só não há referência a estes comerciantes em depoimentos sobre a área central:

Mário: A comida era feita com gordura de porco, que dava... “mais sustança” (risos)... ainda existiam aqueles fornecedores artesanais, o padeiro e o bucheiro, cada qual era reconhecido por uma campainha especial... quando o bucheiro atendia seu cliente, voavam moscas para todos os lados...

Rita: Quando chegava o final de semana aí passava uma carrocinha, eles diziam buchero, aí ele vendia bucho de boi, língua de boi, fígado de boi. Então como era mais barato minha mãe comprava aquilo ali com o dinheirinho que meu pai deixava pra ela e aí de vez em quando a minha irmã que era casada dava uma mãozinha pra minha mãe sabe, dexava um dinheirinho né e daí com aquilo nós fazia nossa... ééé... feijão arroz macarrão né e carne só no final de semana é portanto que o buchero passava só no dia de sábado de manhã... é uma vez por semana porque aí as pessoas tinham dinheiro pra compra...

Joana:...aí carne tinha uma pessoa que passava de bicicleta só que não era com frequência, que ele tinha carne pra vende, não sei de que, não sei de quanto em quanto tempo ele

passava, não me recordo, mas a minha mãe comprava dele também... E... não sei, porque eu me lembro também que passava umas pessoas de bicicleta vendendo também, nas ruas, o padeiro era ótimo, o padeiro tinha uma mula manca, ele passava apertando a buzinhinha dele, e ele tinha um pão maravilhoso, porque era um pão que... francês, a mãe fazia pão em casa tanto no sítio como aqui a mãe sempre fez, mas as vezes acabava, as vezes ela comprava desse padeiro, e esse padeiro vendia o pão e vendia também o leite.

As condições da cidade demonstram, assim, as dificuldades das pessoas tanto para adaptar-se ao novo espaço, quanto para conseguir suprir suas necessidades:

Joana: aqui na cidade nós passamos algumas dificuldades no início, mas verduras tanto lá, como aqui nós tínhamos porque minha mãe sempre cultivo horta, então... tanto no sítio como aqui verdura sempre teve, ovos porque lá nós criávamos galinha e aqui também, né porque como ela viu as dificuldades de se compra, de se conseguiu o que queria e também de te dinheiro pra se compra, logo ela começou a criar galinha também, no fundo do quintal. Cercou um espaço pra cria galinha, mas aqui foi mais difícil aqui nos tínhamos menos, mas era arroz feijão, carne as vezes, verdura sempre, fruta sempre, porque nós no sítio tinha muita fruta, e aqui no quintal foi aos poucos plantando, no quintal não tinha nada, mas ela planto, ela planto manga, ela planto pêssigo, uva, manga, abacate tudo tinha no quintal, então assim, claro que cada um a sua época, mas tivemos fruta o ano inteiro... meu pai, não. Dia de compra era só meu pai que ia, e compra de alimentação essas coisas mais básicas, era uma vez por mês mesmo, quando eles recebiam seu pagamento, porque ele era contratado pros serviços, pra pagamento mensal mesmo, e o que nós tínhamos de diferente na semana era o que minha mãe recebia da casa

da onde ela trabalhava, que daí dava pra compra alguma coisa diferente, dava assim, o dinheiro era pouquíssimo, os filhos eram muitos, então se comprava o que dava pra compra.

Rita: A comida aqui, quando eu tava em Maringá com minha mãe tudo era regadinho, era regadinho porque só trabalhava meu pai, a gente não passava do arrozinho do feijão e minha mãe fazia uma hortinha no fundo, ela plantava cebolinha, couve e aí ela fazia a mistura da couve da cebolinha, era nossa mistura... Era adquirido que, através do meu pai, meu pai tinha o salário dele né, ele esplanava tora i no pagamento, aquele pagamento que ele recebia tinha que da pro mês, quele lá ficava no bolso dele, aí todo, toda semana ele dexava uma quantia pa minha mãe, pa minha i mãe i compra macarrão, e minha mãe saía daqui da avenida Colombo ia lá na saída du du olímpico na fábrica de macarrão, ela ia de a pé, porque não tinha circular, nois não tinha carro né, aí ela ia compra o retalho do macarrão, não era o macarrão... era o retalho do macarrão, aquelas que... aí quando a fábrica impacota o macarrão sempre quebrava os macarrãozinho né aí aquele que não quebrava seria impacotado e aqueles que quebrava eles jogava assim num galão assim, grande e eli as pessoas mais pobre humilde que não tinha nadaa né que o dinheiro era curto né... 50 centavos, 1 real daí ela ia e comprava aquele retalho do macarrão, e aí nois fomo sustentado assim, porque outras coisa mai não podia come .

As crianças também conseguiam burlar as dificuldades e encontrar formas de satisfazer, pelo menos algumas vezes e até por sorte, suas “extravagâncias” quanto à compra e consumo de doces industrializados:

Fábio: a gente juntava moedas e ia na fábrica de doces... lá a gente comprava retalhos de paçoca e... daquelas pipocas doces... era uma festa... depois voltava para casa sem os pais

saberem né (risos)

Lara: ... um dia achei cem reais... não sei quanto era... mas era bastante.. eu tava indo trabalhar e achei... gastei tudo em doce... doce de bar (risos)... dei o que sobrou para minha mãe e doces para minhas irmãs... mas comprei um monte de doces (risos)

Em outro momento, a depoente demonstra desejo de comer o doce industrializado, logicamente diferente do doce caseiro, vontade esta difícil de satisfazer. A atração pelos produtos industrializados fica ainda mais clara quando analisada a relação das crianças com os brinquedos.

As referências a compras são circunscritas ao mínimo necessário, ou seja, apenas às coisas essenciais, principalmente sal, açúcar e o querosene para as lamparinas. Roupas, móveis e outros objetos ficavam para momentos especiais, quando possível.

Os relatos sobre a aquisição de roupas aparecem de maneira discreta, indicando que não existia um consumo além do estritamente necessário, regulado pelas necessidades de proteção do corpo e pela aquisição de algumas peças destinadas a festas ou à missa. Ficou bastante claro que suprir as necessidades básicas do cotidiano era muito mais importante do que ter roupas e calçados novos. Alguns, inclusive, demonstraram estranhar as perguntas sobre esse assunto:

Rita: ... as ropas era assim é... você ganhava duma pessoa i no final do ano o pai comprava uma chitinha pra faze um vestido né, se o dinheiro desse né, mais se o dinheiro não desse aí só tinha, só tinha que esperar,o final do ano... de chita é, fazia vestidinho de chita né mais hoje em dia ta voltando a chita (risos).

Mara: Não, a roupa é naquele tempo passava mascate vendendo roupa então eles vendiam lote de roupa se chamava lote então era um lote fechado, era um pacote enorme fechado que tinha todo tipo de tecido. Tinha tecido melhor, tecido pior, feio, bonito, então bendize comprava sem vê, comprava aquele tanto de roupa é aquele tanto de roupa minha mãe costurava pra gente inclusive vinha as peças, bastante tecido numa peça, ela fazia vestido pra nois tudo igual, e era uma vez por ano. Calçado meu pai comprava uma vez por ano in té ele comprava sempre número maior pra não estraga logo, então era difícil.

Os móveis também são descritos como quase mínimos. Eram a mesa, a cadeira e a cama, os mais básicos enfim, frequentemente feitos de madeira:

Rita: móveis não tinha não, tinha uma mesa assim, de madeira que o meu pai fez né, uma mesinha assim de madeira que ele pegou da esplanada (ali) ele fez madeira né, ele fez de madeira assim e ele foi na serraria pediu umas tauba fez uns banco e era banco assim comprido então ele fazia quatro pezinho assim i um banquinho como tem hoje em dia nos bar né, fazia aqueles banquinho, mai isso só pa qualquer visita que chegasse né

Nádia: ... não se tinha muitos móveis também. A minha mãe tinha se eu não me engano, bom eu não sei que colchão era o da minha mãe, o nosso colchão era colchão de palha né, tanto os meus, quanto os dos meus irmãos, que a gente afofava todo dia de manhã colocava coberta e aí dormia, ficava magrinho de novo, e a gente afofava no outro dia, então ééé era colchão de palha.

No geral, além dos momentos em que os depoentes falam da casa, os móveis aparecem em comentários sobre brincadeiras – como quando o irmão de Nádia “caiu do sofá” – ou associados a comentários sobre as dificuldades da vida. Ou ainda quando Joana, ao relatar a geada de 1975, o frio que a família passou devido à falta de cobertores para suportar a baixa temperatura, refere-se ao banco de madeira, próximo de um fogareiro de serragem²⁹, em que ela e as irmãs passaram sentadas parte da noite, “esquentando as mãozinhas e os pezinhos”, até conseguirem ir para a cama.

A década de 1980 é recheada de mudanças importantes na vida dos depoentes. O comércio a varejo aumenta, a rede de lojas expande-se para além da região central, o nível de urbanização é mais evidente com a ampliação das redes de esgoto, de água encanada e luz elétrica. A ampliação da malha asfáltica e dos serviços de ônibus melhora o acesso da periferia ao centro e a outras áreas, criando melhores condições para as compras. Além disso, a renda da família aumenta com o ingresso dos depoentes e de seus irmãos no mercado de trabalho, e outros bens de consumo passam a ser relatados, como livros, brinquedos, roupas adquiridas em lojas e a troca dos móveis:

Nádia: os móveis a gente comprava na... não se comprava, mas o que tinha assim foram comprados na loja mesmo, eu lembro dos meus pais pagarem as prestações dos móveis da cozinha deles, aquelas prestações de vinte quatro meses eu acho, porque era uma coisa bem longa, bem longa mesmo, doze meses não sei, mas eu lembro que o móvel da cozinha foi

²⁹ - Uma lata de aproximadamente vinte litros sem a parte de cima, a serragem é socada até o topo da lata deixando um buraco no meio, nesse buraco é feito o fogo que se mantém por longo tempo em brasa, além de poder aumentar a chama com gravetos. Usado como aquecedor ou para cozinhar.

assim, o guarda-roupa, a pentiadeira do quarto deles. Agora no nosso quarto as camas eram bem simples, mas eram compradas também na loja.

Joana: ... primeiros anos, nós passamos necessidades de algumas coisas, ou pela falta de dinheiro que realmente era pouco, ou porque as vezes tinha que se desloca até o Maringá velho pra compra, mas... um dia dois dias passava sem alguma coisa... com o passar dos anos, ali mesmo na zona cinco, com duas a três quadras aí sim começaram a abri também, uma padaria, uma quitanda, um açougue, mais isso assim quatro cinco anos depois, e muito mais fácil, muito mais rápido...

A própria situação nos bairros modifica-se. As vendas, as quitandas, entre outros setores comerciais, acompanham o crescimento demográfico de bairros antes isolados. A urbanização chega, assim, de forma diferente em cada um deles. Com a eletricidade e os recursos financeiros, a geladeira, o ferro elétrico de passar roupas, os móveis de loja passam a fazer parte das casas.

Uma situação que apareceu pouco nos depoimentos, ao menos de forma clara, diz respeito à relação de ajuda entre os vizinhos. A ajuda mútua surge, principalmente, em referências aos parentes. Rita, porém, ao ser questionada sobre o relacionamento com os vizinhos, fornece indícios da solidariedade existente entre a vizinhança:

Rita:...se uma vizinha as vezes não tinha nada nós é ela ela vinha e dizia o fulano eu to sem nada hoje na casa será que da pa minhas filhas come aqui na sua casa, a minha mãe dizia da sim mai eu vo ti da um poco ai ela repartia o macarrão um poco, um punhado assim um punhado de macarrão, um

punhadinho di arroz e aí dava pra vizinha mais sem te troca, se tem volta porque quando uma tava faltando pra uma a gente se acodia com a outra com aquela vizinha mais íntima né, sabe sempre tinha uma vizinha mais íntima.

A ajuda em momentos de necessidade, a interação de maneira mais integrada para troca de produtos ou para a realização de tarefas maiores, como construção ou reforma de alguma residência, são lembranças que surgem de maneira bastante remota, mescladas a outras questões. Há, por exemplo, a família de Joana que adquire e mata um porco em parceria com outras famílias, dividindo a carne e a banha. As vizinhas de Nádia também mantinham uma relação de amizade, existindo a disposição de ajuda quando necessário, embora a depoente não mencione nenhum tipo em particular. Rita e Fábio, por sua vez, referem-se às caronas de caminhão para irem ao centro.

O contato entre os vizinhos indica, assim como em outras passagens, um convívio de amizade, sem indicadores de interesses estritamente econômicos.

3.1.4 – A moradia: casas sítios

As casas de madeira foram predominantes na periferia e, por algum tempo, também na região mais central. A substituição por alvenaria ocorre mais sistematicamente com as regulamentações urbanísticas no final da década de 1970. A relação com as casas varia conforme a vivência e o quanto significou nessa fase de formação pessoal. Conforme afirma Bosi:

A casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conheceu, mas é aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções. Fixamos a casa com as dimensões que ela teve para nós e causa espanto a redução que sofre quando vamos revê-la com os olhos do adulto (BOSI, 1987, p. 356).

As constatações de Bosi são efetivamente percebidas em alguns casos, porém essa intimidade e afetividade com a casa materna não foram uma constante. É possível identificar que as dificuldades vividas e as frequentes mudanças estão em contraposição com a identificação de local de segurança, de prazer, de convivência. As descrições sugerem essa relação; manter os relatos mais extensos permite evidenciar essa constatação, além de mostrar a riqueza de detalhes:

Nádia: era uma casa muito moderna, porque meus tios que foram morar pouco tempo depois, foram morar numa casa muito mais velha sem piso ii era assim, muito mais acabada, detonadinha du que a nossa, a nossa casa era uma casa grande bunita, com área na frente ii na frente da cozinha, na frente da sala é eu lembro perfeitamente ate hoje, três quartos grandes, inclusive o quarto do casal, tinha uma parte assim que era um ... éé... onde minha mãe colocava o guarda ropa com a pentiadeira, ééé o quarto dela era bem grande com janela de madeira mesmo né, com tramelas... tramela que fala? Tramela, é não tinha forro, não tinha forro, mas a casa pra criança era ótima, porque tinha uns caibros grandes assim sabe, então a gente brincava ali os meus primos que vinham passa férias, porque as pessoas gostavam de vir passa, meus primos gostavam que moravam em São Pedro do Ivaí, gostavam de vir

passa férias na nossa casa, porque era um sítio enorme, tinha rio, tinha fruta, tinha um monte de coisa gostosa, ficava muito a vontade ali, porque... moravam na cidade, então minha tia era muito controladora e lá não, no sítio não, e a noite como não tinha luz elétrica e usava lamparina, nunca se uso lampião, na nossa casa sempre foi lamparina com querosene, como a gente usava lamparina, então quase não tinha iluminação, então a gente brincava de esconde-esconde, e eles subiam aqueles caibros lem cima, meu irmão, meus irm.. meu irmão também, mas eu , eu num subia é claro, eu sempre ficava pra... eu é que ficava pra, eu era a pessoa que ia encontra eles, eles iam em cada lugar. Então as salas ela era enorme, enorme mesmo, éé tanto que eu lembro que tinha colocava um sofá aqui, dois sofazinhos, uma mesa num canto iiii ficava aquele espaço imenso assim. Agora tem um detalhe eu num sei se o espaço era tão grande assim, ou se a minha memória que fez, porque eu era criança quando eu morava lá né, mas o que eu me lembro é que era tudo muito amplo, não sei se tinha muitos móveis também. A cozinha tinha uma pia, um fogão a lenha, a mesa, a cozinha era um lugar muito apertado da casa, era bem apertadinho assim, não era um lugar muito apertado, mas era o lugar mais apertado, tinha um espaço assim, que minha mãe chama, chamava de despensa, que é onde ela colocava muinho de café, éé pra moer café, que ela torrava e moía toda, na hora de faze o café ela moía, ia lá moía um tantinho que ela ia usa e fazia, que ela colocava o cilindro também de madeira assim enorme, fazia o pão no cilindro... e depois ia reto assim, chegava até o banheiro que era um espaço bem amplo também né, mas era um banheiro com chuveiro que era um balde, você abaixava a cordinha ponha alga quente lá subia a cordinha e tomava banho ééé...

Joana: lembro perfeitamente! A primeira casa quando nós mudamos lá, que nós entramos na casa era uma casa de

madeira, eu acho que era velha pra dana, tava caindo aos pedaços, ela tinha dois quartos e a sala que era com assoalho de madeira, a cozinha não tinha piso nenhum, era terra batida, terra, terra mesmo e aí tinha como se fosse uma varanda um puxado de telhado, que seria a varanda, mas também era terra batida, é da cozinha, pras esses três cômodos de piso de madeira tinha uma escadinha... e nessa casa nós moramos, não sei... dois anos, três anos, não sei quantos anos nós moramos, e o meu pai como era pedreiro, ele começou a comprar material de construção e foi deixando no quintal, foi comprando foi deixando até ele pode construir nossa casa, que foi ele que construiu nossa casa de alvenaria... muitos anos, aquele poço ficou muitos anos, nós utilizando aquela água, eu não sei quanto tempo demoro, mas eu me lembro de muito tempo sem água e sem energia e a luz era lamparina querosene, era a única forma de iluminar a casa depois que escurecia.

Em situações diferenciadas, foi necessário pinçar as falas sobre a casa. São casos em que o depoente fala da casa como um todo, isto é, como local de moradia e de relacionamento familiar. Por outro lado, a simplicidade da descrição, como nos trechos a seguir, não expressa necessariamente esquecimento ou falta de intimidade com a casa materna:

Rita - [casa] era de madeira... assim, feita humildemente para entrar lá nós entramos de piso de chão, não tinha nada, nada, nada, e a gente só pegava vassora do mato aquele guachumba e aí fazia vassora e aí varria com aquilo lá.

Mara - A casa era de madeira, aquelas feitas assim com aqueles porões altos sabe, é no meio do pasto era casa no meio do pasto é cercada de balaústre... e era uma casa bem humilde.

Era a casa humilde, simples, acompanhando o período de dificuldades. As casas eram construídas pelos moradores, podendo contar com a ajuda de vizinhos, conhecidos e parentes. Uma relação estabelecida com a chegada dos primeiros moradores da cidade, mediante o trabalho de abrir uma clareira, de cortar madeira e erguer um rancho. Depois, mais estabelecidos, construir outra moradia com madeiras planas, ou mesmo de alvenaria.

Os depoimentos confirmam a predominância das casas de madeira, tanto nos sítios como nos bairros mais urbanizados. Na área central, a alvenaria era mais frequente, mas enquanto as madeireiras possuíam muita matéria-prima e a exigência do poder público em relação às construções de madeira foi tolerante, as casas de alvenaria demoraram a dominar o cenário. (MARINGÁ, 2002)

A leitura dessas descrições pode parecer repetitiva, porém remete a detalhes em cada palavra. A relação com a casa é muito mais ampla, trazendo as memórias da família, dos amigos, dos parentes mais distantes, as lembranças com os pais. A descrição da casa segue as constatações de Bosi (1987) e permite percebê-la como um ponto de referência mais amplo. A casa, mesmo com as reformas e mudanças efetuadas, mantém sua essência na relação com a infância e nos anos posteriores.

Na casa, no quintal, na vizinhança próxima, a criança desenvolve sua percepção do mundo que a rodeia. É a infância interagindo com o espaço.

3.2 – O relacionamento da criança com o espaço

A relação das crianças com o espaço, sua ocupação e uso com brincadeiras é um ponto recorrente nas entrevistas. A relação com o espaço é uma variável importante para entender como a criança ocupava seu tempo livre, quais eram suas brincadeiras, seus pequenos trabalhos, relacionamentos e como interagia com a cidade.

As ideias de espaço, relacionadas com a experiência vivida, partem do mais próximo para o mais distante, pois seu funcionamento é semelhante à própria experiência do conhecimento, como afirma Tuan:

A ideia de lugar da criança torna-se mais específica e geográfica à medida que ela cresce. À pergunta “onde gosta de brincar?”, uma criança de dois anos provavelmente dirá “casa” ou “fora”. Uma criança mais velha responderá “no meu quarto” ou “no quintal” (TUAN, 1983, p. 34).

Detalhe aparentemente sem importância para os adultos que observam é, para a criança, a construção do mundo fazendo uso de coisas que passam a ser “humanizadas”. Como no romance “O meu pé de laranja lima” (VASCONCELOS, 1980), no qual uma árvore é eleita pelo menino Zezé como sua amiga. Assim, a criança elege os espaços em relações imbricadas com objetos, estruturas naturais ou artificiais: o galho que ganha contornos especiais por ser “parceiro” para brincadeiras como de balanço na árvore; o pé de abacateiro que fornece material e sombra para a fazendinha; ou a laranjeira que se torna preferida para brincar de casinha. Nas palavras de Tuan:

À medida que a criança cresce, vai-se apegando a objetos, em lugar de se apegar a pessoas importantes, e finalmente a localidades. Para a criança, o lugar é um tipo de objeto grande e um tanto imóvel. (TUAN, 1983, p. 33)

A identificação com determinados espaços é bastante explícita nas falas referentes às lembranças das brincadeiras:

Nádia: no sítio que nós morávamos, ele era muito bem distribuído assim, tinha aquele terreirão imenso e a gente trabalhava lá, trabalhava não, brincava lá de queima, de betis³⁰, porque tinha muito espaço e tinha muita árvore pra gente brinca, subi...

Assim, mesmo existindo muitas áreas livres, a identificação com algum local parece ter um valor maior, um ponto de encontro:

Mara: [...] vamu brinca de casinha, vamu, debaixo de um pé de laranja, fazia lá ... gente brincava, ia numa casa ou na outra aí juntava os amigos, amiguinho e a gente ia faze balanço, e numa árvore enorme se chamava painera a gente fazia um balanço bem alto e ainda coloca corda comum bambu pode coloca de tanto alto que era né... tão dava um balanço delicioso,

A importância dada pelas crianças aos espaços que lembram algum prazer ganha em sua imaginação contornos quase mágicos, principalmente quando relatam esses momentos. Como define Bosi:

³⁰ - Betes, bets ou taco é um jogo que consiste em duas duplas, uma com os bastões (tacos ou betes), protege uma casinha (um pino dentro da área onde fica o rebatedor). A outra dupla, os lançadores, fica atrás dos rebatedores em lados opostos no campo. O lançador lança a bola com o objetivo de derrubar a casinha, ganhando o direito de a dupla passar para rebatedores. Caso a bola bata no rebatedor é vantagem para os lançadores; se bater no taco e for para trás também é uma vantagem; três vantagens, ou três faltas dos rebatedores, duplas mudam de função. Quando o rebatedor acerta a bola eles podem cruzar o campo e bater os tacos no meio, contando ponto cada vez que cruzam o campo. Porém, se enquanto estiver fora da cela o lançador conseguir pegar a bolinha e acertar um rebatedor, este perde o último ponto e passa para lançador. Os pontos necessários para término do jogo variam de acordo com as regiões.

O espaço da primeira infância pode não transpor os limites da casa materna, do quintal, de um pedaço de rua, de bairro. Seu espaço nos parece enorme, cheio de possibilidade de aventura. A janela que dá para um estreito canteiro abre-se para um jardim de sonho, o vão embaixo da escada é uma caverna para os dias de chuva. (BOSI, 1987, p. 356)

Espaços simples ganham cores, a grama torna-se “verdinha”, e os tamanhos de salas, móveis, árvores perdem as reais dimensões, ficam enormes, como uma depoente mesmo analisa:

Nádia: Então as salas... elas eram enormes, enorme mesmo, é... tanto que eu lembro que tinha... colocava um sofá aqui, dois sofazinhos, uma mesa num canto i... ficava aquele espaço imenso assim. Agora tem um detalhe eu num sei se o espaço era tão grande assim, ou se a minha memória que fez, porque eu era criança quando eu morava lá né, mas o que eu me lembro é que era tudo muito amplo...

Os espaços talvez não fossem enormes apenas na memória da infância como se percebe nos relatos analisados:

“tinha aquele terreirão imenso”

“as salas... elas eram enormes”

“a escola era grande, eu achava que era um monte de alunos não sei se era realmente, mas achava gigantesca”

Os comentários sobre os espaços demonstram a relação íntima com as atividades desenvolvidas, sendo que a importância dada a determinado local varia de acordo com o tema abordado pelo depoente. Os espaços especiais de infância, como relatado anteriormente, ganham magia, sugerindo momentos íntimos, algo especial. Representam, pois, tanto um espaço especial

individual, quanto um lugar eleito para os encontros, para dividir momentos com os amigos, irmãos, enfim, parceiros de brincadeiras ao vivenciar a infância.

Analisando o pensamento de Halbwachs referente à lembrança de sua participação em um grupo, Márcia Mansor D'Aléssio afirma:

Se, no presente, alguém não se recorda de uma vivência coletiva do passado é porque não pertencia àquele grupo – ainda que pertencesse fisicamente --. Já que é o afetivo que indica o pertencimento. A partir daí, é possível supor que é tecida uma espécie de cadeia de pertencimento afetivo que mantém a vida e/ou o vivido da memória (D'Aléssio, set.92/ago.93, p. 98-99).

A parte relevante para a discussão aqui em curso é a relação de pertencimento, a relação afetiva que mantém ou exclui a memória. No caso, trata-se da relação afetiva da criança com o espaço, tão ou mais importante que uma relação pessoal ocorrida na infância. Trata-se de uma relação com o espaço que vai além do que está claramente expresso, abarcada em suas potencialidades de lazer, diversão, brincadeiras.

A passagem a seguir mostra que a distância do centro da cidade, o quase isolamento pelo reduzido número de moradores são elementos que não se traduzem unicamente em dificuldades. Há neles uma dimensão lúdica:

Joana: [...] era quase que desabitado, porque tinha assim uma ou duas casas em cada quarteirão, não tinha água, não tinha luz e não tinha asfalto, era uma beleza (risos), em compensação tinha muita rua para se correr, muito terreno baldio para se brincar tudo[...]

Joana refere-se à sensação de liberdade que experimentava nesse novo espaço. Encontra nos terrenos baldios e nas árvores próximas uma compensação da saída do sítio em que vivia antes de sua família mudar-se para Maringá. O aproveitamento do espaço é constante nos relatos sobre brincadeiras, principalmente no caso da infância que possui poucos recursos materiais. Então, a interação com a natureza passa a ser condição necessária para suprir as necessidades lúdicas da infância. A análise dos brinquedos deixará clara essa questão de produção de brinquedos e objetos para brincadeiras. E nem sempre o espaço precisa ser mudado ou adaptado fisicamente. Por exemplo, o galho virava um avião de onde se saltava de paraquedas, existente só na imaginação do autor da façanha.

A passagem a seguir reforça a capacidade de aproveitar os momentos e os espaços disponíveis. Mais do que isso, mostra a relação com os adultos e com as atividades diárias:

Mara: [...] à noite a gente gostava de brincar, à noite, toda noite... em frente de casa tinha um pasto, a grama assim verdinha bem limpinha. A gente colocava um saco de estopa e ficava um puxando o outro na grama, na descida assim sabe, enquanto os pais ficavam conversando dum lado as crianças ficavam bem longe pra num atrapalha a conversa né... ficava brincando até certa hora, depois ia todo mundo dormi, pra levanta cedo no outro dia.

O pasto para o tratamento dos animais vira pista para as crianças escorregarem e o “em frente de casa” não parece ser tão próximo, afinal “ficavam bem longe dos adultos para não atrapalhar a conversa”, deixando-os livres para conversar e mantendo-se livres para as brincadeiras. O uso de áreas para animais aparece em vários depoimentos e em diferentes momentos:

Joana: só tinha colônião então a gente tinha que busca as vacas no final do dia lá. Então isso era uma brincadeira né, era uma brincadeira e um serviço. Era brincadeira porque o colônião era mais alto que a gente, então a gente ficava hunnnn... encontra uma cobra que a gente tinha medo, que tinha lá

Uma situação cotidiana, buscar as vacas para prender, mostra-se uma aventura constante. As crianças precisavam passar pelo capim mais alto do que elas, com a possibilidade de encontrar cobras, e voltar tocando as vacas. O medo de cobra, a responsabilidade da tarefa, o esforço necessário novamente misturam-se com a brincadeira entre os irmãos no esconde-esconde quase forçado. A capacidade de transformar os espaços, criando condições lúdicas, é própria da criança, chegando, em alguns casos, à criação de um espaço especial, só dela, pois ninguém mais vê aquilo que sua imaginação criou:

O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos. Cada peça dos móveis herdados, ou mesmo uma mancha na parede, conta uma estória. A criança não apenas tem um passado curto, mas seus olhos, mais que os dos adultos, estão no presente e no futuro imediato. Sua vitalidade para fazer coisas e explorar o espaço não condiz com a pausa reflexiva e com a olhada para trás que fazem com que os lugares pareçam saturados de significância. A imaginação da criança é de um tipo especial. Está presa à atividade. Uma criança cavalga um pau como se estivesse sobre um cavalo de verdade, e defende uma cadeira virada como se fosse um verdadeiro castelo. (TUAN, 1983, p. 37)

São vários os exemplos do uso dado a determinados espaços, diferente do destinado originalmente, principalmente os da área de trabalho. Importa, agora, deixar claro que os espaços eram usados de maneira diversa, inclusive para brincadeiras, mesmo onde ocorria o trabalho. Esse uso apareceu espontaneamente nas entrevistas.

Porém, nas situações relacionadas ao trabalho mais severo, não são mencionadas as brincadeiras e “não podia brincar” era a resposta. Nos momentos em que o enfoque principal recaía sobre o trabalho, a ênfase no espaço se desfazia quase completamente. Isto é perceptível nos casos em que o trabalho representava esforço cotidiano, imposto e evidentemente contrário aos anseios do depoente. Então, as descrições ganham tonalidade fria: “eu trabalhava na roça...”, “íamos carpi”, “trabalhava de olhar o filho da vizinha”, “não tinha tempo de nada, trabalhava de doméstica de segunda a sábado”. Algumas vezes, o mesmo local se transforma nos depoimentos, como o pasto na hora de brincar e na hora de trabalhar.

O uso dos espaços não pode ser visto como uma prática não conflituosa. O aumento das construções, do trânsito dos veículos e das pessoas provocaram a diminuição dos espaços, e os que restavam para o lazer eram redefinidos. Esta situação evidencia-se tanto em relação às crianças que viviam mais próximas do centro urbano, como às que viviam na periferia. Esse processo ocorreu em dois movimentos básicos: o desenvolvimento da área central - com residências, comércio etc. - e a maior concentração de habitantes - diminuindo os grandes terrenos vazios, configurando-se a imagem dos quarteirões, aproximando-se uns dos outros e mesmo envolvendo os sítios existentes no perímetro urbano.

Uma forma para superar essas condições era a ocupação progressiva e o uso, pode-se dizer sistemático, para manter a “posse” por quanto tempo fosse possível. O relato de Reginaldo Dias evidencia esse processo de identificação e conflito com as mudanças:

Era a crônica de uma espécie de morte anunciada, notícia triste para os meninos que residiam, no início da década de 1970, na Rua Itapura, Vila operária. O nosso campinho de futebol localizado nos fundos do Posto de Puericultura, estava com sua extinção determinada. Tratava-se de um terreno da prefeitura, destinado à construção de algum equipamento público. [...] torcíamos para que a nossa posse informal se estendesse o máximo de tempo [...] Bem vistas as coisas, talvez o nosso sentimento, ingênuo na essência, nem chegasse a ser mesquinho, pois o lazer também é interesse público (MARINGÁ, 2002., p. 12).

A passagem anterior é instigante e revela o conflito de interesses de crianças da Vila Operária com as decisões governamentais. A memória de Reginaldo Dias apresenta um exemplo da relação da infância com os interesses dos adultos. Trata-se da destinação de um terreno baldio para a instalação de serviço público, a fim de atender à população da região, desconsiderando a importância do lugar para as crianças. Qualquer adulto poderia pensar que elas achariam outro terreno sem nenhum problema, mas aquele era o espaço delas.

Na área central ou nas regiões mais populosas, a definição e a ocupação dos espaços exigiam outras estratégias. Por exemplo, quando as posses permitiam esse acesso:

Clara: [...] mas antes era um campo de futebol, então a gente tinha espaço enorme de quintal, vamos dizer que não era um quintal de uma casa, mas era o quintal ligado ao predinho que eu falo apartamento, mas era o apartamento que embaixo tinha uma loja e em cima tinha dois apartamento, então não era uma estrutura de prédio, era um pouco diferente porque a gente vê que a criançada que mora em prédio, já tem espaço pra brincar, porque tem o limite das normas, e ali era apartamento, mas era uma mistura de apartamento com espaço de casa porque tinha esse terreno ao lado... meu pai fez um campinho de futebol pros meus irmãos. Mas também a gente brincava no fundo tinha um espaço legal sabe. Então era, acabava sendo um ponto de referência porque tinha espaço em casa.

Os espaços livres diminuem pela ocupação definitiva ou pela previsão de seu uso para residências, prédios comerciais ou públicos e mesmo praças. A urbanização, em seu processo de definição dos espaços, lentamente delinea o local onde tudo deve acontecer, mesmo que não funcione totalmente como previsto.

Questionados sobre as mudanças que ocorriam na cidade, tais como o crescimento demográfico, o maior movimento nas ruas, a ampliação de serviços públicos e privados, a ocupação dos espaços com casas e prédios, as mudanças do espaço e da própria cidade, percebe-se que nada disso possuiu grande representatividade ou permaneceu claro na memória dos entrevistados. Ocorre, contudo, uma alteração no tom da entrevista: a referência a mudanças causa momentos de parada e de reflexão mais perceptíveis que em outras situações. Uma atitude marcante quanto à relação do depoente com o espaço vivenciado como criança e o espaço vivenciado em outras fases da vida.

Essa mudança do tom da entrevista aconteceu quando o depoente descrevia os espaços coletivos, sem a conotação do brincar, ou quando tratava das características da cidade. Falar de como os alimentos eram conseguidos, da descrição da casa, do sítio, do asfalto ou da falta dele, dos processos para conseguir água ou iluminar a casa consistia em abordar assuntos sérios, afinal nem tudo era brincadeira. Tornavam-se, assim, menos emotivos e mais descritivos, mesmo tratando de situações relacionadas com melhorias na qualidade de vida e maior acesso aos recursos urbanos, como a maior facilidade de compra ou maior oferta de produtos, ou quando passaram a contar com os serviços de energia elétrica e de água encanada. Seu pouco interesse em tratar dessas mudanças deitou por terra a expectativa de que pudessem ter um peso considerável nos relatos. Por outro lado, reforçou a disposição dos depoentes de falarem das atividades de quando eram crianças, de seu envolvimento com a própria infância.

A memória sobre as mudanças está presente nos depoimentos, porém de maneira diluída na fala relativa a outros assuntos, casos da menção ao acesso a ruas asfaltadas, quando o depoente relata uma mudança de residência, e da dificuldade demonstrada em tratar do asfaltamento das ruas do bairro em que morava. A percepção, com exceção de mudanças bruscas, não identifica como mudança o que é observado no dia-a-dia. Como diz Clara: “eu não sentia o cotidiano da cidade”. As mudanças que ocorriam no dia-a-dia, como o aumento contínuo da população, por exemplo, acabavam não sendo percebidas. As mudanças na cidade como o aumento de casas e de prédios, as novas áreas desmatadas e ocupadas, o volume de veículos parecem mais perceptíveis para os que se ausentam e depois retornam. A condição de

afastamento demonstrou ser uma condição efetiva na formação da memória de uma cidade urbanizada e com diferenças significativas em relação ao período de criança dos depoentes:

Nádia: não, não sei se era perceptível, eu não percebi, eu só fui perceber esse aumento, esse crescimento quando eu saí de Maringá que foi em 93, perdão no comecinho de 93, aí toda vez que eu voltava...

Clara: mas eu não sentia o cotidiano da cidade e quando eu voltei pra mora em Maringá, que eu tive assim um impacto quanto que Maringá tinha crescido e como a gente já não conhecia mais todo mundo, como mudo né.

Essa situação é marcante se comparada com as entrevistas do acervo da DPHC feitas com os pioneiros. A mudança é elemento constante nos depoimentos dos pioneiros, tanto de homens como de mulheres. Da mata que seria derrubada até a cidade que Maringá se tornaria, há um processo constante, marcado por dificuldades a serem superadas. Nas entrevistas com a nova geração, Maringá não possui mais essa característica, é a cidade em que vivem, e o tempo parece mais lento do que para os pioneiros. O impacto das mudanças parece menor. O discurso e o objetivo dos pioneiros estavam forjados na idéia de crescimento, de formar uma nova e grande cidade.

Nos depoimentos analisados, as mudanças constantes, que nem sempre possuíam impacto, chamavam pouco a atenção, de tal forma que não figuravam claramente nas lembranças da infância dos depoentes. Além de um fenômeno analisado por Halbwachs (1990, p 137-138): a resistência em assimilar as mudanças, procurando se ater aos elementos que não mudaram ou ao que é conhecido. O conhecido pode possibilitar maior conforto na relação

com o mundo. Quando se afastaram do grupo, saindo da cidade, no retorno as mudanças chamaram a atenção.

A relação da pessoa com o espaço, como afirma Tuan, tende a seguir o processo do mais intimista para o grupo social mais amplo:

No homem adulto são extremamente complexos os sentimentos e ideias relacionados com espaço e lugar. Originam-se das experiências singulares e comuns. No entanto cada pessoa começa como uma criança. Com o tempo, do confuso e pequeno mundo infantil, surge a visão do mundo do adulto, subliminarmente também confusa, mas sustentada pelas estruturas das experiências e do conhecimento conceitual. (TUAN, 1983, p. 22)

A relação com o espaço é demarcada com o entorno da casa ou adjacências do bairro e fala-se muito das dificuldades de locomoção. As referências a outros lugares da cidade ocorrem nos momentos específicos de fazer compras, buscar algum serviço, ir para a escola. O transitar pela cidade, de um bairro a outro, ou ir para o centro muda quando o depoimento diz respeito à adolescência. O mundo amplia-se, o trânsito fica mais livre; por outro lado, o ir e o vir ficam mais delimitados aos objetivos, ou seja, quando saem com os amigos, um passeio ao cinema, ao parque, às festas. Esse fenômeno do alargamento dos limites foi percebido nas entrevistas.

As características da casa, do quintal e da vizinhança tornaram-se mais precisas à medida que foram relacionadas com os momentos da infância. Quanto mais próximos estão os depoentes da adolescência, os comentários ficam mais concisos, com descrições mais sucintas ao falarem do baile, dos acontecimentos da cidade, dos relacionamentos pessoais. O espaço perde

importância, os objetos perdem a cor; a grama não é mais tão verdinha, como no relato de infância. As brincadeiras, os brinquedos, o uso que as crianças fazem do espaço que é por elas apropriado para seu mundo de fantasia, a fase de interação, tudo isso permitiu que os depoentes elaborassem uma definição de como foi sua infância na cidade de Maringá.

3.3 – Brincadeiras e brinquedos

A análise das entrevistas suscita algumas questões: como os depoentes definem sua infância, quando passam a se considerar adolescentes? Quais suas obrigações, desejos não atendidos, possibilidades e impossibilidades de os realizar? Os depoimentos, como já dito, mesmo indicando uma gama de temas não relacionados com a infância, mantiveram esta fase bastante presente. A fase da adolescência, não muito abordada pelos depoentes, é entendida como final da infância e imbricada com algumas experiências, tais como a escola (ginásio e ensino médio), o trabalho, o namoro.

As brincadeiras e os brinquedos na história da criança recebem atenção dos historiadores em nível internacional há muitas décadas. São exemplos o estudo do lúdico e sua importância na sociedade moderna elaborados por Johan Huizinga (2000) de 1938, por Walter Benjamin(2002)

cujos textos sobre história do brinquedo datam de 1928, o trabalho de Phillippe Ariès (1981), de 1960, analisando os brinquedos e brincadeiras na formação e diferenciação da criança e do adulto.

A relação do brincar e dos brinquedos nos limites do ser adulto e do ser criança, não possuem, pela própria natureza das ações que envolvem, uma definição estanque e consensual. Estabelecer que tal atitude, relacionada com brincadeiras, seja coisa de criança pouco contribui para esclarecer o sentido de ser criança, e nem sequer permite vislumbrar o que se espera das ações de um adulto. Quando os depoentes relatam suas memórias da adolescência, o brincar fica para trás, como na afirmação, bastante clara, de Nádia: “mas aí como eu comecei a trabalhar eu ganhei a minha independência, então já não brincava mais aí saía com as minhas primas que eram mais velhas ...” Momentos, sem dúvida, de transição entre fases da vida.

Os relatos confirmam questão muito discutida e considerada decisiva nas análises da vida infantil: a existência de diferentes infâncias. Infâncias distintas, na mesma cidade, variando entre si em um período menor que dez anos. Porém, localização da residência e idade não representaram fatores únicos na relação com o brincar. Ao contrário, outras atividades desenvolvidas cotidianamente também possuem influência, principalmente as relacionadas ao trabalho (na roça, nos afazeres domésticos ou fora de casa). A condição financeira aclara-se quando os depoentes se referem aos brinquedos, situação em que emerge um conflito em aceitar ou não os feitos em casa da mesma maneira que os industrializados.

A constante referência ao “brincar” reflete essa tendência dos depoimentos. As brincadeiras são relatadas espontaneamente em algumas

entrevistas e, em outras, mesclam-se a atividades consideradas “não de crianças”. E os depoimentos indicam que as brincadeiras ocorriam em diferentes momentos: esperando o jantar, no decorrer dos domingos livres para brincar, durante as atividades do dia-a-dia ou, ainda, no caminho para a escola e no próprio ambiente escolar sendo que, em geral, os depoentes contavam com a companhia de algum parceiro, parente, companheiro, amiguinhos ou vizinhos nas brincadeiras.

A definição abaixo, proposta por Catherine Garvey, auxilia nas reflexões acerca das brincadeiras, tanto nos sítios, como nas ruas e nas escolas. Para a autora, a brincadeira:

1 – é prazerosa, divertida. Mesmo quando não for acompanhada de sinais de alegria, ela ainda é válida positivamente pelos envolvidos.

2 – não tem objetivos externos. Suas motivações são intrínsecas e não buscam nenhum outro objetivo. Na verdade, ela é mais o desfrute dos meios do que de um esforço no sentido de algum fim em particular. Em termos utilitários, ela é inerentemente improdutiva.

3 – é espontânea e voluntária. Ela não é obrigatória, mas escolhida livremente pelos participantes.

4 – requer algum desenvolvimento ativo dos participantes.

5 – tem certas relações sistemáticas com o que não é brincadeira (apud SPODEK; SARACHO, 1998, p.211).

As brincadeiras são descritas em diferentes espaços de convivência dos depoentes quando crianças. Nesses depoimentos, fica bem claro o quanto a brincadeira está relacionada ao processo de conhecimento,

através das atividades de correr, de explorar, conquistando com isso o domínio das áreas do sítio, do quintal, da vizinhança e, em seguida, de locais mais distantes, como a escola, as casas dos parentes. Nas passagens a seguir, as brincadeiras dão a sensação da busca dos limites, na tentativa de conhecer cada canto, de usar tudo que aparece:

Nádia: de esconde-esconde, de pára-quedas, de pára-quedas é assim você sobe na árvore e pulava (muitos risos), de casinha em cima da árvore, de casinha dentro de casa, aí o dia que tava chovendo era de casinha dentro de casa, de casinha assim em cima do sofá era o jeito que a gente brincava, cada sofá era a casinha de uma pessoa, esconde-esconde era dentro de casa, não era fora, éééé de betis de queima, de brincadeira era isso, porque aí depois a gente tinha umas tarefas né... meu pai soltava as vacas pra depois do rio, onde tinha só colônião, colônião que fala né? só tinha colônião então a gente tinha que busca as vacas no final do dia lá. Então isso era uma brincadeira né, era uma brincadeira e um serviço. Era brincadeira porque o colônião era mais alto que a gente, então a gente ficava com medo de encontra uma cobra que a gente tinha medo, que tinha lá.

Joana: no sítio nunca tive [brinquedo industrializado], mas era mais brincadeira de sítio mesmo, de corre, de subi nas árvores pra cata fruta essas era o tipo. Lá na tua, aquilo era de mata, eu lembro que às vezes assim forrado de café até em cima, a gente chegava correndo na rampa e puf, pulava, nem liga, se tava fundo, se ia corta a cabeça... acontece qualquer coisa, mas imagina que tinha juízo, era maravilhoso (risos)... quintal, quintal muito grande, era cercado naquela época por... por cerca di... cerca di madeira mesmo, balaústre né aquilo, e o asfalto eu acho que demoro um pouco pra sai, eu num lembro de asfalto muito antigo não, demoro pra sai, é nas outras casas

também era tudo cerca de balaústre, mas era cerca baixa, a gente mesmo pulava de uma casa pra outra, porque pra que usa o portão (risos).

Mário: o bairro [Vila Operária] se localiza nas imediações do bosque 1, que veio a se tornar o parque do ingá. As próprias “datas” eram repletas de árvores de frutos. Subir nas árvores, em condições quase sempre inseguras, era uma diversão. Naquela época, não havia equipamentos públicos de esporte. O acesso às piscinas era algo impensável para a população pobre. Por isso, a molecada sempre procurava os riachos próximos. As pessoas da minha geração costumam ter a memória de algum amigo que morreu afogado nessas circunstâncias... era comum a meninada ir roubar frutos nas chácaras e sítios que circundavam a zona urbana

Para as crianças da região mais central, os espaços não eram tão amplos e a variedade de cenários também era mais restrita. Como afirma Clara, a casa servia para desenvolver diversas brincadeiras, inclusive nos dias de chuva ou quando já estava mais escuro na rua e no quintal:

Clara: quase toda noite e em casa tinha uma característica legal, que minha mãe ela gostava muito de recebe as crianças em casa, os amiguinhos, então uma das poucas casa que podia brinca da bruxa da meia-noite, que eu não sei que nome que fico, é a mesma brincadeira que sai todo mundo se esconde num quarto, e um entra no quarto escuro pra procura e faz aquela bagunça né, então a minha mãe ela foi tranquila quanto a isso, ela dexava faze bastante bagunça, só que depois quando terminava a brincadeira todo mundo arrumava é uma das poucas casas que a gente podia faze guerra de travesseiro e brinca de bruxa da meia-noite era lá em casa, então era bem gostoso sabe, e eu não lembro o nome, gato que mia, lembrei do nome agora, meus filhos que lê já tão

adolescente é o nome que eles dão pra essa brincadeira, que era bruxa da meia-noite...

Os depoimentos raramente remetem a momentos de atividades isoladas, momentos não propriamente inexistentes, mas pontualmente indicados como ao brincar com a boneca, fazer suas roupas ou no empenho em fazer o próprio brinquedo, caso das pipas, dos carrinhos de rolemã e, também, das bonecas:

Ana: Nós brincávamos muito de boneca né, boneca a gente não tinha, a gente fazia em casa de pano, de pano velho. A gente brincava muito de boneca. A gente fazia boneca né! Meu irmão fazia carrinho dii... Não sei se podia chama rolemã, ele fazia com um pedaço de madeira e colocava quatro rodinhas. E ele brincava muito e ele fazia dii di com esse tipo di basculante! Ele fazia, ele inventava lá com latinha, com madeira, com barbante, ele fazia muito isso daí

Nádia: a é! Pastinho é assim o abacate quando ele cai, pequinininho assim ainda a gente colocava uns pauzinhos assim, e fazia uma vaquinha, várias vaquinhas e aí pegava outros pauzinhos e ia colocando assim ééé na terra e fazia como se fosse um pasto e colocava lá, e dividia assim e brincava disso era o que a gente brincava bastante, pegava uma pedra e ia colocando os pauzinhos assim, formando o pastinho e fazendo vaquinha e colocando lá. Os pauzinhos usávamos pra isso, tijolo, pedra, na verdade um tijolo, uma pedra, o abacatinho que caía, a gente não pegava, caía no chão e pauzinho que caía no chão...

Rita - ou quando não eu pegava um pano, eu pegava um pano assim enchia de algodão por dentro né nós catava algodão, e eu fazia assim a a boneca assim interinha e cotucava com o dedo e fazia a, e fazia a boneca, fazia o bracinho dela, fazia o

rosto e o pescoço e aí eu grudava com agulha, eu fazia, depois eu construía o vestidinho né fazia vestidinho né, meu irmão fazia casinha di di pauzinho assim, nós brincava, era gostoso(risos).

Joana - e eu fazia roupinha, minha mãe me dava retalhinho de tecido que sobrava de roupa né, e eu costurava que a minha mãe ensino a costura, então eu costurava roupinha pra boneca, da casa da boneca, da casinha era ótimo, montava a casinha o fogãozinho, uma lata de óleo velha era o fogão ou uma caixinha de sapato, uma caixinha de qualquer outra coisa era o guarda-roupa, e tinha uma vizinha que morava na mesma quadra que a gente brincava bastante,

Fábio: meu pai tinha ferramentas e sempre tinha madeira... eu fazia espingardinha, revólver, carrinho... ficava lá fazendo

Nos relatos referentes a brincadeiras isoladas nota-se a capacidade de imaginação, de aprender a usar o espaço, as condições materiais que possuem os depoentes para produzir e criar condições para a própria diversão. A descrição da produção dos brinquedos ou os cuidados com eles (a roupa da boneca, organizar as bolinhas de gude, preparar o carrinho de rolemã, organizar os bichinhos da fazendinha) indicam, muitas vezes, tratar-se de uma preparação para brincar com outras crianças. O brincar surge sempre com mais força na relação com outras crianças. A identificação dos parceiros geralmente aponta para a proximidade familiar - irmãos e primos - e também espacial - vizinhos e amigos da escola:

Joana: aqui na cidade o meu companheiro de brincadeira era meu irmão que a diferença assim era uma diferença grande, ele era sete anos mais velho mas a gente brincava muito... nós estudávamos até umas cinco e meia, porque o horário não era

muito diferente do di hoje, mas aí até que a mãe fizesse a janta, demorava um pouco, então assim enquanto a janta não estava pronta, nós [irmão e irmãs] estávamos lá fora brincando, se acabando, aí aí quando a mãe chamava, entrava tomava um banho, aí jantava, ai não saía mais também, mas até a janta fica pronta era brincadeira.

Rita: [a relação com os vizinhos] Era boa, ah era boa, era maravilhosa assim, as meninas na minha idade mais ou menos era bacana sabe, nós se reunia a tarde assim e nós brincava de ciranda cirandinha, nós fazia bonequinha de pau, bonequinha assim de cabeça de milho... e nós fazia bonequinha...

Ana: A vizinhança sentada, quase todo mundo tinha um banco na frente da casa, sentava toda a vizinhança ali né, uns traziam cadeira e ficavam conversando, os pais ficavam conversando enquanto nós brincávamos, Pique Salva, de Roda, de esconde-esconde... essas brincadeiras né que toda criança faz né. Brincamos muito de pular corda, pião, brincávamos muito de pião, pião é uma moda que sempre volta né. Pipa também, é meu irmão brinco, antes era uma brincadeira mais pra menino. Hoje não se faz mais essa diferença, mas geralmente era mais pra menino.

Durante a fase de criança não aparecem muitas diferenças e as brincadeiras são variadas. É interessante observar que as brincadeiras misturam-se e repetem-se tanto entre os meninos como entre as meninas. Porém, nos depoimentos de meninos, os relatos sobre as brincadeiras apontam que estas são menos variadas e mais pobres nos detalhes. Em geral, muitas das brincadeiras estão presentes no vocabulário corrente e ainda são praticadas entre as crianças atualmente.

Joana: fora isso tinha brincadeiras de moleque mesmo, subi em árvore, vira de cabeça pra baixo, caça de estilingue, que eu caçava com meu irmão é faze pipa, faze eu não fazia, que eu nunca sobe, era ele que fazia e a gente soltava junto é bolinha de gude, que ele me ensino a joga bolinha de gude, carrinho de rolemã, quando fez asfalto era uma beleza, aquele carrinho de rolemã, porque ele fazia carrinho de rolemã, e fazia e nós dois andavam, e juntava aquela molecada, pega-pega, esconde-esconde, era livre na rua era tudo na rua, não tinha movimento, não tinha trânsito, não tinha carro, então todas as brincadeiras era na rua.

Clara: o brinca era uma prioridade número um, é i pra escola e brinca, a gente tinha os amigos dali, ali da onde a gente morava que era muitas brincadeiras legais, tava até comentando hoje, que eu sabia que ia te a entrevista, eu tava conversando com meus filhos, a gente fazia... a gente apostava a corrida de bicicleta no quarteirão a gente fazia campeonato de betis, fazia campeonato de queimada, de queima, que queimada veio depois, a que eu jogava era queima e também brincava de pega-pega

Fábio: bola... jogava muita bola... bolinha de gude, pipa, pião... bolinha de gude jogava nos buraquinhos, fazia os buraquinhos e depois de passar por eles começava o mata mata... fazer carrinhos de rolemã, com duas rodas atrás e uma ou duas na frente... quando conseguia aquelas grandes ficava empinado (risos), motoneta, uma motinho com rolemã, essa tinha que empurrar (risos) para era difícil, não tinha freio, depois achamos um jeito de colocar freio... quando não parava virava (risos)...

Mara: [...] à noite a gente gostava de brincar, à noite, toda noite... em frente de casa tinha um pasto, a grama assim verdinha bem limpinha. A gente colocava um saco de estopa e

ficava um puxando o outro na grama, na descida assim sabe, enquanto os pais ficavam conversando dum lado as crianças ficavam bem longe pra num atrapalha a conversa né... ficava brincando até certa hora, depois ia todo mundo dormi, pra levanta cedo no outro dia... A gente brincava, ia numa casa ou na outra aí juntava os amigos, amiguinho e a gente ia faze balanço, e numa árvore enorme se chamava painera a gente fazia um balanço bem alto e ainda coloca corda comum bambu pode coloca de tanto alto que era né... tão dava um balanço delicioso,

Ana: Pique Salva, de Roda, de esconde-esconde... essas brincadeiras né que toda criança faz né. Brincamos muito de pular corda, pião, brincávamos muito de pião,

Nádia: brincava lá de queima de betis, porque tinha muito espaço e tinha muita árvore pra gente brinca, subi...

A idade nessa fase do relato não fica evidente. Trabalhar com memória mantém essa sensação de incerteza, principalmente relacionada ao tempo em que o fato é relatado. A imprecisão quanto à idade dos participantes das brincadeiras permite, por outro lado, considerar a flexibilidade também nesse ponto etário. Servem para quase todas as idades enquanto a pessoa esteja disposta a brincar. Na forma do relato essas brincadeiras estão mais ligadas à fase da infância e ao início da adolescência. Em alguns momentos, entretanto, é indicada a participação das vizinhas, pouco antes de irem para a faculdade, ou do irmão quase sete anos mais velho.

Outra questão surge, ou seja, a relação entre meninos e meninas nas brincadeiras, sem que os depoimentos apontem conflitos. Importava mais o tipo de brincadeira. Nos depoimentos, o brincar entre meninos e meninas,

mesmo nos espaços fora da casa ou apenas com os amigos, não reflete uma separação estanque.

As barreiras nas brincadeiras entre meninos e meninas ficaram circunscritas ao tipo de brincadeira, ou ao momento, mas sem significar uma divisão entre eles. Entretanto, nas casas, nos sítios, nos bairros, a circunstância de brincar com tudo que estava disponível indica a superação de qualquer distinção.

As brincadeiras relatadas como de fazendinha ou mesmo de casinha envolviam todas as crianças presentes, inclusive os meninos possivelmente menores. Nesses casos, em que participavam os mais próximos da casa, irmãos e vizinhos, não parece haver distinções. Caso semelhante ocorre ao brincar de bola, futebol, dependendo das condições. Assim, meninas e meninos brincam conjuntamente em ambos os casos, com maior participação delas no primeiro caso e deles no segundo.

No relato de Ana a questão aparece como algo individual, pessoal:

Ana: pra dizer a verdade eu brinquei muito pouco com moleque, eu não sei se... já não tinha muito essa... eu não me lembro do meu pai ter feito essa restrição, mas parece que já existia essa restrição dentro da gente, então eu não me lembro de brincar com menino. Eu me lembro que na frente da nossa casa tinha um campinho de futebol e os meninos brincavam lá, mas a gente nunca... Nem ia lá perto, da minha casa só que a gente via os meninos brincando lá. Eu não me lembro nunca de ter chegado lá e ficado no meio dos meninos. Não era assim com todas as meninas, mas pelo menos eu era o meu comportamento, não sei porque eu tinha essa...

A afirmação de Ana apareceu como um caso isolado entre os depoentes. Em seu depoimento, a atitude surge como uma posição pessoal e confirma a interação entre meninos e meninas. A questão remete, possivelmente, à orientação familiar ou à formação escolar religiosa, afinal a escola que a depoente frequentava, como analisado posteriormente, o Colégio Santo Inácio, mantinha disciplina rígida e a separação por gênero ainda era regra. Parecem ser problemas tanto o estar entre os meninos como o chegar perto do campo de futebol, sendo que frequentar este último, ou seja, um espaço masculino, torna-se mais instigante para a depoente.

A separação sexual e etária nas brincadeiras, quando ocorre, está diretamente relacionada com o maior controle dos pais e com a avaliação do tipo de prática que poderia ou não ser realizada. Entre os irmãos, a restrição é mínima, conforme os depoimentos e com base em outra pesquisa realizada na região em um bairro rural (BRESSIANINI, 2000), desde que ocorressem no horário liberado para as brincadeiras. Não havia restrições, também, quando as crianças brincavam entre as atividades laborais, nesse caso sem supervisão.

Esse processo de separação, conforme Ariès (1981, p. 122-124), desenvolve-se do final do século XVIII, aprofundando-se no XIX e variando pelas regiões, conforme as tradições e a força dos discursos moralistas vigentes. As constatações de Ariès estão fundamentadas na análise da consolidação da sociedade burguesa na França. O autor demonstra como a busca pela diferenciação levou vários jogos, festas, brincadeiras de palavras ou outras a serem abandonados pelos adultos da cidade, principalmente da burguesia, permanecendo como prática de pessoas do campo ou crianças.

A separação dos adultos é marcante, como mostra Mara: “enquanto os pais ficavam conversando dum lado as crianças ficavam bem longe pra num atrapalha a conversa né”. A relação dos adultos com as brincadeiras é praticamente nula nos depoimentos, não aparecendo momentos de brincadeiras conjuntas, conforme os depoentes, por falta de tempo. A participação dos adultos é mencionada, porém, em atividades de apoio às brincadeiras. A ajuda oferecida, principalmente pelos pais, é descrita na organização de uma festinha fornecendo produtos para os doces, ou no fornecimento de alguma ferramenta para produzir um carrinho de rolemã. Essa relação é indicada, também, quando acompanham ou transportam as crianças até festas, casas de outras crianças, passeios. E, muito raramente, ao receberem um brinquedo “comprado”, como presente.

Quando os depoentes falam de outros momentos de suas vidas, afirmações do tipo “não era mais criança” ressaltam essa influência dos pais e adultos, ou seja, esse distanciamento das atividades de crianças quando passam a desempenhar atividades mais referentes à vida adulta.

Uma brincadeira é lembrada, e a indicação dela fica meio indefinida em relação ao período em que ocorre, por envolver contatos físicos mais relacionados com namoro ou “paquera”:

Clara: e uma outra brincadeira que era mais assim, no estilo mais é vamos dize até da sexualidade da gente de criança ééé é aqueles, come que chama meu Deus, que foi mudando tantos nomes, mas era tuti-fruti, escolhe fruta vai da um beijo, agora num lembro tava até falando isso qual que era o nome na época que a gente brincava, que era um outro nome que era a brincadeira nova... salada mista, mas tinha outro nome,

sem se salada mista, que depois eu vou pergunta pra Denise que eu tenho certeza que ela vai lembra e que era aquele lado bem gostoso assim das paqueras.

Nádia: Éééé então tinha essas coisas assim, mas de brincadeira eu acho que é isso, eu num lembro... ah não, tinha outra é passa anel que a gente brincava, éééé tem uma brincadeira que eu não sei o nome mas assim, fica assim várias pessoas e fica uma pessoa de pé assim, e alguém tapa o olho de uma que vem pra frente e fica perguntando assim: é esse? É esse? È esse? Aí quando você quise, aí pergunta assim: beijo, abraço ou aperto de mão ou passeio na praça, i você tinha que escolhe o que que era e tinha... lembra? É mas eu não sei o nome dessa brincadeira, a gente brincava muito disso.

Em um dos depoimentos, a brincadeira retorna quando o depoente fala da adolescência. Há ainda outras formas de brincar, como, por exemplo, nas festas e em outros tipos de encontros. Mas, antes de analisarmos essa fase, dois pontos ainda são muito fortes na fase infantil: as brincadeiras nas escolas e os brinquedos.

3.3.1 – Brincando na escola

As temáticas da educação, do ensino e da escola sempre incluem o brincar. Brincar antes, brincar depois, brincar no intervalo. A escola representou, na maioria das entrevistas, um ponto de encontro e de sociabilidade. Raras referências foram feitas à sociabilidade no estudo, sendo a

principal na descrição do uso da biblioteca municipal ou na realização dos trabalhos nas casas dos amigos e com final categórico: “terminar logo para brincar”. O brincar na escola tem momento e local quase certos nos depoimentos, ou seja, o intervalo (recreio) e o pátio, ou a área onde acontecia o recreio.

As brincadeiras relatadas, basicamente, são as mesmas comentadas antes, ou seja, as que envolvem corridas (pega-pega, salva, pique...) e jogos (bolinha de gude, pião, bola). Nesses relatos chamam a atenção algumas brincadeiras que se tornam a moda do momento. Nas várias escolas, tais brincadeiras eram a de queima e o pular elástico, ou apenas elástico³¹.

Clara: acho que era mais voltava brincando né, que a gente sempre estudo de manha então aquele horário da manhã você não, eu tenho um horário mais restrito, então era mais tranquilo, a gente gostava muito, uma febre que teve também, não sei como que ta agora, faz tempo que eu não vejo a mulecada brinca, o elástico, que a criança brincava na escola... que eu nunca vi, nos intervalo tudo era pra fica, o recreio pra fica brincando de elástico.

Nádia: haa, é a gente ia pra escola, na hora do recreio brincava de... elástico, de roda, mas roda eu brincava muito poco, quando, eu lembro que a gente brincava muito de elástico, é o que eu mais lembro, éééé de roda um pouco e assim corria atrás de menino sabe? Ficava correndo, brincando de corre, de pega, tanto que chegava no fim do horário, depois do recreio

³¹ - A brincadeira consiste em ter um elástico que amarrado na ponta passa em volta das pernas de dois participantes, um de frente para o outro deixando o elástico esticado. O terceiro se posiciona no centro com as duas pernas dentro ou fora do elástico. A brincadeira começa pulando para fora e para dentro sem tropeçar ou pisar no elástico. Nesse caso, os participantes trocam as posições. São possíveis muitas variações, além do grau de dificuldade, pernas mais fechadas e subindo o elástico.

tava todo mundo sujo, mas, mas eu lembro que eu brinquei também de negócio de fica batendo, bate palma, eu num sei, eu brinquei de tudo isso, eu sabia dessas brincadeiras, então eu acho que eu brinquei na escola né, porque com as minhas primas eu não lembro de brinca disso, pode se que eu até que brincava, mas eu não to lembrada dessas brincadeiras. O que eu lembro mesmo as vezes a gente brincava de roda em casa, porque não se brincava muito mais na escola, eu particularmente gostava muito de brinca de roda, eu, então as vezes a gente brincava em casa ...

Ana: A gente ia pra escola i brincava muito di queima, mas eu não me lembro como se chamava essa brincadeira era uma espécie de vôlei, era batendo a bola assim, tinha a rede no meio... fica dois times o de lá e um pra e um pra. Se você joga a bola, esse é o queima, se você joga com muita força a bola... se o lado de lá pegasse a bola, alguém de lá pegasse a bola, então uma pessoa de lá, passava pro lado de cá ... passava pro time adversário, agora você de cá ia tenta passaaaa... passa a bola pro seu jogador que tava do outro lado. Se ele pegasse ia passando, se ele conseguisse pegá muitas bolas naturalmente o time dele ficava todo só uma pessoa de lá e última, quem ganhava era quem passava mais pessoas pro outro lado. O interessante do jogo... pra você ganha o jogo, você tinha que joga com muita força a bola, pra pessoa de lá não pegá... não pegá... e se você tinha alguém do seu time já do lado de lá, você tinha que joga praquela pessoa que tava do lado de lá pegasse a bola... se ela pegasse, ela estava do lado de lá e ela pegasse a bola ela passava mais um pro lado de lá, você ia passando todo o seu time pro lado de lá. O time que estava vencendo era o time que mais tinha gente pro lado de lá... eu num me lembro, era era queima essa brincadeira, chamava de queima uma um nome assim, a gente brincava muito no colégio.

As brincadeiras eram, ao que tudo indica, livres, conforme a afirmação de Ana: “não tinha professor, na na no pátio, era muito difícil, eu estudei aqui no Santo Inácio, então os professores só interferiam se tivesse alguma briga alguma um problema né”. Esse exemplo foi escolhido por se tratar de uma das escolas mais rígidas em disciplina naquele período. Outro depoente afirma: “ficava correndo, brincando de corre, de pega, tanto que chegava no fim do horário, depois do recreio tava todo mundo sujo...”.

As brincadeiras nas escolas aconteciam no pátio, nas áreas vazias e nas quadras, nas poucas escolas que as possuíam. Conforme os relatos, as escolas não possuíam estruturas para o lazer dos alunos ou para as atividades de esporte, sendo que mesmo em escolas particulares a adaptação era a forma mais frequente, como colocar uma corda no lugar da rede de vôlei. Há, no entanto, dois relatos que contrariam essa tendência:

Joana: coisa que pra mim era uma coisa diferente, magina balanço, escurrega e gangorra né tudo pintadinho, tudo bunitinho pra aquilo era novidade, então foi um espetáculo...

No segundo relato, contudo, o depoente indica uma explicação sobre a ausência desses brinquedos nos outros depoimentos:

Nádia: Eu lembro que no Odete Ribaroli tinha um parquinho, mas o parquinho era só pras crianças do prezinho, então eu nunca brinquei nos brinquedos, o único quando eu brinquei, quando eu brincava em brinquedo... é mais assim em escola eu nunca brinquei, nem em Borrazópolis quando eu morava lá e em nenhuma das escolas que eu estudei eéé’...

A presença dos brinquedos é bastante forte nos relatos sobre brincadeiras; são utilizados os mais variados materiais, demonstrando uma

imaginação sem fim. É interessante notar, contudo, que, diante da questão dos brinquedos na infância, ocorre um misto de estranheza por parte dos depoentes e frequentemente a resposta é que não os possuíam, conforme pode ser visto no tópico seguinte.

3.3.2 – Brinquedos artesanais e industrializados

A relação dos brinquedos industrializados com os brinquedos produzidos pelos próprios depoentes é conflituosa nos depoimentos. Diante da questão sobre brinquedos, respondiam que não os possuíam, ou que tinham poucos, ou que naquele tempo apenas quem tinha condições comprava brinquedo. Os brinquedos industrializados inicialmente não pareciam gerar grandes expectativas e, sim, eram tidos como praticamente inacessíveis, algo estranho ao seu cotidiano, apesar de também suscitarem desejos. É um período de mudança nas relações do comércio voltado para o público infantil, e se os depoimentos demonstram que existia o contato com os brinquedos comprados, mostram, também, que os mesmos eram de difícil acesso.

A relação com os brinquedos é uma situação à parte. Em geral, representa momentos: um ou outro brinquedo que marcou a vida do depoente, poucos em geral. Para alguns, a lembrança sequer existe:

Mara: Brinquedos nós não tinha, brinquedo que fosse assim, brinquedo que a gente pedia pro pai, pedisse pro pai, falava pai eu queria comprar um brinquedo que ele fosse compra não!

No caso a seguir a relação com esses brinquedos é confusa. As afirmações de Nádia são inicialmente contundentes quanto ao fato de não possuir brinquedos industrializados na infância. Porém, aos poucos, os brinquedos foram sendo lembrados. É difícil avaliar o grau de relação com os brinquedos industrializados. Existiram, Nádia e os irmãos os ganharam tanto de parentes como do patrão de seu pai, mas a forma como são descritos e avaliados no depoimento demonstra total estranheza, ou seja, era como se não fizessem parte de seu mundo:

Nádia: não se tinha muito brinquedo eu não tinha, não tive quase brinquedo eu me lembro que quando a gente morava no sítio quando era do doutor Aristides, levava brinquedo pra gente uma vez por ano, então eu lembro de uma boneca azul que tinha uma, uma mamadeira grudada na mão. É eu lembro que eu ganhei isso, mas ganhei outras coisas, eu acho que não me lembro, os meus irmãos ganhavam carrinhos... é o meu pai não comprava brinquedo. Aí depois quando eu fui mora com a minha vó em 78, 77, 78 né, é não foi em 78 isso, é a minha vó sempre teve uma boneca bem grande assim que ela colocava na parede, não sei se mania de italiano, mas tinha uma boneca. Então quando, uma vez eu ganhei uma boneca que ela trocou, aquela boneca tava muito velha, ela comprou uma nova, e me deu a boneca com umas roupinhas que elas mesmos, que ela e minhas tias faziam, mas isso a minha vó, mãe da minha mãe, não aqueles que moraram ali do lado do sítio do meu pai, e isso foi lá em Borrazópolis, ééééhem, que mais de brinquedo é escola, não me lembro de brinquedo... Ééé num num lembro, brincava muito de elástico, que a gente tinha era o elástico todo remendado que a mãe dava a gente arremendava, pra faze o elástico do tamanho, pra leva pra brinca na escola, ah era isso que a gente levava pra escola o

elástico ii ah acho que é isso, não lembro de mais nada, se eu lembra eu vou falando. Mas assim brinquedo comprado não, não tinha [...] quando eu morei em Borrazópolis eu tinha um pouco mais de brinquedo, porque tinha dois tios aí irmãos da minha mãe, uma tia e um tio, que eram solteiros então me davam alguma coisa e minhas tias que ainda não tinham tido filhos, casadas, mas não tinham filhos ainda me davam algum brinquedo, então eu brincava, eu tinha, eu ganhei um jogo de panelinhas com os fogãozinhos, aquilo pra mim era os dois brinquedos que eu me lembro, da boneca azul que eu ganhei do Doutor Aristides quando eu era ainda bem pequenininha e em 78 quando eu ganhei aquele joguinho dii cozinha, que era dii plástico assim, mas devia ser assim uma coisa caríssima, caríssima, porque eu só ganhei, porque alguém pediu pra eu fazer alguma coisa assim sabe ee por algum motivo minha tia me prometeu aquilo, eu devo ter pedido eu não sei. Mas eu só sei que era uma coisa muito cara, difícil assim, eu tinha, mas era diferente sabe. hummm humm, era isso não se brincava muito não tinha boneca, não tinha ursinho de pelúcia, aliás ursinho de pelúcia eu acho que eu nunca tive.

Após a longa descrição, destacam-se, no depoimento, o sentimento de nunca ter ganho um ursinho de pelúcia e a declaração de que não tinha boneca. Em outro depoimento, a relação com os brinquedos foi crescendo, começando por sua ausência até a situação de começar a ganhá-los, fato que Joana considera um privilégio, por ser a mais nova da família e contar com os presentes das irmãs:

Joana: é quando eu brincava de boneca aí não tinha boneca, aí tinha que fazer boneca mesmo, fazer com espiga de milho, de milho novo, e aí pegava a bonequinha fazia como cabelinho, bem amarelinho bem bonitinho, fazia, minha irmã fazia pra mim pra poder brincar, de boneca era só, não tinha mesmo boneca

comprada ... então assim, aqui eu não me lembro, mas aqui eu ganhei uma boneca horrorosa de plástico, mas era tão linda, então eu tinha aquela boneca... a primeira boneca foi horrorosa mais eu amava, que eu só tinha aquela, boneca de feira mesmo, inteira de plástico, inteira dura, não mexia os braços nem as pernas... [rosa] claro, isso é muito importante (muitos risos), o cabelo também era de plástico todo duro assim, mas era modelo de um coquinho aqui em cima, mas era linda era a primeira boneca, então pra ela que eu fiz a primeira ropinha, porque também ela vinha pelada né, fazia ropinha, fazia vestidinho, só não conseguia fazer calçado, porque do resto fazia de tudo pra ela, quando as minhas irmãs começaram a trabalhar aí compraram algumas coisas, eu ganhei um ursinho de pelúcia vermelho, eu ganhei uma boneca lindíssima aquela era linda, que o nomezinho da caixa era mimosa e ela era um mimo mesmo, essa era belíssima, essa eu tive por muitos anos mesmo, que eu fui muito cuidadosa com ela, que ela era muito linda, ela tinha um vestidinho de renda todo azul, uma graça, aí eu tive mais coisas com minhas irmãs, aí uma delas o primeiro trabalho que ela teve foi numa livraria, então ela me comprava livros, livrinhos de historinhas comuns, dos mais baratos, que eu também tive por muitos anos, eu lia e relia, e lia de novo é foi foi muito perspicaz compra aqueles livrinhos pra mim.

O acesso aos brinquedos industrializados e outros produtos voltados para a infância, quando relatado, aparece de formas distintas e por vezes contraditórias. Tendo em mente as dificuldades de comprar bens considerados básicos, conforme visto na discussão referente a roupas, alimentos e móveis, a compra de brinquedos era difícil. Há referências a brinquedos usados, como no exemplo a seguir:

Rita: é tinha os brinquedo antigamente tinha sim quando tinha um brinquedo não era assim esses brinquedo muito caro de

hoje em dia, brinquedinho de plástico, tinha brinquedo assim, uma boneca mais ou menos. Mais isso era pra aquelas que tinha mais dinheiro né que tinha mais dinheiro tinha boneca, quando ela cansava daquela boneca, quele que não tinha falava então dá a sua boneca pra mim, então era assim repartido,

A oferta de produtos amplia-se na década de 1980. Um caso chamou a atenção por juntar diversas características: a propaganda direcionada ao público infantil, a possibilidade de compra por correio e a iniciativa de adquirir seu próprio brinquedo:

Fábio: brinquedos eu fazia... teve uma vez que vi numa revista um papagaio diferente era quadrado... eu já era grande... como fazia espingardinha e revólver de madeira... eu fui juntando dinheiro e pedi pelo correio... com tubos, acho a que era plástico bem diferente quadrado... foi um sucesso...

As bicicletas constituíam o meio de transporte dos pais ou irmãos mais velhos. Apenas um depoente, ao falar das brincadeiras entre crianças vizinhas, moradoras da área central, fez referência ao uso de bicicletas em corridas pela cidade. Os depoimentos referentes aos brinquedos industrializados possuem ritmo e envolvimento diferenciados. São como casos especiais, relatados de modo diferente de quando os depoentes explicam como brincavam e produziam seus brinquedos. Assim, a ausência de brinquedos não representa um limite para as brincadeiras. Quando falam do assunto, o tom é semelhante ao tom com que se referem às brincadeiras:

Rita: fazia bonequinha de pau, bonequinha assim de cabeça de milho, e nós fazia bonequinha... aí eu já construía, pedia para minha mãe ajuda a faze o vestidinho. Minha mãe fazia ela bordava fazia um bordado que hoje aqui não tem sabe, no

Paraguai tem, chama gandoti, a, ela ensinava eu faze bordadinho assim as ropinha de boneca e as vizinhas via que eu sabia faze os vestidinhos e ela me pedia para mim faze os vestidinho aí, eu inventava moda , fazia colarzinho, brinquinho, eu mesmo fazia de pauzinho de qualquer coisa.

Ana: E brincava muito de casinha. É na época se rachava lenha, que não se tinha gás. Era tudo feita haaamm... cozido tudo com madeira né. Ficava aquelas lasquinha. Então a gente brincava de casinha, fazia tudo em volta, fazia o quarto, a sala, tudo marcadinho. Depois a gente pegava aquelas louça que quebrava né. Era os pratinho, os pratinhos, e a gente brincava com aquilo ali. Não tinha brinquedos inteiros assim a gente não tinha (risos) então a gente brincava o dia todo, ou subia em pé de goiaba todo quintal tinha um pé de goiaba, um pé de manga, di di abacate, tinha bananeira, então a gente...

Joana: e eu fazia roupinha, minha mãe me dava retalhinho de tecido que sobrava de roupa né... e eu costurava que a minha mãe ensino a costura, então eu costurava roupinha pra boneca, da casa da boneca, da casinha era ótimo, montava a casinha o fogãozinho, uma lata de óleo velha era o fogão ou uma caixinha de sapato, uma caixinha de qualquer outra coisa era o guarda roupa.

Nesses momentos de produção dos brinquedos é que se percebe alguma relação dos pais com o brincar dos filhos. No geral, os relatos mostram que eles não tinham tempo de brincar. A relação dos pais com os filhos nas brincadeiras parece um pouco distante, pois depende das condições de vida ou os mesmos aparecem apenas como companhia, quando é necessário levar as crianças a uma festa ou passeio:

Ana: Que os pais trabalhavam muito, então não me lembro da minha mãe me ensinando alguma coisa ou meu pai ensinando.

Nádia: não, minha mãe não. Aliás minha mãe não tinha tempo pra essas coisas assim, não ensinava nada, o que ela fazia era levantava, dava o café da manhã, fazia o almoço, fazia a gente come e tal, mas assim ela num acompanhava nada disso, a gente era bem solto, bem livre, fazia o que quisesse, assim é claro tinha tarefas né, como eu disse pra você, tinha que cuida do meu irmão, tinha que lava a louça, varre a casa...

Mara: Brinquedo que a minha mãe fazia boneca de mii... espiga de milho de sabugo e os meninos sempre minha mãe costurava então até pros meninos da vizinha, ela falava: dona Maria guarda o carretel pra faze carrim pros menino aí pegava um pedaço de tabuinha, fazia um pique aqui, um pique aqui, colocava em cima do carretel e era o carrim pros meninos mas a gente não tinha brinquedo pra nós, eu nunca me lembro de te um brinquedo, nem doado, nem comprado, não tinha.

É interessante perceber que os brinquedos industrializados e os produzidos artesanalmente não têm o mesmo valor. O bilboquê que pertenceu ao avô, no trecho abaixo, aparece como exemplo de brinquedo, mas não propriamente na mesma categoria de brinquedo comprado. A falta desses, entretanto, se não representa uma restrição às brincadeiras, indica que o desejo de possuí-los já existia nesse período:

Nádia: não, tanto que não tinha essas coisas de leva o brinquedo pra escola, mostra. A única coisa que eu lembro que as pessoas levavam pra escola e que não tem nada a vê com brinquedo é um pedacinho do Ovo de páscoa, depois da pasc... nu dia seguinte da páscoa. Mas tirando isso num... mas nada assim di brinquedo, num lembro de nada mesmo. Nem estilingue, porque o que era brinquedo pro meus irmãos por exemplo: estilingue, umas coisas que eu falei outro di para você que é estrelas, uma coisa muito perigosa, papagaio éééé

apareceu, mas era um só pra família toda, a minha família, meus familiares todos, primos tal, um biobuque, biblioque que fala? que era do meu avó, sei lá sabe. Aí os brinquedos era aqueles elásticos que a gente fazia na mão, os saquinho que a gente brincava, só que a gente brincava, ora com saquinho quando a minha mãe tinha saco de faze, mas geralmente a gente brincava com pedrinhas né de passa.

Os brinquedos, como a boneca da avó, muitas vezes configuravam uma tradição, uma espécie de relíquia que se guardava. A boneca, na visão da depoente, era para criança, e ela não entende o motivo de uma boneca ser guardada como enfeite.³² No caso dos meninos, conseguir uma bola era o mais esperado. A bola de couro era produto para adultos, que a usavam para jogar futebol, e os meninos raramente conseguiam brincar com ela. No geral, tinham de se contentar com a bola de meia, ou outros produtos que pudessem encher e que se mantivessem de forma arredondada, para assim conseguirem jogar.

A característica de troca revela um nível de sociabilidade, presente em várias falas. A mãe costura para as crianças vizinhas, ou a própria menina faz a boneca, de pano ou de milho, e o vestido para a boneca da colega. Os meninos trocam bolinhas de gude, conforme o depoimento a seguir:

Fábio: tinha aquelas bolinhas de gude de leite... aquelas branquinhas e tinha os boticões... essas valiam mais.. assim ia trocando né... ganhando trocando... a moeda que ganhava para doce ou no aniversário conseguia comprar um pião mais bolinhas...

³² - Provavelmente uma herança da prática europeia discutida por Benjamin (2002) do interesse dos adultos por miniaturas ou outros brinquedos que as crianças apenas podiam apreciar. As bonecas de louça, animais de cristal, ou mesmo miniaturas de trens, carros e outros que os adultos “zelavam”.

Pouco relatado, mas percebido em algumas falas, o saber fazer significa muito nessa fase. A roupinha diferente, a boneca, a espingarda de madeira com caninho, a pipa que subia sem balançar, conhecimentos, experiências, tudo isto representa qualidades que resultavam em adquirir outros objetos e ganhar notoriedade entre os amigos. Sem nenhuma dúvida trata-se de valores que estavam em conflito direto com o objeto comprado, um tipo de consumo raro na época, mas presente na memória dos depoentes.

3.4 – O acesso aos serviços de saúde em Maringá e as soluções caseiras

A relação com os serviços de saúde era considerada distante, não totalmente por sua inexistência, mas por não serem acessíveis à maioria da população. Os custos representavam um dos principais empecilhos, envolviam tanto o tratamento quanto a locomoção para o local de atendimento, pois a rede médico-hospitalar foi instalada na área central. Além da tradição de tratar os doentes de maneira “rápida” e mais caseira:

Clara: mas se era uma gripe forte, uma dor de ouvido, uma coisa mais específica assim, ela sempre cuidava, nunca, num tem essa referência médica assim, só quando era uma situação que precisasse, e ela ligava pra pedi uma orientação assim, mas de ta levando mais só, eu que eu me lembre na minha vida assim, as doenças infantis assim, que passava,

caxumba né, a gente nunca teve nada grave, não me lembro dessa referência ...

Joana: aqui sim, aqui eu já era maior, a lembrança que eu tenho que eu já era maior, di i pra médico, di precisa de remédio de farmácia mesmo, é mais graças a Deus a gente tinha muita saúde, não me lembro de ninguém que tivesse adoecido que precisasse de cuida, nummm não me recordo de nenhum dos irmãos, mas foram alguns anos depois da nossa chegada aqui.

Rita: aquele tempo quase as pessoas não ficavam doente, eu não sei o que tinha né que é diferente de hoje né aquele tempo as pessoas,

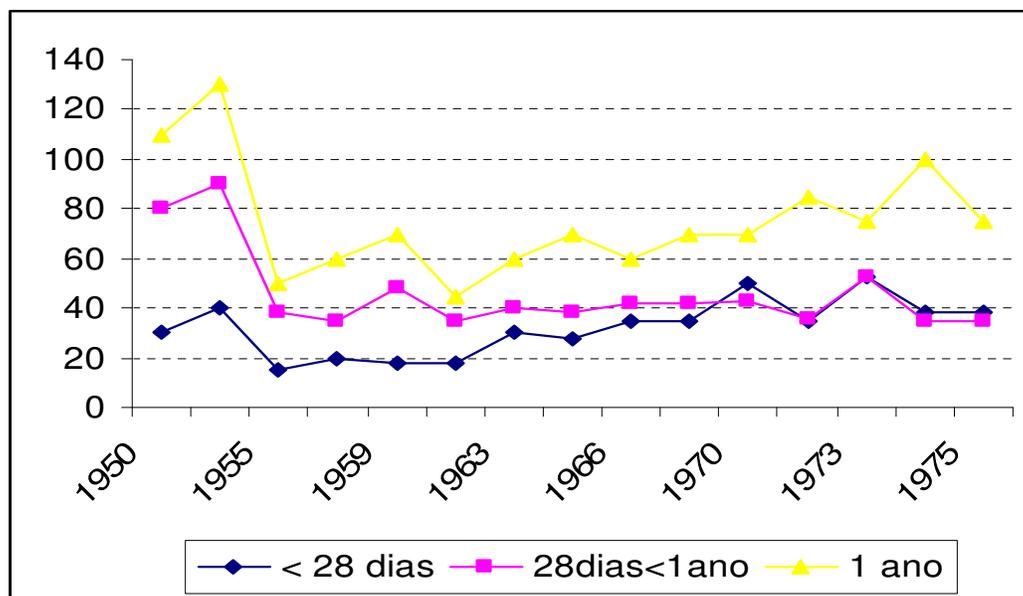
A relação com a questão da saúde fica na dependência da sorte, “aquele tempo quase as pessoas não ficavam doente”; quando ficavam, as lembranças indicam outras medidas, e ir ao médico, ao hospital, ao ambulatório municipal não foram respostas diretas. As lembranças do uso desses serviços apareceram, por exemplo, quando eram relatados acontecimentos que culminaram em ferimentos mais graves. Essas dificuldades referendam os estudos sobre saúde em Maringá, em conformidade com a crítica situação nacional até meados da década de 1980.

O estudo de Marques (1994), analisando a questão da mortalidade infantil em Maringá, constata que as políticas de saúde não estavam adequadas à crescente demanda da população na cidade, tendência que foi confirmada mais tarde por Scochi (1996). O índice de mortalidade infantil tem sido considerado um dos principais na avaliação das condições socioeconômicas mínimas da população, como afirma a autora:

A mortalidade infantil apresenta-se como um dos mais sensíveis indicadores quanto aos aspectos culturais, sociais e econômicos, isto é, a realidade mais cruel da desigualdade entre as diversas classes sociais. (MARQUES, 1994, p. 4)

A situação de pobreza de uma considerável parcela da população, fixa ou em trânsito – inclusive a população flutuante das cidades vizinhas - somada à dificuldade de acesso aos bens de consumo e serviços são fatores que levaram à situação apontada no gráfico³³ a seguir:

Gráfico 1 - Coeficiente de mortalidade infantil, total, precoce e tardia – por 1.000 N.V. 1950-1975, Maringá, PR.



Fonte: MARQUES, 1994, p. 86.

³³ - Como Marques argumenta, é necessário tomar cuidado com os dados estatísticos nesse período, afinal o aumento do índice pode estar ligado à melhoria do seu registro. Porém, os dados continuam elevados para o período. Em estudo do sistema de informação sobre mortalidade, MATHIAS e JORGE (2002) analisaram o preenchimento das informações e verificaram uma significativa melhora na confiabilidade dos dados entre 1979 e 1995. Com dados mais confiáveis, a tendência indicada por Marques confirmou-se e somente no final da década de 1980 os índices passaram indicar uma tendência de queda e permaneceu até o momento. Trata-se, aliás, de uma tendência que passou a acompanhar os índices paranaenses: “Em 1979 o índice foi de 56,35 para 1.000 nascidos vivos, em 1989 passou para 33,82, em 1999 19,53, chegando a 16,46 em 2003 e 15,41 em 2004 até o atual 13,71” (Paraná Online 25/04/2008).

Verificamos que, nas décadas de 1960 e 1970, a mortalidade do recém-nascido não sofreu diminuição e o índice quanto à criança na faixa etária de 1 ou mais anos continuou aumentando.

Analisando a organização do serviço de saúde de Maringá, verificam-se as dificuldades da população em conseguir atendimentos e, principalmente, a falta de uma rede que permitisse ações mais profundas e eficazes. Como verificado anteriormente, a dificuldade de acesso ao centro é fator que contribuiu muito para o distanciamento dos serviços existentes.

A descrição da situação médico-hospitalar no PDD (1967) indica a oferta de serviços de saúde, o que não é desprezível para uma cidade com duas décadas de existência. Mas, aponta, também, que a rede existente era insuficiente e mal estruturada para atender toda a demanda municipal e regional.

Maringá era sede regional dos seguintes serviços estaduais e federais:

Centro de Saúde Pública para o atendimento da área urbana, a cidade é sede do 12º Distrito Sanitário da Secretaria de Saúde Pública, cuja jurisdição atinge vinte e um municípios... uma unidade de trabalho da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural – FATR para toda a região; e prestando atendimento à zona noroeste do Estado, está localizada em Maringá uma sede administrativa do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) (MARINGÁ, 1967, p. 97).

Porém, a análise realizada sobre os serviços prestados indica uma característica que se manteve até meados da década de 1980: os órgãos

estavam dotados de pessoal e material em quantidades que não permitiam atingir a demanda da região, atendendo apenas uma pequena parcela dos necessitados, principalmente quando procurados. Os objetivos desses órgãos de desencadear um processo investigativo para avaliar a situação em toda a região, assim como a aplicação das medidas previstas, como encaminhamentos e distribuição de medicamentos, foram considerados precários. A descrição da equipe do FATR é um exemplo:

Um médico, um dentista, uma educadora sanitária e um guarda sanitário compõem a equipe da unidade de Maringá... que presta atendimento médico, odontológico e educação sanitária aos municípios de Floresta, Paissandu, Sarandi e Castelo Branco, além dos distritos de Floriano e Iguatemi (MARINGÁ, 1967, p. 111).

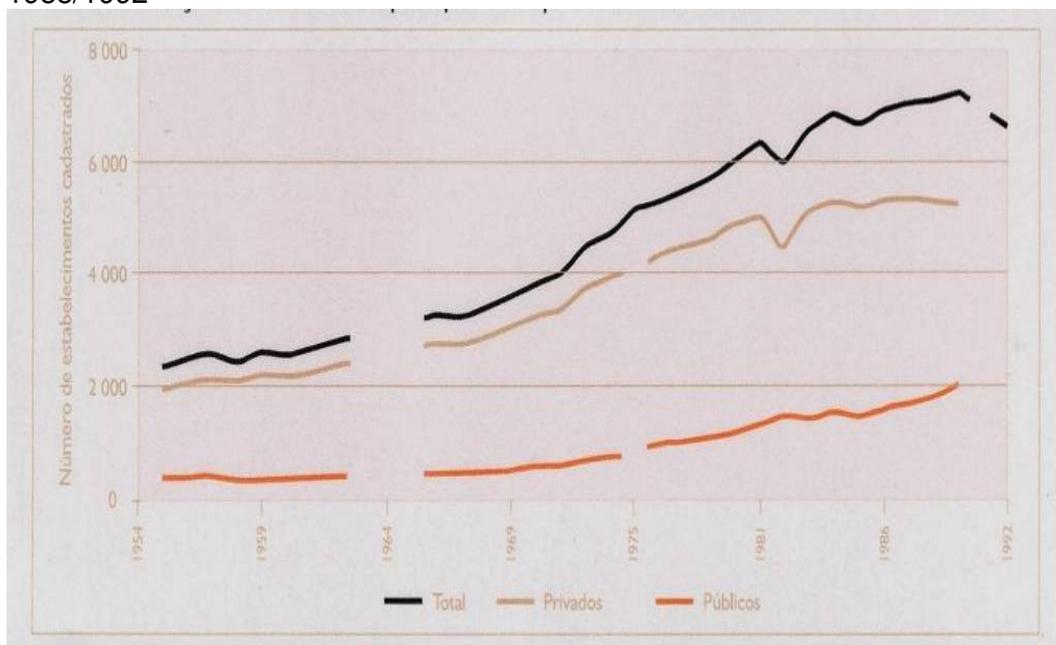
No combate a verminoses, consideradas uma das principais causas de doenças na região, a avaliação não demonstra melhora: “o trabalho é limitado exclusivamente à zona urbana, e a zona rural só é assistida à medida que o atendimento é procurado” (MARINGÁ, 1967, p. 110). O atendimento é considerado limitado, ainda mais devido a sua extensão para todos os outros municípios que não possuíam serviços mínimos. Na avaliação dos outros vinte municípios “apenas 6 contam com os serviços de unidades sanitárias... Além de restrito, o atendimento é prestado em instalações precárias, mal adaptadas e com deficiências de equipamento e pessoal (Idem, 1967, p 111)”.

Em suma, a situação regional e local permite perceber que a cidade de Maringá, antes de completar duas décadas de emancipação, mesmo

sendo considerada detentora de um sistema médico hospitalar, apresentava condições limitadas para atender toda a demanda existente.

É importante registrar que a cidade seguiu um processo semelhante a grande parte dos centros brasileiros como mostra o Gráfico 2. Maringá era detentora de uma rede particular que desde a década de 1950 ampliou-se rapidamente e no final da década de 1960 tornara-se centro de referência para uma ampla região. A rede pública com que contava era, no entanto, deficitária.

Gráfico 2 – Evolução do número de Hospitais públicos e privados – Brasil – 1955/1992



Fonte: IBGE, 2006, p. 228.

Importante salientar que mesmo dispendo de 10 hospitais particulares, em 1967, o atendimento à saúde em Maringá era considerado ainda limitado. Em relação aos leitos, a quantidade era baixa para atender todo o município, com aproximadamente 150 mil habitantes (incluindo os distritos de

Sarandi, Marialva, Paissandu, Floriano, Água Boa, Iguatemi, Mandaguaçu e Presidente Castelo Branco). O total de leitos chegava a 372, atingindo a proporção de 403 habitantes por leito, aproximadamente metade do considerado indicado para a época (MARINGÁ, 1967, p. 102). A relação leito/habitante assume uma proporção ainda mais crítica quando observamos a relação entre leitos particulares e gratuitos, destinados à camada mais pobre da população: 50 do total de 372, sendo que nenhum era público.

Conforme a planta da rede hospitalar (planta 5), a mesma está toda localizada no centro da cidade, com exceção da Santa Casa que foi instalada na Vila Operária, tornando-se referência para os atendimentos da população sem condições financeiras. Dos 50 leitos já mencionados para essa população, 40 pertenciam à Santa Casa.

A organização dos serviços de saúde existentes na cidade estava voltada para atendimentos mais simples e claramente marcados pela iniciativa privada. Os tratamentos mais complexos e o atendimento mais amplo à população somente seriam implantados em meados da década de 1980 com as reformulações da saúde pública brasileira e paranaense. Para o início da década de 1970 o PDD (1967) apontava:

Casos clínicos que exijam assistência muito especializada são igualmente remetidos a Curitiba ou São Paulo. O mesmo ocorre em relação às pessoas de muito baixo nível econômico, que, não encontrando em Maringá condições de atendimento gratuito, encaminham-se aos dois grandes centros, em busca da assistência governamental (Maringá, 1967, p. 98).

A dificuldade de acesso ao atendimento médico, a falta de postos de saúde e de hospitais contribuía para a manutenção do atendimento nas farmácias, através dos práticos, e das medidas alternativas, isto é, de natureza caseira.

A situação apontada por Nádia mostra um típico momento de transição entre o rural e o urbano quanto aos serviços de saúde pública, pois mesmo vivendo e trabalhando na área urbana, continuou, para tanto, a recorrer ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais³⁴:

³⁴ - O trecho a seguir demonstra a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na área de saúde em Maringá antes da reorganização da rede médico hospitalar: "Desde a criação do Sindicato este procurou atender os sócios e seus dependentes, com isso arcando com seus próprios recursos e despesas. Só em 1970, foi firmado com o extinto FUNRURAL, um convênio para atendimento Odontológico; em 1974, foi firmado convênio para atendimento médico ambulatorial, também com o ex-FUNRURAL, que embora não fosse suficiente para cobrir todas as despesas, ajudava. Prosseguindo em 1975 foi firmado convênio com a Central de Medicamento para o fornecimento de remédios; ainda em 1974, recebemos uma ambulância (embora sem manutenção), para o transporte de doentes; em 1977 o Sindicato adquiriu com recursos próprios, um Laboratório de Análises

Nádia: em relação à saúde, quando a gente morava no sítio e depois quando a gente foi pra chácara também tudo era feito no sindicato rural, no sindicato rural tinha o dentista que a minha mãe levava a gente... ela e meu pai fazia tratamentos eu também fiz tratamento lá... meus irmãos, éé... e as consultas todas lá, tanto que.... ii sempre os mesmos médicos né, então a gente teve um bom, um bom acompanhamento assim. O problema é que era longe né, era o sindicato rural não sei se ainda é, é aqui na... eu não sei, eu nunca sei o nome, mas sabe onde é a garagem da viação Garcia... ali é um outro nome que eu não sei qual é, é bem lá na frente sindicato rural, então era muito longe pra gente i até lá. Ia de circular que eu me lembro, não me lembro nunca de ter ido de carroça lá. Éééé aliás eu andei muito pouco de carroça eu não me lembro de andar de carroça. Então mas essa parte de saúde assim eu acho que a gente era bem servido assim, porque se fazia tudo ali, mas ninguém nunca precisou fazer uma cirurgia, os partos da minha mãe eu não sei como aconteceram se foi em hospital público como foi, aí depois quando a gente morava na chácara ainda continuamos um tempo indo no sindicato rural, depois eu acho quiii, eu não sei se começo a aparecer postinho ou se era o INPS, mas eu lembro onde ficava o INPS, então eu lembro de ter ido lá buscar remédio alguma coisa assim, então eu acho que saímos do sindicato rural porque meu pai parou de pagar e fomos aí pro INPS, aí virou uma... aí ficou muito ruim, muito ruim mesmo. [em outro momento retoma o tema] éééé então é isso que eu lembro em relação a saúde, em relação... engraçado né, porque você pensa assim o sindicato rural agora que eu to pensando ele até que podia não proteger tanto assim hummm, porque tinha o sindi.. que eu não conhecia tinha o

Clínicas, cujo patrimônio veio enriquecer, pois esses equipamentos são relativamente caros; o Sindicato mantém com a SUDS, convênio para atendimento médico-odontológico, em função da extinção do FUNRURAL." Extraído do relatório enviado para a Secretaria de Educação e Cultura e Turismo da PMM em 1989. (acervo da DPHC da PMM, pasta 22 - sindicatos e clubes de serviços).

sindicato dos patrões, patronal, mas a gente só conhecia o rural que era pra aqueles que trabalhavam na terra, então mas assim em relação a saúde tinha uma boa... o posto de saúde que funciona, como agora funciona porque eu vejo meus pais irem ao posto de saúde e funciona, isso não tinha na época, não sei se tinha posto de saúde, mas eu não lembro de funcionamento de posto de saúde.

Esse depoimento aponta questões que têm relação direta com o objetivo desta pesquisa: a memória do período da infância, nesse caso quanto aos serviços de saúde. Primeiro, apesar das lembranças parecerem confusas, como aparece no depoimento, constata-se ser uma prática dos pais utilizarem os serviços de saúde do sindicato. Segundo, a característica de ser o atendimento ambulatorial muito pouco utilizado, mesmo em questões mais complexas. Há dúvidas quanto aos partos, apesar da depoente ter informado em outro momento que o irmão nasceu em casa com a ajuda de uma parteira:

Nádia: eu nasci no hospital com cesárea, mas o meu irmão que nasceu depois de mim, nasceu em casa com parteira, não sei se isso ainda era comum naquela época. A parteira inclusive morava é perto da nossa casa, é eu lembro até o nome dela é dona Tereza,

Em terceiro lugar, a referência ao atendimento nos postos de saúde, comparando-o com a atualidade. A narrativa segue mesclando as possibilidades de atendimento médico com que contava a família da depoente, como ao relatar um acidente de que foi vítima:

Nádia: aí depois um dia um irmão jogou uma tesoura em mim, pegou na minha perna, aí teve que sai correndo pra farmácia comigo também, porque era tudo assim urgente, emergência, uma vez eu caí no rio cortei aqui, aí meu pai teve que me leva

pro hospital pra dá ponto... antes disso era tudo na santa casa, tudo na santa casa assim meu braço, meu gesso, os pontos do meu braço, tudo na santa casa, agora assim a minha perna não foi uma coisa tão complicada, não precisou de ponto nada, então já na farmácia né o coice que minha irmã levo já na farmácia né porque, não é uma coisa assim tão... algumas coisas eu acho levava assim, pro farmacêutico da uma olhada

Em situações de emergência, como fraturas ou ferimentos que necessitavam de sutura, os feridos recorriam ao pronto atendimento da Santa Casa, como já dito, uma referência para o público de poucas posses. Poderiam, também, fazer parte dos convênios de atendimento do próprio sindicato. Além disso, outro ponto aparece neste e em outros depoimentos, ou seja, recorrer aos cuidados do farmacêutico:

Clara: ...no centro tinha farmácias, e tinha assim também essa coisa de faze a consulta..., muitas vezes não levava, mas isso aí até, hoje é um risco... isso daí, é errado, mas...eu lembro que fazia muito isso.

Recorrer à farmácia aparece nesses dois casos como o recurso lógico, mais próximo, mais simples, e apenas em casos graves devia-se recorrer ao médico, quando era possível. Aliás, trata-se de prática ampla até nossos dias. Porém, diante da questão das doenças, a solução caseira ou da vizinhança é o tipo de resposta mais rápida e presente em todos os depoimentos. Aparecem referências à utilização de chás, simpatias e benzimentos:

Rita: era uma gripinha nós ía na horta assim pegava hortelã fazia chá de hortelã né é ce sabe aquele melhora infantil que hoje, hoje ainda existe né... é... aquele melhoralzinho infantil

ponhava no chá e aí minha mãe falava assim, agora ce toma um banho só lavava o rosto assim, o necessário e você vai toma esse chá e vai dormi, e com a dormida se curava com aquilo ali porque remédio não, né só tinha ali no centro na avenida Brasil, e mãe não tinha dinheiro pra compra, vaii faze o que, era se servi com o chá, benzimento as mulher tinha, sempre tinha uma pessoa que fazia as oração né porque geralmente hoje a pessoa não acredita, mais antigamente tinha as pessoas que era mais ispiritualidade, tinha ispiritualidade porque o ce sabe que mesmo hoje existe a ispiritualidade,...

Clara: muitos eram remédios caseiro, minha mãe sempre foi de chá, muito de mel, de cuida e às vezes da um remedinho também, se era uma febrinha alguma coisa, mas ela sempre cuidava.

Joana: bom enquanto nos estávamos lá no sítio, médico tinha lógico na cidade em Cruzeiro do Oeste tinha médico, eu sei que tinha, mas tudo se tentava resolve por lá mesmo, no sítio mesmo, com remédios caseiros, com simpatia, com benzimento, com o remédio da comadre éé... não sei se houve algum caso dii di uma doença grave alguma coisa assim, mas eu me lembro que arranquei uma unha na inchada, né que eu também queria carpi, peguei a inchadinha e fui corta a grama do jardim... peguei cortei e arranquei a unha, não fui pro médico, então minha irmã grito minha mãe veio correndo da roça, o que ela fez eu não sei, eu... que ela providencio um remédio só que em cima, fico uns dias com aquele dedão inchado assim, saro, nasceu outra unha, mas médico era assim muito difícil de se leva, a não ser que era algo que achassem grave, difícil de resolve por ali mesmo pra leva, se não não, era com remédio ou em casa com chá, com erva, com arruda macetada com não sei o que, era isso que dava... ela [a mãe] que fazia porque em casa normalmente tinha todas essas ervas que se usa pra remédio caseiro, tinha tinha alecrim, tinha

arruda, tinha hortelã, erva de Santa Maria, humm nem sei, nem sei o nome... tantas, mais... eu nem lembro o que ela tinha na horta, porque tinha uma horta pra verduras, então assim nessa mesma horta tinha um canteiro que era dessas plantas, ai ela mesmo que fazia...

A prática da vacinação estava se iniciando de forma mais sistemática no país e no estado, e apenas nas falas de dois depoentes o assunto surgiu, quando se tratou de temas relacionados à saúde. O primeiro, na retomada do assunto relata como a prática era estranha para as crianças e para o próprio setor de saúde:

Joana: não... não lembro. Assim me lembro da vacinação da escola é o que tinha de vacinação da escola, todos nós tomávamos, não tinha como fugi, agora de leva pra posto de saúde, hunhum, e também não tinha campanha de saúde como se a de pólio, pelo menos eu não me recordo disso naquela época, mas na escola tinha não sei, de quanto em quanto tempo, não sei quais foram as vacinas eu não tenho mais essa carteira de vacinação se é que ela existiu, mas na escola, tanto é que eles nem avisavam pra não falta (risos).

O segundo depoimento é mais grave. Resume uma situação de quase violência por parte dos pais ao dificultar ainda mais o acesso da criança aos recursos existentes:

Mara: Olha tinha sim, é vários tipos de doença inclusive naquele tempo não tinha vacina então dava sarampo, varicela, é caxumba, catapora. Quando a gente era pequena sempre quando não era numa casa era outra que tinha uma criança com tericia, agora diz que é hepatite né, que antes era tericia e era tudo curado com simpatia não tinha remédio, remédio tinha é que o pai não comprava, mas tinha muitas doenças era

difícil da gente atravessa ela... Olha farmácia que eu me lembre, que eu sei eu não sabia de nenhuma farmácia, devia ter né, mais eu... meu pai nunca me levo em farmácia... devia ter farmácia sim.

Um depoimento intrigante, pois, diferente de outras falas que colocavam em dúvida, não lembravam, ou mostravam-se confusas quanto às questões relativas à saúde, nesse caso ocorre a lembrança das doenças, da situação difícil, até do medo. Diante disso, vemos, depois de negar a falta de remédios, a afirmação de que “o pai não comprava” e de que o depoente nunca foi levado à farmácia. O relato evidencia como a relação com os hospitais, com o serviço médico, com o sistema de saúde propriamente dito ainda era distante. Somente se levava ao médico, como é afirmado nos depoimentos, em situação de risco, em caso de acidente, quando as pessoas se viam diante de um fato extremamente grave e fora do controle.

No conjunto das entrevistas, tanto dos que viveram na área mais urbana como dos que viveram na periferia, a tradição de recorrer à solução caseira ficou evidente. As condições dos serviços de saúde modificaram-se, ampliaram-se consideravelmente os postos de saúde, principalmente na segunda metade da década de 1980, quando a cidade acompanharia as mudanças ocorridas em níveis estadual e federal, passando de 03 postos de saúde para 20 Núcleos Integrados de Saúde (NIS) (Scochi, 1996, p. 57).

O número de leitos, por outro lado, permaneceu muito aquém das necessidades da população. De um total de 691 leitos, apenas 42 eram públicos. Porém, analisando o processo de implantação do Sistema Único de Saúde no município e, assim, a ampliação da rede de atendimento pelo sistema de convênio com repasses de recursos para o setor privado,

considera-se que Maringá iniciava a década de 1990 em condições bem diferentes da década anterior:

[...] o município apresenta uma rede estruturada com condições satisfatórias de atendimento e, pelo menos no âmbito das divisões, observa-se o interesse em implementar serviços mais resolutivos e universais (Scochi, 1996, p. 60).

Analisando esse processo, o quadro apresentado indica uma situação de considerável avanço, contudo os números de profissionais, de estabelecimentos e de novos serviços disponíveis ainda não garantem o acesso integral da população e a consolidação de uma política de saúde. Scochi, seguindo outro tipo de análise, identifica a dificuldade de aproximação do cidadão com os serviços oferecidos:

... é possível dizer que a expansão dos serviços de saúde de Maringá propiciou acesso da população aos mesmos, todavia essa expansão não foi acompanhada do desenvolvimento de ações preventivas sistemáticas; as ações estão centradas em intervenções curativas. Por exemplo, é a valorização da gestante pelo pré-natal que a leva a buscar atenção; não é o serviço que procura captar essa população (Scochi, 1996, p. 122).

Outros tipos de análises precisam ser realizados para apreender essa relação entre a procura e as condições de acesso aos serviços de saúde. As dificuldades para conseguir o atendimento desejado podem ser quase impossíveis de serem avaliadas na documentação oficial. E, para tanto, o “desenvolvimento de ações preventivas sistemáticas”, como o posteriormente implantado Programa Saúde da Família, permite superar as décadas de sofrimento e humilhação do povo na busca por esses serviços.

As práticas analisadas nesse tópico permitem entender parte dos motivos desse afastamento das medidas preventivas da saúde. Depoentes entre trinta e cinquenta anos, com lembranças tão pouco significativas sobre um serviço que nas últimas duas décadas tem se firmado como direito universal no Brasil, são exemplos do longo percurso de superação das carências nesse sentido, percurso cujos resultados são ainda insuficientes.

3.5 - Educação em Maringá: as dificuldades de acesso ao ensino

A educação dos filhos apareceu, em alguns depoimentos, como fator determinante nas mudanças das famílias para a cidade e na procura por melhores locações que facilitassem esse acesso. Em outros, a prioridade situava-se no trabalho em detrimento da educação. Ou, ainda se considerava que meninas não precisavam estudar. A participação dos pais nesse processo demonstrou ser determinante para a continuação ou não dos estudos, não excluindo outros fatores como os financeiros, as mudanças constantes de cidades e a própria dificuldade de acesso à escola, decorrente da região em que conseguiam moradias:

Mara: Eu comecei a trabalhar com nove anos e o meu pai tirou eu da escola, que eu fiz o 1º e o 2º ano primário né, aí meu irmão foi servi, então já faltou meu irmão do trabalho, aí

minha irmã mais velha que eu já foi pro lugar do meu irmão e eu saí da escola e fui pro lugar do meu irmão, com nove anos eu não e não era serviço de roça ainda que eu fazia, mais eu acho que era pior, porque tinha que levar aqueles pesos sabe, de comida, almoço, café, as vezes até água, meu pai pedia pra gente levar, e era longe pra leva, a gente ô chorando ô rindo tinha que í. Então eu comecei a trabalha desde 9 anos, aí num pude estuda, mais né, e o que eu sei foi o mundo que me ensino.

Rita: uma vida dura sabe, difícil, meu pai, ele tinha assim aquele sutaque de antigamente que mulher não precisava estudar e só homem podia estuda, eu tinha aquela sede aquela vontade de estuda para mais tarde se alguma coisa né, mais ele não deixava não...

Lara: antes de vir para Maringá morava no sítio... fiquei lá com meu pai e meus irmãos até minha mãe me busca aí fui trabalhar de doméstica... não sei por que minha mãe não mandou a gente para escola não... meus irmãos não foram muito tempo na escola... na outra casa já não trabalhava... ficava em casa cuidando das minhas irmãs menores... brincava com minha vizinha e minhas irmãs o dia todo... minha vizinha também não ia pra a escola...

Outros depoimentos também referem-se a crianças vizinhas que não foram para a escola ou não continuaram os estudos:

Mário: O acesso à escola começava ser ampliado... por conta do zelo da minha família, eu sempre frequentei a escola... muitos vizinhos meus não... dos meus amigos de infância, talvez eu seja o único a ter concluído o curso superior...

Carlos: eu estudei sim... morava perto da escola, mas não era assim... trabalhar era mais comum, procurar emprego cedo. A

ideia de que o estudo seria importante não era o que se pensava não...

Os discursos e as iniciativas de apoio ao ensino são presentes no Brasil desde o início do século passado. A distância, contudo, entre os discursos e a prática foi evidente para a população que depende do ensino público. A ampliação das escolas rurais, por exemplo, era uma prática diretamente ligada a iniciativas dos moradores de fazendas, com ou sem apoio dos proprietários da terra. Nas cidades, após a década de 1950, o sistema de ensino público amplia sua ação; no caso de Maringá é relevante a ação estadual na instalação de escolas.

A preocupação em criar condições de ensino para os filhos dos primeiros moradores de Maringá, contada em memórias e outros documentos, é evidenciada nos primeiros tempos da formação do Patrimônio de origem, em 1942. A organização dos recursos, do local e a contratação da primeira professora tornaram-se exemplos da ação maringaense na solução dos problemas, uma vez que cada um procurava ajudar com uma parte até atingir a meta prevista. Após iniciar a discussão sobre a necessidade da escolarização, a estrutura foi construída e inaugurou-se a primeira escola da cidade, Casa Escolar do Maringá Velho.

Rodrigues (2009, p. 57-58) relata o processo de ampliação da escola para atender à demanda rápida e crescente pelos serviços da primeira professora, Dirce de Aguiar Maia. Com menos de um ano, mais três professoras se juntaram, passando assim para duas salas de aulas e quatro professoras. No ano seguinte foi construída a nova escola:

[...] no segundo semestre de 1947, foram transferidos para as novas instalações. Dada à arquitetura do prédio, salas não mais multisseriadas a população local passou a chamá-lo de Grupo Escolar Maringá Velho. (Rodrigues, 2009, p. 57-58)

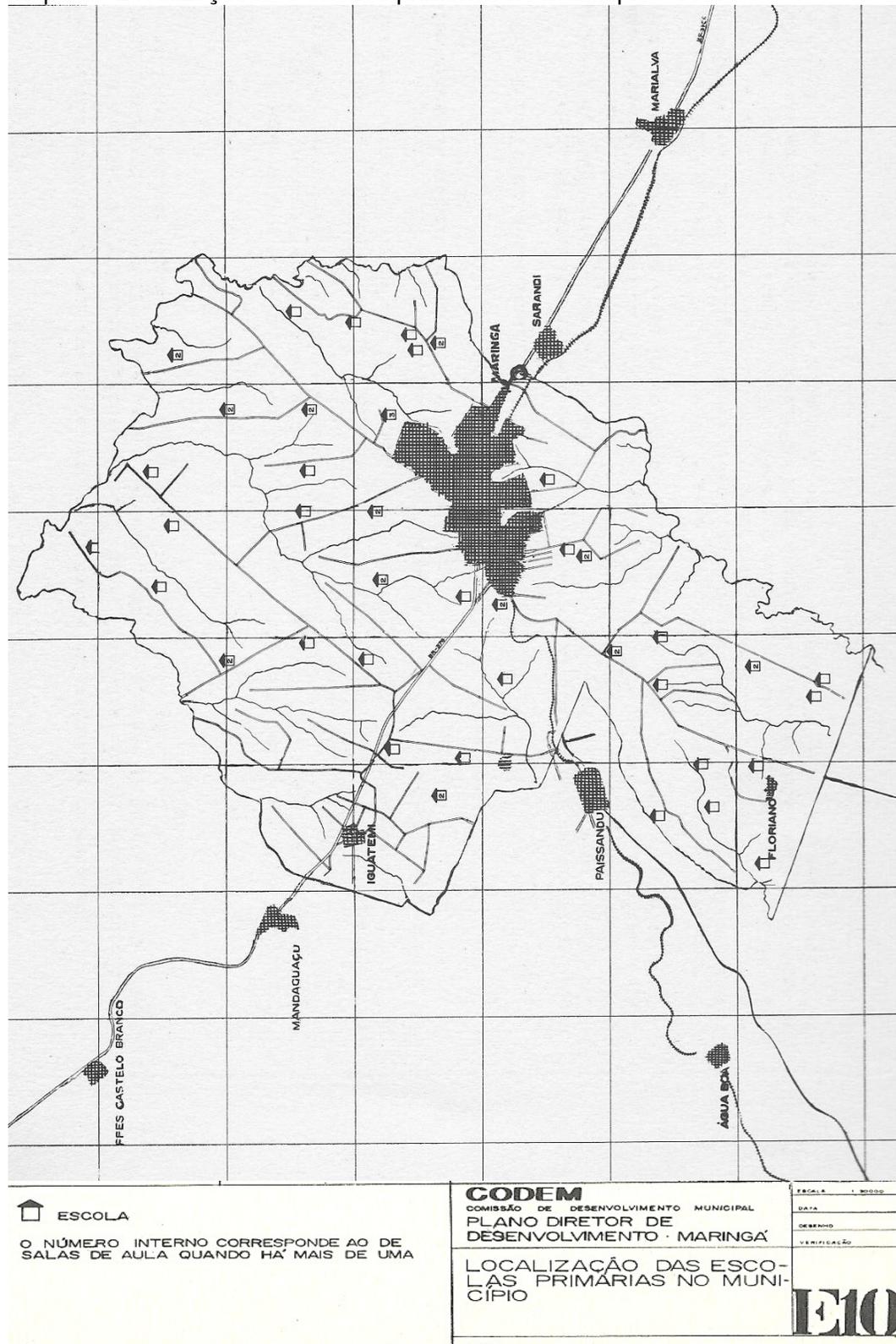
Nas décadas seguintes, o poder público municipal da, então, cidade de Maringá iniciou a rede escolar, porém a manteve quase exclusivamente na zona rural (mapa 3). Na área urbana foram instaladas escolas estaduais e particulares. É o que podemos verificar no quadro 2 e na planta 6.

Quadro 2 - Rede escolar primária em Maringá, 1967

		Grupo Escolar	Escola Isolada	Casa Escolar	Total de Alunos	Percentagens
Estadual Z.U.		16	-	-	13.567	71,3
Municipal Z. R.		-	36	-	2.814	14,8
Particular Z.U.	Convênio	1	-	-	183	1,0
	Sem Convênio	11	-	-	2.400	12,9

Fonte: Maringá, 1967, p. 138.

Mapa 3 - Localização das escolas primárias no município - 1967



Fonte: Maringá, 1967, p. 142. (Acervo Museu da Bacia do Paraná)

No âmbito da educação municipal, ainda que esta fosse apontada como preocupação desde o momento da criação da cidade, ou mesmo antes, era destinada pouca atenção ao funcionamento da própria rede. O descaso com os salários dos docentes, claramente exposto nos depoimentos dos primeiros professores³⁵, era um problema recorrente, pelo próprio descaso do poder público, caso do prefeito Américo Dias Ferraz (gestão 1956-1960), ou sob pretexto de falta de recursos.

A situação das escolas rurais, como afirmam Amaro e Rodrigues, ainda se apresentava bastante crítica:

O modelo implantado foi o mesmo que vigorava para a educação rural no Brasil de uma forma geral. Eram escolas construídas com madeira, sem iluminação elétrica, com instalações sanitárias externas, com uma ou duas salas de aula, cozinha anexa, classes multisseriadas e inexistência de uma equipe técnico-administrativa na escola. Ministrava-se apenas o ensino primário (Amaro; Rodrigues, 1999, p. 374)

Uma depoente, antes de vir para Maringá, estudou em uma escola rural com os irmãos e descreve assim a experiência:

Joana: ...e lá a escola era, uma escola em determinado sítio, distante que as crianças ou iam a pé, ou a cavalo ou da maneira que pudessem, mas era uma escola que tinha, que pra época até talvez fosse boa, mas era de primeira até a quarta série, e todos estudavam juntos, na mesma sala, porque a professora era uma só pra todo mundo, iii isso eu me lembro de meu pai te falado várias vezes, até fala que ia incentivar a gente a estuda,

³⁵ - As condições de trabalho e a relação dos primeiros professores com a formação da rede de ensino na cidade de Maringá foram analisadas por MORI (1998).

O descompasso entre a concentração de escolas na zona rural e a progressiva concentração demográfica na zona urbana persistiu até meados da década de 1980 (AMARO; RODRIGUES, 1999; MARCHI, 1988).

O ensino na área urbana, como indicado anteriormente, era atendido por escolas estaduais e particulares (planta 6), algumas de orientação religiosa, conforme aponta Pasquini:

A diocese de Maringá foi criada em 1º de fevereiro de 1956, e a posse do primeiro bispo diocesano se deu em 24 de março de 1957. Desde então, D. Jaime Luiz Coelho atuou junto à sociedade maringaense, em específico, na década de 1950, e foi responsável pela manutenção e instalação dos principais colégios privados de denominação religiosa católica. O Colégio Santa Cruz foi o primeiro que se fez presente em Maringá, a partir do ano de 1952; o Colégio Santo Inácio foi fundado em 1957 e o Colégio Marista de Maringá instalado em 1958, a pedido do próprio bispo, ex-aluno do Colégio Marista de Franca, estado de São Paulo. (PASQUINI, 2009, p. 16)

A existência dessas escolas não era garantia de uma formação continuada até o ensino médio ou superior. As dificuldades de acesso ao ensino após as primeiras quatro séries e as condições de vida dos alunos de baixa renda são parte desse problema. Na avaliação apresentada no Plano Diretor de Desenvolvimento:

Assim, logo no início são “peneirados” todos aqueles que não estão aptos a enfrentar essa corrida, porque os programas não correspondem às suas necessidades, porque não têm saúde, porque a situação social e econômica de sua família não é correspondente ao padrão para o qual a escola está preparada. [...]

Na rápida análise referente ao problema da seletividade, verificamos que ele se evidencia pela evasão escolar (somente uma pequena parcela dos que ingressam no 1º ano logram chegar até o 4º ou 5º ano), pela deserção ou evasão imediata (do contingente matriculado no mês de fevereiro, somente uma parcela permanecerá até o mês de novembro, época dos exames finais) e pelo índice de reprovações.

Esta grande parcela da população escolar (os reprovados e os desertores) irá novamente requisitar matrícula na mesma série do ano letivo seguinte, caso não abandone definitivamente a escola (MARINGÁ, 1967, p. 150).

A análise continua mostrando os equívocos em considerar o crescimento das matrículas como aumento real de ingresso e permanência no sistema de ensino. Uma vez que, ao final do ano, muitos já não se encontravam na escola, os números iniciais são bem pouco significativos e sequer oferecem garantia de que o aluno matriculado chegou a comparecer às aulas. Novamente a relação entre a disponibilidade de serviços e melhoria de qualidade de vida é colocada em cheque, pela falta de efetivo enfrentamento dos problemas que envolvem a população.

Os pais possuem grande influência no encaminhamento da criança para a escola. Como visto anteriormente, a decisão paterna, por princípio ou devido à situação econômica, foi responsável nos casos relatados por impedir ou inibir o ingresso. Porém, a permanência e o desenvolvimento da criança nos estudos apontam o envolvimento de muitos fatores. Entre eles, selecionamos alguns que mais se destacaram nos depoimentos, como a importância da distância entre moradia e escola e do acesso para chegar, suas

características, detalhes sobre os professores e possibilidades de continuação dos estudos.

O depoimento abaixo, antes de se deter em questões mais específicas relativas ao ensino, aponta um conjunto de fatores que permitiram, de forma inquestionável, que o depoente se aproximasse de lembranças típicas de adultos que frequentaram a escola quando crianças:

Joana: e se você for considera assim, os anos de primeira a oitava série que hoje seria ensino fundamental, seria a mesma coisa, a escola era perto de casa, nós já conhecíamos algumas professoras assim de vista do bairro sabia que aquela pessoa era professora da escola, eee... eu me lembro inclusive da minha primeira professora porque ela era mesmo moradora do bairro, então já conhecíamos ela era uma senhora muito boazinha e a escola era grande, eu achava que era um monte de alunos não sei se era realmente, mas achava gigantesca, porque a escola era muito grande era a quadra toda construída pra escola, e eu achava maravilhoso porque tinha um parquinho magnífico, coisa que pra mim era uma coisa diferente, magina balanço, escurrega e gangorra né tudo pintadinho, tudo bunitinho pra aquilo era novidade, então foi um espetáculo, tinha uma horta, que as crianças também trabalhavam com a horta e tinha uma casa em separado que era do caseiro da escola, que cuidava da escola, merenda todos os dias, ótima! Eu deixava de comer em casa pra come na escola, era muito boa mesmo, as merendeiras eram muito caprichosas e faziam, tinha dia que era comida mesmo, tinha dia que era macarronada, três hora da tarde era macarronada, no outro dia era polenta com carne, pão com leite, sagu, éé... arroz doce tá, então era muito bom, era muito gostoso, a professora, eu nunca tive dificuldade ééé... de aprendizagem nenhuma, de relacionamento com o professor também nenhum

então assim, lembranças, só tenho lembranças boas desse período, não tive dificuldade porque já fui sabendo alguma coisa, também meu pai já tinha ensinado alguma coisa em casa e fiz um prezinho que não sei se era obrigatório naquela época, também nem sei se é obrigatório hoje, mas há tanto tempo atrás acho que era mais um luxo do que obrigatoriedade, mas fui sabendo alguma coisa, lembro da primeira professora, lembro da segunda, fiz até a oitava ali, com todos aqueles amigos dali mesmo, não vinha gente de fora assim pra estudar ali, eram todos que se conheciam, ou se conheceram ali, mas mais longe, mais perto, mas eram do bairro mesmo iiiii nós tínhamos as aulas normais, tinha avaliação através de prova, prova... exatamente de primeira a quarta eu não me lembro muito bem, mas me lembro que tinha prova, que tinha trabalho ééé coisa pra fazer em casa, isso teve todos os anos.

Vários pontos chamam a atenção no decorrer desse depoimento.

O principal é o encantamento com a escola. Como analisado na questão do espaço, a escola ganha cores, ganha contornos mágicos, possui medidas gigantescas e ainda era um lugar “maravilhoso porque tinha um parquinho magnífico”. Não faltam adjetivos nessas poucas linhas em que Joana descreve seus oito anos de estudos. Outro ponto significativo é a confirmação em suas palavras da participação do pai nesse processo. A mudança visou dar condições de estudo, e os pais participaram, juntamente com as irmãs mais velhas, de sua primeira formação, das primeiras letras. Outros detalhes, como o fato da escola ficar perto de casa, a circunstância de serem, professoras e os amiguinhos vizinhos, mais próximos ou não, reconhecidos como do bairro, dão cor e magia ao depoimento. Difícil não se envolver e não visualizar a criança nesse espaço que sente como seu, onde se vê como pessoa, onde cresce,

percebendo-se na infância e na passagem para a adolescência. Algumas falas aproximaram-se desse encantamento, outras ficaram muito distantes dele.

3.5.1- Chegar à escola

A localização das escolas é uma questão que envolve debates e planejamentos governamentais até os dias atuais. A distribuição dos prédios, as tentativas de “racionalização” das matrículas, as reformulações do número de alunos por sala, visando atender mais crianças sem gastos com construção e salários de mais professores - estes são problemas frequentes de um país em que educação é prioridade apenas nos papéis e nos discursos.

O problema da distância e as dificuldades dos alunos para chegar às escolas foram apontados no PDD (1967) e enfrentados por muitas crianças em Maringá. As dificuldades possuíam dois pontos críticos. O primeiro refere-se aos alunos moradores nas zonas periféricas e que precisavam superar trajetos sem urbanização mínima; quando havia vias públicas, estas em geral não possuíam pavimentação asfáltica ou, em muitos casos, nem mesmo cascalhamento. O segundo envolve os alunos que precisavam passar por toda a área central para chegar à escola, com trânsito dos veículos, principalmente caminhões, ou atravessar a linha do trem.

As crianças moradoras na zona urbana, nas regiões mais próximas dos limites da cidade com a zona rural e que moravam em sítios ou chácaras, demonstravam grande dificuldade. É importante deixar claro que

antes de ir para a escola essas crianças precisavam sair do sítio e percorrer um trajeto considerável. Nos dois casos dos depoentes moradores em sítios, além da distância, a dificuldade para chegar à escola aumentava pela necessidade de atravessar pastos, matas, passar por animais, entre outras complicações.

No primeiro relato, ir para a escola significa um sofrimento diário, não pela escola propriamente, na qual a depoente foi impedida de continuar contra sua vontade, mas pelo trajeto:

Mara: Olha a escola que eu ia, era uns 4...5 quilômetros pra baixo da onde a gente morava, no Mandacaru mesmo só que eu não me lembro o nome do rio que tem lá, num me lembro, mas tinha uma escola de madeira né, aquela bem alta do chão também de porão e a gente ia na escola passava, atravessava todos aqueles pastos, tinha vaca braba, tinha cachorro brabo, então era uma coisa que a gente ia, já ia com medo, ia chorando e tinha que i né, é de manhã cedo, sereno, orvalho, foi muito sofrido, o pouco tempo que eu fui, na escola aqui em Maringá...

No relato seguinte o sofrimento é mais atenuado na fala, mas o esforço para chegar-se à escola é claro. O grau de detalhes desse trajeto mostra o quanto foi marcante para o depoente. Em alguns momentos quase se percebe a possibilidade de uma pequena diversão, mas não se trata de um passeio. É preciso chegar na escola, com horário estabelecido e com condições minimamente apresentáveis e, ao final do período, voltar, percorrendo, como afirma, mais de uma hora de mato e poeira.

Nádia: meu pai foi procura, foi procura éé um poco mais de comodidade pra família dele, porque o que que acontecia

quando a gente morava no sitio, nós tínhamos que anda muito, muitos quilômetros pra chega na escola a pé, então o carreador³⁶ era longo era íngreme éé a gente andava em torno dii uma hora, uma hora e poquinho pra chega na escola, então isso na ida e na volta, sozinhos né, então no primeiro, quando eu entrei no primeiro ano que foi no ano de 1978 eu tinha, ia faze 8 anos não tinha ninguém pra i na escola comigo aí meus pais me mandaram pra casa dos meus avós que moravam em Borrazópolis, eu fiquei morando um ano com meus avós, pra pode í na escola, nu segundo ano eu voltei pra casa dos meus pais, porque aí já tinha meu irmão que iria, começaria a faze a primeira série, só que aí nesse meio tempo já mudou o meu tio que é irmão do meu pai, que tinha também vários filhos como o meu pai, um poquinho mais velhos inclusive que aí íamos todos juntos pra escola, a gente estudava no José de Anchieta que é pra baixo da ABB bem pra baixo da ABB, vindo em direção a zona 4, fica na zona 4, se eu não me engano José de Anchieta, então aí íamos eu e meu irmão e as minhas primas ... então a gente ia nu carreador, depois a gente passava por ummm, por ummm trilho, por uma trilha, melhor dizendo, que era parte mato e parte uma chácara, ele era ao lado de uma chácara que tinha muro é e a gente passava bem ao lado e du lado, du lado então esquerdo era chácara e du lado direito era tudo mato, mato assim nu é mata, era desmatada, mas era um lugar abandonado, porque a gente ia pegando é tem um, esqueci o nome daquilo, tem um, tinha um matinho que dá umas bolinhas que a princípio elas são verdes, depois elas ficam éé, maria preta a gente chamava, aí elas ficam bem escurinhas assim, roxinha, a gente ia pegando aquilo, tinha juá, ce conhece juá? A gente ia pegando juá, tudo mundo, dessa trilha, aí a gente entrava numa parte de asfalto piquinininha também, piquinininha, praticamente atravessava esse asfalto

³⁶ - Estrada aberta dentro do sítio entre lavoura. Nesse caso entre o portão e a casa.

entrava numa outra trilha e só quando chegava na ABB que tinha asfalto de verdade, aí chegando na ABB, ali na Associação do Banco do Brasil, a gente descia até a escola com asfalto, mas até chega ali a gente ia cortando caminho e mesmo essa rua que hoje passa bem em cima que antes era o sítio essa rua não era asfaltada, ela era asfaltada que faz pouco tempo que passou asfalto, então era assim, não lembro do meu pai leva a gente de carroça, pra pra escola, pode até ter acontecido, a única coisa que eu lembro é que uma vez o tio comprou um jipe e numa festa junina que era a noite ele levou a gente de jipe, a única lembrança que eu tenho de ter ido motorizada pra escola... com chuva eu não ia pra escola, eu lembro de assim, é que acontecia que as vezes, na volta pegava chuva, uma vez chueu tão forte, tão forte mais tão forte e um vento muito forte que ele quase levava eu e meu irmão a gente já tava descendo o carreador, mas chovia e ventava muito forte que a gente não conseguia nem andar direito, mas a única vez também que eu lembro de ter pego chuva, devo ter pego outras vezes, mas assim essa que me marcou porque era muito forte, a gente quase foi levado mesmo, porque era todo mundo pequeno e magrinho né, mas a gente ia a pé e era assim ia cortando, a essas trilhas que a gente ia cortando né, porque se a gente fosse seguir a rua mesmo até andaria um pouco mais de asfalto, mas aí o caminho quase que duplicava, então a gente ia cortando... ééé... e daí isso aí em 79 em 80 a gente passou pra outra escola que é chamada Odete Ribaroli, a Odete Ribaroli era um poquinho mais próximo, é mais de qualquer forma ainda muito longe, iiiiii i aí eu acho que... nuuuuu, aí logo em seguida a gente... mudou pra essa chácara aí fico perto, porque pra chegar na escola era 15 minutos a pé, 15 não não, uns 20 porque criança vai devagar né...

O caminho percorrido para chegar à escola foi a parte mais extensa e a mais detalhada em todo o depoimento de Nádia ao se referir aos estudos. O que fica evidenciado é que o percurso era quase uma aventura diária, marcada por momentos de esforço e de dificuldade, e longe de ter momentos de diversão, apesar de existirem. Esta situação se atenua com a mudança para outra casa, uma chácara mais próxima de uma escola, onde se podia chegar fazendo uma caminhada de aproximadamente 20 minutos.

No primeiro relato, o “sofrimento” imposto pelo trajeto durou até que a criança não fosse mais para a escola. Ficou livre daquele “sofrimento”, mas, por outro lado, além de não poder continuar os estudos, iniciar-se-ia aos nove anos no trabalho da roça; em outras palavras, trocou um esforço por outro, um sofrimento por outro. Não é por poucos motivos que a depoente alega não ter tido infância.

No segundo, após os pais conseguirem nova mudança na cidade, de emprego e de residência, o acesso à escola ficou menos penoso. Sem a dificuldade de percorrer o carreador, já que a casa ficava mais próxima da estrada, restava apenas o trajeto de cerca de 20 minutos. Assim, assemelha-se mais das condições encontradas nos relatos a seguir, em que as escolas são mais próximas das casas dos depoentes e há melhores formas de acesso:

Joana: com seis anos, seis, seis e pouco eu fiz o pré, fiz acho que seis meses de pré, porque no início do ano, eu já ingressaria no primeiro ano e era uma escola pública que existe ainda hoje, a uma quadra da minha casa, então as primeiras vezes a minha mãe foi, minha irmã mais velha me levava até o portão depois buscava, mas isso uma semana, duas semanas, e como era muito próximo e as crianças todas

iam pra escola, e a partir disso, iam sozinha, iam encontrando pelo caminho e voltavam sozinhas...

Ana: ía sozinha não tinha esse problema di pai e mãe leva, aliás não havia nem tempo, a mãe tinha tanta coisa pra fazer em casa que não tinha tempo de leva pra escola não e não havia esses riscos que tem hoje né, de se solta uma criança, quase carro não tinha, era pouco carro né, pouquíssimo, não tinha asfalto, não tinha nada, então o carro tinha que anda devagar então aquele risco de se atropelado não existia assim né, porque num, carro tinha que anda devagar, era tudo terra, na terra não da pra corre muito né, mas então num tinha essa preocupação dos pais de medo que vai desaparece, que vai sumi, que vai rapita, num tinha isso daí não, a gente ia normalmente pra escola sozinha, eu me lembro que eu tinha, quando eu fui pro Santo Inácio eu já tinha 8 anos, ia eu e meu irmão, nós íamos pra escola e sem ... eu não me lembro de pai e mãe fica avisando, também não tinha televisão, não tinha nada disso que foca tanto esses problemas né

Clara: ah é você pergunto, do transporte eu lembro assim, eu achava longe no começo, quando eu cheguei em Maringá, eu aos poquinhos né, porque eu estudei nuu nu que era grupo escolar na época, Osvaldo Cruz, ficava ali do lado da Americanas, até hoje tem aquela escolinha, virou escola né, escola Estadual, e então como eu morava no centro, depois eu me mudei pra avenida Paraná ali com Artur Tomas, então no começo meu pai levava a gente, mas depois qui, qui a gente aprendeu bem o caminho a gente fazia, hoje se você for pensa não é tão longe mesmo ali do centro até a até a escola, mas sempre com aquela orientação de num ouvi ninguém, se alguém para, não fala, tinha aquele receio, então inicialmente nos primeiros dois anos, a gente ou três que a gente mudou pra cá tinha todo aquele cuidado, depois não, daí a gente foi conquistando o espaço da gente, as amizades e fico mais

tranquilo, então eu nunca andava de circular vamos dizer assim né, porque já era o transporte que já tinha na cidade, mas porque eu já morava no centro da cidade, estudava numa escola também central, então era tudo feito a pé mesmo.

Nesse último relato a questão do medo chama a atenção. Nos casos anteriores de longa distância, em nenhum momento o medo alcança esse significado. Encaminhar a filha para passar um ano na casa dos avós para, no ano seguinte, poder contar com a companhia do irmão, embora mais novo, não se pode considerar como algo exagerado, tendo em vista todo o trajeto que era necessário percorrer por uma criança de sete para oito anos. A situação torna-se diferente no caso do medo da cidade maior, “aquela orientação de num ouvi ninguém, se alguém para, não fala...”. Essa situação foi analisada no estudo da Água da Jacutinga por Bressianini: o medo dos pais centrava-se na cidade, nos estranhos, principalmente no caso das meninas, enquanto o medo de percorrer o pasto com animais ou transpor mata fechada não apareceu em nenhum depoimento (BRESSIANINI, 2006).

3.5.2 - A escola

As lembranças sobre a escola apresentaram diferentes enfoques: a relação direta com a infância, as dificuldades para estudar, as diversões, o convívio com outro espaço. A questão aberta sobre a escola permitiu essa lembrança livre, porém não deu ocasião a detalhes específicos de organização,

funcionamento, estrutura das salas. O enfoque foi a escola na fase de criança, as lembranças dessa relação.

Nos depoimentos a seguir, as falas não são suficientes para uma análise comparativa, porém, juntamente com os outros depoimentos, permitem uma aproximação da relação das escolas com o ensino, com a formação de seus alunos e o significado dessa formação. São escolas mais centrais, uma pública e outra religiosa. Primeiro a escola pública:

Clara: ah eu acho que eraaaa... era a mesma idade assim, uma faixa etária, a escola era um grupo, numa época, um grupo escolar do estado, até tem muita gente que estudo no Osvaldo Cruz, gente que trabalha aqui na UEM, um grupo dii, da época que hoje tá aqui como trabalhadores da UEM, até interessante, mas era assim a escola era pequena, né a que eu estudei até o ensino fundamental, que na época era o primeiro grau, eu terminei lá ... então assim, a maior, a parte que ... do ensino fundamental, eu fiz no Osvaldo Cruz uma escola bem pequena, continua uma escola pequena, então todo mundo conhecia todo mundo né, numa escola, eu lembro que a gente tinha aula de Ciências no Parque do Ingá, que era uma escola quase que do lado do Parque do Ingá, a gente fazia muitas atividades no Parque do Ingá ... e uma coisa legal também nessa época da escola pública, assim, além da gente ocupa outros espaços fora a escola, tinha a diversidade de classes sociais muito grande, eu achava assim bem bom assim, bem aquela coisa, era bem misturado, então eu acho que assim, a experiência da do Osvaldo Cruz, foi bem aquela da escola pequena que a gente se conhecia muito,

A depoente, moradora da área central, filha de profissional liberal, com posses, apresenta a questão de ir para a escola pública por opção. Não dela, mas dos pais. As escolas particulares eram maioria na área central, como

já visto. Porém, o que não fica claro nesse ponto, mas é indicado em outra passagem, é que essa escolha poderia ter relação com a orientação religiosa. Os pais não identificados como católicos poderiam não gostar de colocar seus filhos em escolas assim denominadas. Por outro lado, a importância dada pelos pais ao ensino não demonstra que sacrificariam a formação dos filhos por uma questão religiosa, por opção de relacionar as crianças com filhos de moradores de outros níveis sociais ou ainda por economia. Parece, portanto, que o fator mais importante é o de considerarem o ensino da escola estadual equivalente ao das particulares.

A utilização do Parque do Ingá para aulas de ciências e o uso dos recursos da biblioteca pública reforçam a conclusão de um ensino mais reforçado, criando o hábito do estudo, inclusive com trabalhos extras:

Clara: ... então a gente, nossa, a gente era uma frequentadora da biblioteca Municipal assim, e também essa coisa de fazer trabalho na casa dos amigos, uma vez um trabalho era em casa, depois na casa de outro colega, o normal que até hoje se organiza assim né. Mas sempre mais, a prioridade maior era estudar rápido, fazer o trabalho rápido pra gente brincar né (risos)

A escola pública como referência de educação de boa qualidade aparece em outros depoimentos. A diferenciação das escolas é mais perceptível, como afirma Fábio:

... onde é o Gastão Vidigal... era muito concorrido para entrar lá, tinha até prova... fazia seleção... ali no Instituto, eram escolas que você aprendia mesmo...

No próximo depoimento temos o contato com uma escola religiosa tradicional da cidade, com o aspecto disciplinar da instituição e de algumas aulas:

Ana: tinha, eu num tirava muito nota boa, principalmente depois que eu entrei no ginásio, eu num era boa hein... eu num era boa em inglês... nem matemática. Depois nós tivemos, eu tive uma professora muito severa chamada Magda. Era uma frera, era severa demais, tão severa que eu num tinha nem corage, se eu num entendesse a matéria eu num tinha nem corage de pergunta. Então, mais eu estudei até a, que corresponde hoje, até o segundo ano de ginásio, seria a sétima. Comé que funciona hoje. Primeiro ano, segundo... tinha, de Educação Física nós tínhamos sim, até quem dava aula não era uma professora específica é que tinha feito Educação Física e quem dava essa aula pra nós era nossa professora de Geografia que se chamava Lurdes Meonato então era ela quem dava aula, fazia um pouco de atividade ai nós jogávamos vôlei né, não tinha nem rede na na brincadeira ali, na aula não tinha, era jogo mesmo, só um risco no meio e nós jogávamos ali mesmo, brincávamos assim, mas dize que nos tínhamos uma Educação Física assimmm, como dizeee oficial não tinha, não era, não se podia dize que aquilo era Educação Física, era mais pra brincadeiras, e era fora do horário de aula né, a gente estudava no dia ia na parte da manhã no dia da semana e fazíamos Educação Física.

A disciplina é o ponto forte em todo o depoimento de Ana. Sua formação ficou totalmente prejudicada, como se percebe na relação com os professores, sendo que a depoente informa não haver concluído os estudos. Sobre esse assunto não deixou claros os motivos, apenas indicando voltar-se

para as coisas de casa, seguindo, como afirma em outro momento, a preparação para casar.

A escola de tradição religiosa mantinha as meninas e os meninos separados sempre que possível, na sala e no pátio. Apenas em atividades conjuntas como os chamados trabalhos manuais estudavam no mesmo período.

Ana: ... no ginásio eu me lembro que a gente estudava junto meninos e meninas só no sábado, mas no meio da semana, nos dias de segunda a sexta a gente estudava separado, era classe separada, menina separada de meninos, parecia que os meninos estudavam na parte da manhã e nós estudávamos a tarde, no sábado era todo mundo de manhã, a tarde não tinha aula, então aí nós estudávamos juntos na mesma classe os meninos e as meninas... e no sábado nós tínhamos é aaaaaa às vezes nós tínhamos estudo primário, nós tínhamos aula diiii, como que chama aquela aula, trabalhos manuais ...dizendo que menina tinha que aprende isso e menino aquilo? Olha eu não me lembro não, já era direcionado né. Não é que eles falavam... você por se menina você tem que aprende isso aqui, porque você é menina você tem que faze isso aqui... não... já era mais ou menos direcionado então num num se ficava cobrando isso, falava olha vai ter aula pras meninas de trabalhos manuais, então a gente ía lá faze, lá você escolhia o que você queria borda e tinha uma professora uma freira geralmente que orientava também os bordados, mas não era aquela... se eu disser pra você que muito rígido também não era, que era fica em cima, cobrando isso não.

Quanto aos professores, a disciplina apareceu como ponto inquestionável, algumas vezes acentuada. Havia um misto de respeito e de medo de receber punição, tanto na escola quanto em casa. No depoimento de

Ana e de Clara, a questão da disciplina não é diferenciada entre a relação dos professores com os alunos e dos adultos com as crianças de forma geral:

Clara: ...e tinha aquela coisa da autoridade do professor que era uma coisa muito forte né a relação professor aluno a gente é de uma geração que as coisas era muito definida e determinadas né, era hora pra ta em casa, tinha horário pra dormi, tudo com, uma outra referência né, que eu peguei muito forte essa, até meus dez anos, onze... até uns dez anos eu dormia as oito da noite, entendeu então esse era o horário que criança tinha que dormi, não tinha questionamento, e na escola era a mesma regra, você tinha que obedece e faz mesmo que, era muito determinado né, não tinha esse espaço, que isso a gente foi conquistando depois né, mas nessa época era tudo muito mais, auto... tinha uma um autoritarismo ... mais normas né, e aquela coisa da autoridade né, do mando era muito forte .

Analisando o relato a seguir, a disciplina é evidente na escola, em casa e como explicação dos problemas da educação atual:

Ana - Essas cobranças a gente tinha muito dentro da sala de aula, isso tinha, tinha castigo se você é fizesse uma brincadeira dentro da sala de aula, se você conversasse muito você era mandado pra fora, isso tinha, se você colasse você tinha problemas com a diretoria... [castigos] severos não, não me lembro de ter visto isso. Porque ce sabe o que acontecia naquela época, as crianças já vinham educadas de casa... é a criança era educada a obedece u professores mais velhos. Então a criança não desobedecia. Hoje como está faltando aquela educação dentro da própria casa da pessoa, estão deixando pra escola educa, é que está gerando todos esses problemas aí né, mas naquela época não havia necessidade de castigo severo porque a criança sabia que ela tinha que

obedecer ... si acontece duu da diretoria chama o pai pra reclama, ela ia ter problemas com os pais em casa, o pai principalmente ele ia cobrar muito severamente, talvez até dando umas palmadas, uma cintada, que usava muito cinto naquela época. Então a criança já sabia que ela teria problema. Então ela era educada a obedece... e ela obedecia. E funcionava melhor porque, farra dentro da sala de aula não se fazia, responde com grosseria pro professor não se fazia, então eu acho que funcionava melhor né. Porque os pais estão deixando hoje pra os professores eduquem as crianças

Os relatos sobre a disciplina continuam nesse depoimento, com detalhes sobre o fechamento do portão, a fiscalização da diretora e dos professores dentro e ao redor da escola. Estudar nesse colégio significava ter uma conduta que atingia outros momentos da vida dos alunos. Caso eles fossem vistos usando o uniforme em atividades não aceitáveis para a escola também seriam punidos. Como exemplo, Ana relata ter recebido um dia de suspensão quando foi vista por um professor enquanto conversava com o namorado próximo da escola.

Nas outras escolas não identificamos essas condições como marcantes; na verdade foram quase totalmente ausentes nos outros depoimentos, com exceção apenas de alguns comentários referentes ao respeito pelo professor ou ao fato de não ter brincadeiras nas salas. A figura do professor, quando não nominado, parece não ter marcado a memória dos depoentes. Situação semelhante pode ser vista quanto aos pais no acompanhamento dos estudos dos filhos. Com exceção do seguinte relato, “não tive dificuldade porque já fui sabendo alguma coisa, também meu pai já

tinha ensinado alguma coisa em casa”, a prática predominante está mais próxima da seguinte explicação:

Ana: não a gente chegava em casa já, chegava tarde, na parte da manhã fazia tarefa. Então não tinha... eu não me lembro do meu pai e minha mãe fica em cima da gente cobrando... não me lembro!. O meu pai era muito assim, o meu pai não era uma pessoa... nesse assunto ele não era muito severo de fica em cima, vendo as notas e fica cobrando, não sei porque mais ele não tinha essa preocupação.

No relato a seguir, Nádia descreve como conseguiu conciliar seus estudos escolares com as atividades domésticas, ajudar nos serviços de manutenção do sítio e, posteriormente, fazer curso de datilografia e trabalhar no comércio. Porém, confirma as dificuldades com as atividades extra-sala:

Nádia: Então ia pra escola de manhã, a quinta série eu estudei a tarde, a sexta série eu também estudei a tarde, a sétima série de manhã e a oitava série eu comecei de manhã e passei pra noite porque na oitava série eu já tinha treze pra catorze anos, ééé eu não sei eu só sei que comecei de manhã e fui pra noite, porque eu comecei a trabalha na farmácia, que eu não sei se ainda existe que é a farmácia do povo, eu tinha catorze anos, quando eu comecei a trabalha lá, então, mas a sétima serie eu fiz de manhã com certeza. Então é quando eu estudava de manhã... a tarde, então de manhã tinha que faze as coisas da casa né, ajuda a minha mãe a lava loca, a limpa casa, arruma cama essas coisas que a minha mãe ficava com a roupa, lava roupa iiiii iii , lavava roupa iii fazia o almoço, então eu não tinha muito tempo pra brinca, só no final de semana mesmo, que minhas primas ia lá, que o pessoal ia lá, porque novamente passo a ser lá o ponto de encontro, porque melhor ainda, porque quem continua morando no sítio gostava de vir pra lá,

porque estava bem mais perto da cidade entendeu. Então vinha pra nossa casa. Aí na sétima série eu estudava de manhã e a tarde eu tinha que lava loça, limpa casa, teve um pequeno período que minha mãe me fez lava um poco de roupa também, porque as mais, as roupas mais novas assim ela num deixava, mas eu tinha que lava um poco de ropa, foi nesse ano que eu fiz datilografia, todo mundo tinha que faze datilografia naquela época, então eu tinha treze anos eu já podia faze datilografia. Então eu acho quando dava umas quatro e meia, minha datilografia era das cinco as seis sabe. Então eu ia pra datilografia depois. Aí a noite descansava um poco e começava tudo de novo no outro dia, ir de manhã pra escola, e aí as brincadeiras ficava mais pro final de semana, os encontros ali. Quando eu fiz catorze anos eu tava na oitava série aí eu comecei a estuda de manhã e logo no segundo sem... bimestre eu tive que passa pra noite porque aí eu comecei a trabalha na farmácia do povo. Então eu ia de manhã e estudava a noite aí não tinha mais tempo, aí o que resto mesmo foi o domingo, mas aí como eu comecei a trabalha eu ganhei a minha independência, então já não brincava mais aí saía com as minhas primas que eram mais velhas ...

A participação dos pais é uma questão delicada na análise das lembranças dos depoentes. E, como discutido sobre as lembranças da participação dos pais nas brincadeiras, na relação com o ensino estes também são lembrados desempenhando um papel importante, porém de forma indireta. Não há relatos sobre a participação deles em atividades como estudos, lições, reuniões nas escolas, verificação de notas ou outras atividades pedagógicas. Alguns depoentes, como Ana, Clara e Carlos, justificam essa atitude em virtude dos pais serem muito ocupados e não possuírem tempo para essas formas de acompanhamento. As lembranças estão relacionadas, principalmente, ao

direcionamento dos filhos para a escola quando crianças. Contudo, no caso de Mara, de Rita e dos amigos de Carlos e de Mário, o direcionamento se deu para o trabalho rural no sítio da família ou em outros empregos, impedindo o ingresso dessas crianças na escola e a continuidade dos estudos.

3.5.3 – A continuação dos estudos: condições e dificuldades

Como afirmam Amaro e Rodrigues (1999, p. 382), a rede municipal completa, incluindo escolas na zona urbana, da pré-escola até a 8ª série, efetiva-se apenas no início da década de 1980. E, a partir de então, iniciam-se trabalhos mais sistemáticos como de orientação dos docentes, de ampliação dos turnos e contraturnos, em conformidade com as políticas federais de estabelecimento de merendas em todas as escolas e distribuição de material.

Passou a haver preocupação nos discursos políticos com a continuidade dos estudos, como no PDD (1967), por exemplo, bem como reivindicações e movimentos da sociedade para a melhoria do ensino e da formação em todos os níveis educacionais. A continuação dos estudos efetivada por alguns indicou novas perspectivas em educação na cidade, bem como as possibilidades de acesso ao ensino médio, profissionalizante e superior:

Nádia: aí eu já tinha quinze anos, isso, éé... minhas primas também nessa faixa ééé tinha uma com catorze uma com

dezesseis e outra com dezoito, e aquelas moças já estavam terminando a faculdade, terminando, já tinham terminado né já fazia tempo, porque elas faziam faculdade desde quando eu morava lá embaixo.

Joana: a minha era... a minha era... uma escola, normal que se tem hoje, aquela escola, onde eu estudei era de primeira a oitava série, normal entrava-se com sete anos, ou assim que se completasse sete anos, de primeira a oitava. Então termino a oitava tinha que sair dali e procura uma outra que tivesse segundo grau, mas era como é hoje. E de segundo grau, bom como não tinha ali, eu fiz no mesmo bairro que tinha outra que a primeira de quinta a oitava era no Baiton Júnior e sai dali e fui pra JK tinha o segundo grau do primeiro até o terceiro ano...: as minhas irmãs foram, a mais velha pro Instituto, quando veio pra cá, foi direto, pro Instituto. Eu não lembro que ano que ela foi, mais foi, e os dois abaixo dela foram para uuu... Brasília Itiberê.

Clara: quando eu fui pro ensino médio, era por opção, eu lembro que assim eu fiz sanitário, tinha opção, tinha área de elétrica que minha irmã fez e tinha não sei quais são as outras áreas que existiam, então você tinha que fazer uma opção de área no ensino médio então daí já ficava com, acabava você trocando mais com aquelas pessoas que tinham opção daí com a área, que você, então aí acabava ficando por opção, a formação de grupo era maior, não no Osvaldo Cruz, porque não tinha mais porque todo mundo conhecia todo mundo, porque era uma escola pequena... e depois que eu fui pra pra, aí não to fazendo confusão, deixa eu vê, no Gastão Vidigal eu fiz a oitava série e depois o ensino médio no Gastão Vidigal, foi isso mesmo ... depois eu fui pra escola grande que é o Gastão Vidigal, então daí já modificou essa referência de conhece todo mundo, ainda mais que daí nessa época

A continuação não é regra, como afirmou Mário: “...dos meus amigos de infância, talvez eu seja o único a ter concluído o curso superior...”. Dentre os que não iniciaram os estudos na infância ou foram retirados do processo para o trabalho, a relação com o ensino demonstrou condições muito frágeis. Um dos motivos indicados para não continuar os estudos foi o custo do material. Contudo, o depoimento seguinte não deixa evidente que os custos exigidos para manter-se na escola pública fossem muito altos:

Clara: Olha tinha os livros também que tinha que compra, mas escola pública não era forte essa coisa duu, não tinha muito gasto com livro, como tem hoje em dia, era outra referência né, é eu lembro que tinha muitos exercícios que a gente fazia, por exemplo matemática, tinha um caderno esse marco na minha vida a professora Norma, que era muito exigente em matemática, a gente tinha um caderno só pra disciplina dela então tinha que passa a limpo tudo, entrega pra ela, e esses materiais normais, mas eu acho que não tinha esse consumismo que tem hoje né, não tinha essa sobrecarga que tem hoje de tanta coisa, era mais reduzido, e uma outra característica que assim agora eu to lembrando, a gente fazia muito trabalho na biblioteca Municipal, até porque era uma escola central, muita gente morava né, era de tudo quanto é lado, mas tinha uma turma grande que morava ali perto também, ali nessa região central então a gente combinava muito de estuda, nessa biblioteca central e de pega livro na biblioteca, faze leitura.

Em outro depoimento informa-se que a exigência existia. No caso de Joana a necessidade de aquisição de material escolar não foi motivo para impedir seus estudos. Porém, seu depoimento indica que principalmente os

livros representavam uma preocupação, ou seja, era difícil adquiri-los, devido ao custo:

Joana: material escolar, não lembro, de primeira a quarta não me lembro, me lembro de quinta a oitava, nós fazíamos muita troca de livros com as séries que já tinham cursado. Então assim se a gente conhecia alguém do ano seguinte, a gente já meio que combinava, olha se termina o ano ce me passa seus livros e é claro que nós passávamos os nossos pros demais ééé mais eu acho que eles eram comprados, porque se nós fazíamos essas trocas provavelmente porque eles fossem comprados, mas eu não, não sei, não tenho certeza, mas também não lembro de ter recebido nada da escola, pacotes que viriam do governo, já que era uma escola pública ééé com caderno, livro, é caderno, lápis essas coisas eu não me lembro de te recebido.

Nesse depoimento encontra-se uma forma de superar essas dificuldades. Porém, a situação de Lara foi diferente. Como muitos que possuíam o dinheiro contado e apenas concebiam o trabalho como o encaminhamento mais óbvio para atender às necessidades de sobrevivência, os custos com estudo passam a ser demasiados, de tal forma que se tornam impeditivos para que a depoente usufrua dos serviços básicos de ensino que a urbanização proporciona:

Lara: a mulher que eu cuidava era muito católica e me incentivava para batizar... crismar... eu fazia companhia para ela né... então ía sempre... ía na igreja com ela... aí precisava fiz a catequese... para fazer a catequese fiz uuuu... supletivo... queria continuar mas não deu não, os livros eram caros tinha de comprar material deixei para lá... fiz até o quarto ano só... mas sei lê escrevê...

As dificuldades são muitas diante dessa situação. Apesar de morar com uma senhora, que se tornaria sua madrinha de crisma, o incentivo para os estudos se limitou a atender as prioridades religiosas. Trata-se de um estímulo que faltou nos primeiros anos de infância e, até hoje, Lara não compreende por que os pais não a encaminharam, assim como aos irmãos, para a escola. Além disso, faltou incentivo também quando, com doze anos, trabalhava de doméstica na casa de duas professoras que “nunca perguntaram por que [...] não ia para a escola”.

Entre todas as entrevistas, vários são os contrastes percebidos no processo de urbanização de Maringá, sendo que em relação ao ensino ficam bem evidentes. O limite entre percorrer todas as etapas de estudos, do pré (creche no período) até a universidade, e ficar fora de todo o processo está presente nos depoimentos. Alguns fatores podem ser elencados, como as condições econômicas da família, a organização dos serviços públicos, a formação dos pais e dos outros adultos próximos. Enfim, é um processo que continua proporcionando lembranças de uma escola maravilhosa para uns, e a dúvida de não saber por que a escola esteve ausente de suas vidas, para outros.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: DEIXANDO DE SER CRIANÇA



Foto 3 - Grupo de Folia de Reis – 1972 – Vila Operária
Fonte: Maringá, 2002, p. 77.

Na cidade em crescimento, algumas coisas vão-se modificando e é importante considerar alguns pontos. Primeiro, ainda que Maringá tenha se tornando, paulatinamente, uma cidade de médio porte durante a década de 1970, as condições de vida e as características culturais são fortemente marcadas como interioranas ou rurais. Segundo, Maringá estava longe dos grandes centros e, portanto, com acesso restrito às informações, principalmente por falta de energia elétrica, pelas dificuldades financeiras de aquisição de revistas e pelos costumes muito voltados para um ambiente rural. Terceiro, e em contraste com o anteriormente apontado, a cidade já tinha cinema, recebia circos, possuía estações de rádio próprias e da região, enfim progressos que possibilitaram mais acesso à informação na década seguinte e que, sem dúvida, acompanharam o crescimento de Maringá. Cabe lembrar, porém, que, embora reconhecida como uma das maiores cidades do Paraná, contava com “modernidades” que não atingiam a totalidade da população. Quarto, os padrões de relacionamento social seguem uma tradição familiar forte, e a sensação de todos se conhecerem é presente, de tal forma que os encontros em festas, clubes e organizações religiosas representam um amplo espaço de convivência. Por último, destaca-se a preocupação dos habitantes em conseguir emprego ainda muito jovens ou em preparar-se para o casamento em futuro não tão distante, tendo como consequência um período bem mais curto de adolescência.

Os depoimentos, aos poucos, indicam um desconforto, a dificuldade em precisar a idade, e os depoentes, ao terem como foco a continuidade dos estudos, as atividades de lazer, as condições de trabalho, começam a afirmar com frequência que o relato já não se refere à infância.

Trata-se da dificuldade em definir a infância para cada pessoa, ou seja, como foi, quando terminou, se realmente existiu ou não. Como no caso de Mara:

Mara: Ó não tinha, não tinha, era só à noite, e de domingo, não tinha como brinca, quando não era na roça, era em casa ajudando a mãe, então a brincadeira nossa, infância... minha dificilmente foi uma infância.

Interessante notar que, em seu depoimento, surgem várias passagens relacionadas com brincadeiras, na companhia de amigos e irmãos³⁷. Porém, a carga de trabalho e o tempo tomado em ações voltadas para as atividades da roça eliminam a importância dos momentos de lazer, de estudo, de descanso que ocorrem em raros trechos. Daí não ser estranha essa maneira de Mara pensar sobre o que seria ter uma infância.

O ir para a roça junto com os adultos, a arrumação da casa, os cuidados com os irmãos são relatados como trabalho, contudo o peso dessas tarefas variou conforme a exigência e a possibilidade ou não de mesclá-las com alguma diversão ou estudo. Em outra passagem do depoimento de Mara essa questão fica mais clara:

Mara: aí meu irmão foi servi, então já faltou meu irmão do trabalho, aí minha irmã mais velha que eu já foi pro lugar do meu irmão e eu saí da escola e fui pro lugar do meu irmão, com nove anos eu não e não era serviço de roça ainda que eu fazia, mais eu acho que era pior, porque tinha que levar aqueles pesos sabe, de comida, almoço, café, às vezes até água, meu pai pedia pra gente levar, e era longe pra leva, a

³⁷ - É importante notar que a explicação da pesquisa, dos objetivos e da apresentação das perguntas tende a influenciar o trabalho da memória, induzindo o depoente a formar um pensamento relacionado com as preocupações do entrevistador. Muitas vezes a intenção é querer agradar, quase como querendo ser aprovado. Comentários como “era isso”, “não sei se ajudei”, “não sei se serve”, confirmam não considerar que a infância seja uma preocupação constante, mas que foi ativada nesse momento.

gente ô chorando ô rindo tinha que i. Então eu comecei a trabalha desde 9 anos, aí num pude estuda mais né, e o que eu sei foi o mundo que me ensino.

Nas palavras de Lara, a infância foi interrompida de maneira contundente:

Lara: tinha uns 11... 12 anos... minha mãe me trouxe com meus irmãos para Maringá para morar com ela... fui trabalhar de doméstica... empregada doméstica perto de casa... minha mãe cuidava das minhas irmãs mais novas... ah era até sábado né... só tinha o domingo... aí ajudava em casa né.

A relação com os adultos é variável e, na maioria dos casos, demonstra distanciamento, motivado pelo árduo trabalho para manter a vida e pela distância ainda vigente nas relações sociais, na tradição rural. Com os pais, essa relação é mantida não pela falta de afeto, embora não se perceba muita ênfase na afetividade entre pais e filhos.

Os depoimentos indicam essas características, normalmente justificando o distanciamento ou a falta de interação nas atividades de criança. A relação com o trabalho, por outro lado, apresenta avaliações claras da relação com os pais. Com exceção dos dois casos relatados, os afazeres da casa ou do sítio não foram definidos como penosos ou como fatores de uma negação da infância. Para as meninas e os meninos, cuidar da casa ou ajudar em determinados serviços eram atividades que faziam parte do cotidiano, juntamente com os estudos e, principalmente, com as brincadeiras.

As possibilidades de brincar, de ter espaço, tempo e condições para suas atividades consideradas de criança marcam a relação dos depoentes com o período da infância. Nesses casos duas situações surgem de forma

flexível na passagem da infância para uma nova fase: o ingresso no mercado de trabalho e a ampliação das relações sociais em atividades de lazer mais coletivas, como as festas, participação de grupos religiosos, entre outros:

Nádia: Aí quando eu já tava na oitava série. Aí eu comecei a sair pra iii, em festa de adolescente mesmo, que era brincadeira dançante, nas escolas, e nessa época eu comecei a participar também, ah não um pouco antes, a gente tinha grupo de oração na igreja, que era até quando eu tinha uns catorze anos, quinze anos que era o chamado JAM (Juventude de Ação Mariana), que éramos, eu aaaa, aquela mesma turminha do sítio né, só que lá na igreja... a partir do ano de 1985, o JAM extinguiu assim e aí a gente foi pra um grupo de oração da renovação carismática, então aí as festas, eu falo isso porque as festas estavam muito ligadas ao grupo de oração, então aí o grupo de oração, passou a ser domingo de manhã, então a gente ia à missa no sábado à noite, depois saía, e ia pras brincadeiras dançantes, ou brincadeiras na casa de pessoas, depois no domingo de manhã ia no grupo de oração. [Em outra passagem] Quando eu fiz catorze anos eu tava na oitava série aí eu comecei a estudar de manhã e logo no segundo sem... bimestre eu tive que passar pra noite porque aí eu comecei a trabalhar na farmácia do povo. Então eu ia de manhã e estudava à noite aí não tinha mais tempo, aí o que resto mesmo foi o domingo, mas aí como eu comecei a trabalhar eu ganhei a minha independência, então já não brincava mais... Depois aí quando eu já tinha uns dezesseis anos, aí as festas mudaram mais ainda, porque aí no sábado à noite, eu já trabalhava há bastante tempo, desde os catorze. Então aí já não tinha mais essa coisa com a igreja, aí as festas elas eram éé... aí já eram festas em clube mesmo, tinha aqui em Maringá um lugar chamado boatinha do Olímpico, que é no clube Olímpico. Então quase todo sábado a gente ia lá, ou lá

ou na brincadeira dançante, iii... a boatinha do Olímpico ela tinha uma, ela tinha uma característica que ia muita gente, digamos assim era classe média que frequentava...

As festas que envolviam as igrejas e as escolas estavam mais concentradas no período junino. Eram organizadas entre maio, junho e julho, mantendo certa tradição em alguns bairros, como Vila Operária, Jardim Alvorada e Zona Sete. Mas aconteciam outras festividades durante o ano:

Fábio: As festas de igreja... tinha as quermesses... mas não era assim quermesse grande... essas eram poucas.. difícil... mas tinha festas durante o ano... acho que cada mês era mês de um santo aí uma igreja fazia festa (risos)

Ana: as festas nas escolas... nas igrejas... lembro sim... ia passear tinha música... não... não pagava para entrar (risos) assim divertia sem gastar muito... só para comer né (risos)

As festas, os encontros nas casas dos amigos, as quermesses, a participação em grupos de igreja indicam as principais atividades, as mais esperadas e frequentadas. Então, era aguardar o sábado para ir encontrar os amigos na festa dançante. Outras atividades são relatadas, como o cinema, os parques e, com as melhorias de acesso ao centro, as mesmas ampliavam-se:

Joana: ...aí as minhas irmãs me levavam, quando tinha algum filme diferente, que criança pudesse assisti né, ham não sei se a essa altura funcionava, mas a minha mãe me levava, né até que idade podia ir pro cinema, então se fosse uma coisa assim que fosse durante o dia nós podíamos ir né, as minhas irmãs, os meus irmãos que também eram mais velho, aí me levava, ou era no cinema que também não era com tanta frequência que tinha que pagar a entrada enfim, ou o Parque do Ingá, ou uma sorveteria porque daí já tinha alguma coisa assim né, já tinha algumas sorveterias, já tinha algumas lanchonetes muito

simples mas tinha, então assim se fosse um domingo a tarde, podia i se fosse todo mundo junto né, meus irmãos mais velhos, e eu aí poderia i se não também...

As festas abarcam também os bailes. Esse tipo de diversão é comum nos depoimentos dos pioneiros. Alguém convidava os vizinhos para ouvir músicas tocadas e cantadas, para conversar e dançar, e já surgia um baile. Essa prática também chegava aos clubes desde a primeira década da cidade, como os bailes da Sede Social do Aeroclub de Maringá, considerado o primeiro clube para a elite maringaense. A presença dos bailes em diferentes situações parece ser frequente, desde o período de formação das primeiras casas e sítios, e manteve-se após muitos anos. Enfim, como indicam as entrevistas, bailes ou festas permaneceram como as principais atividades de lazer, não importando onde fossem realizados:

Rita: Nós fazia as festinha é entre amiga assim, na casa quando uma fazia aniversário nós fazia festinha, na festinha nós fazia vaquinha porque a dona da festa mesma ela não tinha com que as vezes a mãe fazia dava um copo de trigo outra dava mais um ovo outra dava uma coisinha qualquer e a mãe fazia um bolo nós fazia aquela vaquinha assim pra fazer aquele, aquele bolinho porque ninguém tinha dinheiro.

Joana: era brincadeira, era essa festa, que nem, não tinha nenhum motivo em especial... não era frequente, mas tinha durante o ano, de repente três ou quatro, e aproveitava mesmo, aniversário de fulano né, e o fulano vai fazer uma brincadeira na casa dele, mais aí assim o pai e a mãe do fulano também estavam e a família da casa estava toda presente, e aí ele convidava os amigos da sala né, da rua, também não tinha assim horário muito tarde pra acabar né, porque meia-noite,

meia-noite e meia tava acabando o negócio e todo mundo indo pra casa

As descrições das festas, conforme vão firmando-se nos relatos, deixam de estar circunscritas à infância:

Joana: a meninada dessa faixa etária haaam, treze, catorze, quinze, então tinha muita festa em casa, era a brincadeira, então a brincadeira era o que, era uma festa em casa que não tinha nenhum motivo, não precisava assim ser um aniversário, nem nada, e que também dificilmente tinha alguma coisa pra se come, era muito difícil, era mais a música, pra dança, pra fica conversando e fica paquerando mesmo, se fosse na casa de algum conhecido, alguém que meus pais conhecem pai, mãe ou próximo que pudesse leva e busca eu poderia i, se não também não, se fosse desconhecido ou se fosse longe, ou se fosse pra i com os amigos não.

Nádia: Eu lembro de pais que iam com seus filhos, eu, meus pais nunca me acompanharam, nem meus tios acompanharam minhas primas, então nós sempre íamos, a princípio com aquelas amigas japonesas, que eram mais velhas, depois elas deixaram de participar, se mudaram tal, e aí a gente, aí só íamos eu e minhas primas ééé... mas assim os pais participavam também, porque tinha né a parte de churrasco também e a gente ficava na parte da brincadeira dançante, porque essas brincadeiras dançante, não eram só as brincadeiras dançante, ela tinha uma partiiii, tinha um lugar que seria a a boate né, onde as pessoas pagavam pra entra e tinha a parte de fora da brincadeira, que era pros pais, que era o churrasco, que era... num lembro se tinha bingo, mas que era uu bar, sabe a lanchonete, onde as pessoas iam comer, entendeu?! Aí saía com as minhas primas que eram mais velhas que eu, com aquelas moças, que eu já falei pra você, as japonesas. Então a gente ia a pé, na brincadeira dançante,

assim depois que o meu pai começo a deixa né a ir na brincadeira dançante e tal, porque aí eu tinha a minha

A possibilidade de ir à lanchonete, ao cinema e aos clubes estava diretamente relacionada com conseguir dinheiro próprio. Nos depoimentos, raros são os indicativos de que os pais davam dinheiro para essas atividades.

O trabalho para os meninos não tinha restrição: acompanhavam o pai nas atividades do sítio, cuidavam da chácara, estavam nas oficinas, nas funções de ajudante geral e, como no caso das meninas, no setor de serviços. Como visto também na discussão sobre o acesso ao ensino, buscar um emprego muitas vezes era a prioridade e deixar de ir para a escola para trabalhar representava uma tendência na época, tanto pelas condições econômicas, quanto pelas dificuldades que envolviam o acesso aos estudos:

Carlos – Eu estudei na Vila Operária em escola pública... o colégio também foi... não vou dizer que era um luxo estudar, mas muitos amigos não viam... assim... para que estudar... era bastante sim...

Nos relatos de Nádia e Joana outros pontos afloram, como a preparação para tentar empregos melhores, fazendo o curso de datilografia, e a participação dos filhos na manutenção da casa. No caso de Joana, o aumento da renda familiar com os ganhos das irmãs permitiu que a mãe delas deixasse de trabalhar como doméstica fora de casa:

Nádia: Ai na sétima série eu estudava de manhã... foi nesse ano que eu fiz datilografia, todo mundo tinha que faze datilografia naquela época, então eu tinha treze anos eu já podia faze datilografia. Então eu acho quando dava umas quatro e meia, minha datilografia era das cinco às seis sabe. Então eu ia pra datilografia depois.

Joana: então adolescente aí, aí já tinha mais coisas, porque as minhas irmãs mais velhas também já estavam trabalhando, já davam dinheiro em casa, já dava a sua contribuição, as coisas melhoraram, a minha mãe paro de trabalhar nas casas, né, que com as minhas irmãs ajudando, a mãe não precisava mais saí né...

Para alguns dos entrevistados, felizmente, o trabalho fazia parte de um contexto que, conforme orientação dos pais, não podia excluir o lazer e os estudos. Os filhos, durante os primeiros anos, participavam das atividades domésticas e, posteriormente, buscavam um emprego adequado aos horários de estudos, como no relato de Nádia, visto anteriormente.

A condição de estar empregado é tratada nos depoimentos, às vezes de forma clara, às vezes apenas sugerida. A relação dos depoentes com o trabalho mostrou algumas facetas diferentes, que são próprias das dificuldades no enfrentamento desse problema. E um fator que se mostrou decisivo nessas lembranças foi a relação com os pais, principalmente na liberação total ou parcial do trabalho do campo, além da diferenciação do trabalho junto com a família e do emprego fora.

Os historiadores da infância há muito tempo concluíram que não se deve falar em infância, mas em infâncias, ainda que em um mesmo período, em uma mesma localidade. A relação adulto/criança, apesar de possuir traços que podem ser agrupados, ainda assim apresenta especificidades. As características de um grupo podem ser vistas de forma diferente por outros grupos. E, quando se faz a análise de uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, inevitavelmente haverá o contato com essa pluralidade e, portanto, com essas diferenças. Como afirma Stearns:

Todas as sociedades ao longo da história, e a maior parte das famílias, lidaram amplamente com a infância e a criança. Muitas características são padronizadas, independente de tempo e lugar. Sempre e em toda parte, as crianças precisam receber alguma preparação para o estágio adulto. Necessitam aprender a lidar com determinadas emoções, como raiva ou medo, de forma socialmente aceitável. Sempre e em toda parte, em vista do longo período de fragilidade na infância da espécie humana, crianças pequenas requerem que se lhes providenciem alimentação e cuidados físicos (STEARNS, 2006, p. 12)

A relação do adulto com a criança, diretamente com filhos ou em ações mais abrangentes, recebe cada vez mais atenção, seja pelos estudos de diferentes áreas, seja pelos órgãos de defesa dos direitos da infância. Esse processo é percebido nos depoimentos quando os depoentes falam de seus filhos, quando avaliam as condições atuais de maneira mais ampla ou nas passagens em que rememoram as dificuldades que enfrentaram para conseguir algo que consideram mais fácil de ser obtido nos dias atuais. A expressão de Rita de que “hoje só não estuda quem não quer” é um claro exemplo.

A relação adulto/criança está marcada muito mais pelas condições de comportamento do que pelas faixas etárias. A situação é perceptível quando se buscam as definições etárias. A definição de uma idade limite pode estar baseada na capacidade que tem ou não a pessoa de responder pelos seus atos ou nas características físicas e hormonais, porém o estabelecimento de atitudes consideradas infantis é mais fácil de ser aceito, tanto pela sociedade em geral quanto pela comunidade científica.

A caracterização da criança envolve inúmeras questões discutidas por diversas áreas do conhecimento. Preocupação essencial quando o pesquisador define seu objeto, porém, muito mais do que isso, trata-se de uma fase vivida por todos um dia. Ser adulto está configurado em um discurso e em cobranças diretas, significando não ser mais criança e ter superado também a fase da adolescência, possuindo como princípios mais comuns a disciplina e o distanciamento das brincadeiras. Esse processo, como analisado em Ariès (1981), exige cada vez mais uma postura de adulto, distante do brincar e que incorpora outras formas de agir. O adulto, enfim, deve estar sempre mais próximo do pensamento racional. Ele deve também manter distância das crianças, para delimitar sua interferência na educação dos mais novos e para aplicar as medidas necessárias em sua educação.

Os depoimentos refletem essa condição de distanciamento, de separação entre crianças e adultos, como discutido nas festas e no trabalho, além de outros momentos em que o depoimento muda o tom, incidindo sobre assuntos mais próximos da vida adulta. Quando se tratava das dificuldades enfrentadas, da pouca disponibilidade de recursos financeiros e materiais, da falta de acesso aos serviços públicos ou das atividades de trabalho, esses detalhes eram apresentados de forma diferente, menos descritiva e com menor frequência.

Um exemplo dessa condição foi verificado durante os questionamentos quanto à existência de matas ou animais na cidade ou proximidades. As respostas giraram em torno do próprio sítio, da vizinhança ou em referência a outro lugar, outra cidade, onde moraram anteriormente ou onde moravam parentes.

Essa maneira de agir dos entrevistados ressaltou uma questão: a intensa relação do depoente com o período de que fala, ou seja, os relatos são de pessoas adultas, que conhecem a cidade, inclusive nos anos seguintes ao período tratado. Porém a fala demonstrava uma relação direta com o momento relatado. A própria fala, não desconsiderando a condição de liberdade que se tentou proporcionar aos depoentes durante a entrevista, possui características do período.

A urbanização da cidade não é percebida como um processo pelos depoentes, as referências à ação do governo são praticamente inexistentes. E, o mais sintomático, não percebem e não expressam qualquer lembrança de uma ação governamental que tenha como beneficiárias as crianças. O PDD orientando os planos municipais deixava clara a importância da participação da comunidade como um todo no desenvolvimento urbanístico de Maringá, principalmente para superar a característica rural da cidade. Procurava-se, assim, superar as ações individuais, imediatistas e paliativas, para que se desenvolvesse na cidade uma cultura de ações profundas, de longo prazo e vislumbrando a característica de centro regional como é hoje: cidade sede da região metropolitana de Maringá.

A criança, nas décadas analisadas, não era considerada um elemento participante. As ações deveriam ser pensadas e aplicadas para seu bem-estar, contudo sua inclusão no processo, mesmo como observadoras, não fazia parte da cultura da época. Os trabalhos com memórias de infância podem contribuir para esse processo, como pretendia Janusk Korczak (1981), para manter vivas tanto a fragilidade da criança, como sua capacidade de compreender, sentir e pensar.

No caso da exploração do trabalho infantil, por exemplo, mesmo com pesquisas profundas que demonstram o grau de perversidade que chega a ser aplicada às crianças em algumas situações, não são incomuns os discursos contrários à proibição legal desse tipo de atividade que tem configurado verdadeira exploração de mão-de-obra, com a alegação de que, em outros tempos, era comum começar a trabalhar cedo e que isso não interferia na formação da pessoa. Como foi analisado nesta pesquisa, através dos depoimentos, tal alegação é muito frágil e pequenas variações resultam em situações completamente adversas. Assim, foi visto que atividades tratadas no conjunto da família, sem constrangimento dos interesses das crianças e sem prejuízo ao seu desenvolvimento, não interferiram em sua formação. Contudo, em outras famílias, o trabalho precoce das crianças pôde significar a negação da infância nessa fase da vida.

A produção historiográfica sobre infâncias e crianças, inclusive no que tange à memória, assim como as pesquisas diretas com crianças, têm apresentado repercussões em outras áreas, criando um novo movimento. Nas escolas, por exemplo, as pesquisas sobre as brincadeiras têm proporcionado uma interação dos professores e dos pais com as crianças, em exercícios de comparação e difusão das mesmas. Essas atividades, além dos momentos lúdicos que proporcionam, contribuem para reflexões mais profundas e abrangentes sobre a utilização do espaço pelos alunos e a importância das brincadeiras na formação intelectual e social das crianças.

Para os profissionais envolvidos em atividades relacionadas com as crianças, as temáticas abordadas nos depoimentos são indicativas da importância de se aproximarem da forma de pensar infantil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA



Foto 4 - 1ª casa na Avenida Brasil, Maringá Novo (foto de 1972). Casa transferida para a Universidade Estadual de Maringá, atualmente sede do Museu da Bacia do Paraná.

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

Fontes

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL, Ministério da Indústria e Comércio, Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. ***Diversificação da estrutura Agrícola das Regiões Cafeeiras***: Plano diretor. Rio de Janeiro, abr. 1962.

BRASIL. **Decreto nº 99.240**, de 07 de maio de 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240/hmt. Acesso em 16 de jun. 2006.

BRASIL. **Lei nº 1.779**, de 22 de dezembro de 1952. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L1779.htm acesso em 15 de jun. 2006.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, [s.n.], 1975.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: 2006.
<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf> acesso em 23 de jul. 2009.

INSTITUTO Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. **Relatório 1963** IBC/GERCA. Rio de Janeiro, 1963.

INSTITUTO Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. **Relatório 1967** IBC/GERCA. Rio de Janeiro, 1967.

INSTITUTO Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. **Plantios de café por municípios**. MIC/IBC/GERCA. Rio de Janeiro, 1978.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9> acesso em 12 de mai. 2009.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Redefinição do conceito de urbano e rural**. Curitiba, 1983.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento** – Maringá. PMM/CODEM/DATM, 1967.

MARINGÁ. **Memória de bairros: Vila Operária**. Prefeitura Municipal de Maringá: s/n., 2002.

Paraná Online. **Paraná tem menor taxa de mortalidade infantil em 27 anos**. <http://www.parana-online.com.br/editoria/especiais/news/161267>. acesso em 25 de abr. 2008. Portal de notícias ligado ao jornal O Estado do Paraná.

UNICEF - **Histórico** - http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.htm acesso em jun. de 2009.

Bibliografia

ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro Paulo. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

ABREU, Martha C. . Meninas Perdidas. In: Priore, Mary del. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 289-317.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In MARTINS, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 181-208

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2ª. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: EdUnB, 1993.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 1989.

AMARO, Hudson Siqueira; RODRIGUES, Isabel Cristina. Educação municipal em Maringá: uma história em meio século. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999. p 371-388.

ARAUJO, Marivânia Conceição de. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná**. São Paulo, UNESP, 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARRUDA, Gilmar (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios**. Londrina: Eduel, 2005.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru (SP): EDUSC, 2000.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. **Decifra-me ou devoro-te**: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador. Rio de Janeiro: Loyola, 1993.

BARBOSA, Rosa Alves Ferreira. **A construção da política de assistência à criança e ao adolescente em situação de risco e abandono na cidade de Maringá/ PR.** Maringá, UEM, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

BARBOSA, Xênia de Castro. **Experiências de moradia:** História Oral de vida familiar. São Paulo, USP, 2009. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

BERNAL, Elaine M. Bueno. **Arquivos do abandono:** experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

BOTELHO, Rosana Ulhoa. **Uma história da proteção à infância no Brasil:** da questão do menor aos direitos da criança e do adolescente - 1920-1990. Brasília, 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998. p. 237-258.

BRESSIANINI, Valéria Aparecida. **A infância no povoado da Água Jacutinga:** um breve estudo sobre a convivência de crianças da área rural de Ivatuba, Noroeste do Paraná (1960-1980). Maringá, UEM, 2006. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

BRITES, Olga. **Infância, trabalho e educação**: a revista do Sesinho - 1947-1960. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica -São Paulo, 1992.

BULCÃO, Ana Lúcia E. , **Meninos maiores**: o conflito da minoridade e maioria no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: FAPESP/UNESP, 1999. p. 57-73.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. **CPDOC 30 Anos**, Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2003. p. 21-44.

CAMPOS, Ângela Valadares D. de S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Petrópolis: Vozes, 1984.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970**: estudo de conjuntura. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANIATO, Ângela M. A. P. **A Luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social**. São Paulo, PUC, 1986. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica -São Paulo, 1986.

CAPELATO, Maria Helena R. (coord). **Produção histórica no Brasil**: 1985-1994. São Paulo: Xamã, 1995. 3 v.

CARDOSO. Simone Rossi. **Memórias e jogos tradicionais infantis**: lembrar e brincar é só começar. EDUEL. Londrina. 2004.

CARNEIRO, Maria J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Perseu Abramo, 2005. p. 243-261

CARVALHO, Carlos Henrique de. **Uma cidade-luz no Triângulo Mineiro: (des)ordem e menores infratores em Uberlândia-MG, 1960-1990**. São Paulo, USP, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASAGRANDE, Iolanda. O trabalhador rural volante (“boia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 221-238

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COUREGA, Maria José M. **A criança sob o olhar vigilante do adulto: Curitiba - 1909-1927**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, set.92/ago.93.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (org.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado** – as eleições municipais em Maringá. Maringá: Clichetec, 2008.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999.

ESTUDOS ECONÔMICOS, Instituto de Estudo Econômicos, 14, 1984.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A infância e a educação (1820-1950)**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A História no Brasil: 1980-1989**. Ouro Preto: UFOP, 1994. 2 v

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 317-346.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Junior (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1999.

GASQUE, Marlene A. de Souza. **Amores ilícitos**: discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução. Assis, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1994.

GERTZE, Jurema M. **Infância em Perigo**: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre, 1837-1880. Porto Alegre, PUC/RS, 1990. Dissertação de (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GOMIDE, Paula. **O menor infrator**: a caminho de um novo tempo. Curitiba: Juruá, 1990.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A ribanceira da necessidade histórica: crítica de uma crítica acrítica do tema da reforma agrária no norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, UEM, Maringá, v. 7, p. 1-28, 1996. Suplemento História.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História Regional & Ideologias: Em Torno de Algumas Corografias Políticas do Norte Paranaense - 1930/1980**. Curitiba, UFP, 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá: algumas facetas coloniais do Projeto Urbano. In. MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; REGO, Renato Leão (org.). **Pensar Maringá**: 60 anos de Plano. Maringá (PR): Massoni, 2007. p. 23-36

GONÇALVES, José Henrique Rollo. O espaço regional como ideologia: anotações sobre algumas corografias políticas do norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, UEM, Maringá, v. 5, p. 1-41, 1994. Suplemento História.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In. DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999.

- GUIRADO, Marlene. **A criança e a FEBEM**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas**. São Paulo: Summus, 1986.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HISTÓRIA SOCIAL (A):** problemas, fontes e métodos. Lisboa: Cosmos, 1973.
- HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE; Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública: a cidadania negada**. São Paulo: Unesp, 1994.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 43-62
- KORCZAK, Janus. **Quando eu voltar a ser criança**. 11. ed. São Paulo: Summus, 1981.
- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **A infância assistida**. São Paulo, USP, 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

Lima, Ruth Ribeiro de; Selem, Maria Célia Orlato. O Assentamento Santa Maria segundo o relato oral de meninos e meninas assentados. In: II **Encontro Nacional de Educação Social**, 2002, Maringá. II Encontro Nacional de Educação Social. Educação social: outra história é possível. Maringá - EMBRASC - CD ROOM, 2002.

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: A macrorregião do “Norte novo” de Maringá, 1950-1980**. São Paulo, USP, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; REGO, Renato Leão (org.). **Pensar Maringá: 60 anos de Plano**. Maringá (PR): Massoni, 2007.

MANOEL, Ivan A. **A Igreja feminina: os colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)**. São Paulo, USP 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MARCHI, Neusa Altoé de. Educação em Maringá: contexto sócio-econômico e político. Piracicaba, 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1988.

MARQUES, Maria Cristina da C. A construção histórica da saúde em Maringá. In DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 303-314

MARQUES, Maria Cristina da C. **A mortalidade infantil na colonização do Norte Novo do Paraná: o caso de Maringá**. São Paulo, USP, 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; JORGE, Maria Helena P. de Mello. Sistema de informações sobre mortalidade: análise da qualidade dos dados para o município de Maringá, Estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 253-260, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MeiHY, José Carlos Sebe Bom. Prefácio doloroso. In: ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de, **Decifra-me ou devoro-te**: história oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo: Loyola, 1993.

MENESES, Ulpiano T. A História, cativa da memória? **Revista do IEB**. São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? - 1884)**. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1976.

MESGRAVIS, Laima. Aspectos da sociedade paulista no século XIX na visão de Sérgio Buarque de Holanda. In: **SÉRGIO Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 95-98.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1993.

MORELLI, Ailton J. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 125-156, 1999.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**. Assis, UNESP, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Memória e identidade**: travessias de velhos professores. Maringá (PR): EDUEM, 1998.

MORO, Dalton Áureo (org.) **Maringá espaço e tempo**: ensaio de Geografia Urbana. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá.** São Paulo, USP, 1980. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná.** 1991. Rio Claro, UNESP, 1991. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

MOTA, André; SCHRAIBER, Lília Blima (org.). **Infância e saúde: perspectivas históricas.** São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang.** Maringá: EDUEM, 1994.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.p. 112-128.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital.** Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Por que as crianças? In: CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho.** Uberlândia: UDUFU, 2007. p. 13-48.

MÜLLER, Verônica R., RODRIGUES, Patrícia C. **Reflexões de quem navega na educação social.** Maringá: Clichetec, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina, MORELLI, Ailton José (org.). **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver.** Maringá (PR): EDUEM, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina. **Histórias de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: Asilo de órfãos (1870-1960).** Campinas (SP): UNICAMP/CMU, 2004.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação político-educativa da Igreja Católica n'O Jornal de Maringá**. Maringá, UEM, 2009. Tese (Mestrado).- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999.

PASSETI, Edson. **Política Nacional do Bem-Estar do Menor**. São Paulo, USP, 1982. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PAULA, David Ferreira de. **A infância e o poder: A recreação no Parque Infantil e sua implicação social (1930 - 1945)**. Assis, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá, coração verde do Brasil?** Assis, UNESP, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

PEREIRA, André Ricardo V. V. **Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.

PEREIRA, Welson Luiz. **O menor e a moralização pelo trabalho: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)**. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura: Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan.-jun., 2007.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Coord.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga (Portugal): Universidade do Minho/Abel Antonio Bezerra, 1997. p. 9-30.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível" . In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Variações sobre a Técnica de Gravador no registro da Informação Viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999

REZENDE, Darcilene Sena. **A História na mão: periódicos universitários discentes paulistas, entre 1964 e 1979**. São Paulo, USP, 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Edméia A. **Meninas ingênuas: uma espécie em extinção?** A sexualidade feminina - entre práticas e representações - Maringá 1950-1980. Assis, UNESP, 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes V. A. **Menor e sociedade brasileira: análises, programas institucionais e experiências**. São Paulo: Loyola, 1987.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** inventário da saúde pública. São Paulo: EDUNESP, 1993.

RIZZINI, Irene. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas nas décadas de 80. In FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 69-90.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Adalgisa Silva. **Educação de jovens e adultos**: memórias do grupo escolar noturno Visconde de Nácar em Maringá (1947-1958). Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. São Paulo, PUC, 2004. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

SÁ, Antonio Fernando de A. **Os perfeitos técnicos da indústria**: o Sesinho em revista - 1947-1960. Brasília, 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

SADER, Emir; BIERRENBACH, Maria Ignês; FIGUEIREDO, Cyntia Petrocínio. **Fogo no pavilhão**. São Paulo: Bronteaux, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela M. de (org.). **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 25-36.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência**. São Paulo, PUC, 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCOCHI, M. J. **Municipalização e avaliação da qualidade dos serviços de saúde**: uma análise localizada. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado) -- Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1996.

SERRA, Elpídio. **COCAMAR**: sua história, sua gente. Maringá: COCAMAR, 1989.

SILVA, Carlos Alberto Mororó. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá**. Florianópolis, UFSC, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Emílton A. Atuação do IBC na Assistência Técnica à Cafeicultura. In: Encontro sobre a Cafeicultura Paranaense, 1984, Londrina. **Anais...Londrina**: IAPAR– ACARPA – S.A. do Paraná – SEAG – IBA, p. 35-40, 1984.

SILVA, Ivana M. de Andrade. **Abandono e legislação**: uma contribuição ao estudo da problemática do menor. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

SILVA, Lucas Frazão. **A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivista (1960/90)**. Campinas, UNICAMP, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza e; GARCIA, Maria Alice Lima; FERRARI, Sônia Campaner Miguel. **Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVESTRE, ELIANA. **Adolescente autor de ato infracional: de objeto de medidas a sujeito de direitos**. Maringá, UEM, 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SPODEK, Bernard. SARACHO, Olivia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. Curitiba, UFP, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELOS, José Mauro de. **O meu pé de laranja lima**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino**: o abandono de crianças no Rio de Janeiro. São Paulo, USP, 1988. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

YASLLE, Elisabeth G. **Expectativas do professor**: um estudo sobre um programa de treinamento aplicado a professores de alunos provenientes de orfanato. São Paulo, PUC, 1980. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1980.